

UFRRJ
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
AGRICULTURA ORGÂNICA

DISSERTAÇÃO

**Experiências da Venda Direta da Agricultura Familiar na
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Campus
Seropédica (RJ) e suas Contribuições para a Segurança Alimentar
e Nutricional**

Livea Cristina Rodrigues Bilheiro

2020



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRICULTURA ORGÂNICA**

**EXPERIÊNCIAS DA VENDA DIRETA DA AGRICULTURA FAMILIAR
NA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO,
CAMPUS SEROPÉDICA (RJ) E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**

LIVEA CRISTINA RODRIGUES BILHEIRO

Sob a Orientação da Professora
Dra. Anelise Dias

Dissertação submetida como requisito parcial
para obtenção do grau de **Mestra em
Agricultura Orgânica** no Programa de Pós-
Graduação em Agricultura Orgânica.

Seropédica, RJ
Fevereiro de 2020

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

BB595e BILHEIRO, LIVEA CRISTINA RODRIGUES, 1989-
EXPERIÊNCIAS DA VENDA DIRETA DA AGRICULTURA
FAMILIAR NA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE
JANEIRO, CAMPUS SEROPÉDICA (RJ) E SUAS CONTRIBUIÇÕES
PARA A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL / LIVEA
CRISTINA RODRIGUES BILHEIRO. - SEROPÉDICA, 2020.
113 f.: il.

Orientadora: ANELISE DIAS.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRICULTURA
ORGÂNICA, 2020.

1. SEGURANÇA ALIMENTAR . 2. AGRICULTURA ORGÂNICA .
I. DIAS, ANELISE , 1977-, orient. II Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro. PÓS-GRADUAÇÃO EM
AGRICULTURA ORGÂNICA III. Título.

É permitida a cópia parcial ou total desta dissertação, desde que seja citada a fonte.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRICULTURA ORGÂNICA

LIVEA CRISTINA RODRIGUES BILHEIRO

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestra em Agricultura Orgânica**, no Programa de Pós-Graduação em Agricultura Orgânica.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 14/02/2020

Anelise Dias. Dra. UFRRJ
(Orientadora/Presidente)

Izabel Cristina da Silva Oliveira Jóia. Dra. DESANS-DC

Edilene Santos Portilho. Dra. UFRRJ

RESUMO

BILHEIRO, Livea Cristina Rodrigues. **Experiências da venda direta da agricultura familiar na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, campus Seropédica (RJ) e suas contribuições para a segurança alimentar e nutricional.** 2020. 100p. Dissertação (Mestrado em Agricultura Orgânica). Instituto de Agronomia, , Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2020.

A produção da agricultura familiar em bases agroecológicas é reconhecida como fundamental para promover a segurança alimentar e nutricional (SAN) para a população mundial. Nesse contexto, canais de comercialização direta em circuitos curtos são espaços de acesso a alimentos saudáveis e de fortalecimento da agricultura familiar. O objetivo do presente estudo foi descrever as experiências da Feira da Agricultura Familiar (FAF) e da compra direta da agricultura familiar pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, refletindo sobre suas contribuições para a SAN. Realizou-se pesquisa bibliográfica e documental, questionários e entrevistas semi-estruturados. Caracterizou-se a oferta de alimentos, estimou-se o faturamento bruto e o balanço mensal de vendas em 2017 e 2018; pesquisaram-se feirantes e consumidores da FAF. Descreveu-se a execução da Chamada Pública nº 01/ 2017, bem como o impacto do PAA para os agricultores. As ações de integração incluíram intercâmbio de saberes entre agricultores, agricultoras e a comunidade acadêmica na convivência semanal na FAF e também através da realização de aulas, vivências, reuniões, assembléias e da assistência técnica e extensão rural. Na FAF, foram ofertados mais de 200 itens de produção própria de agricultores locais, sendo que desses, mais de 50% foram enquadrados no segmento de frutas, legumes e verduras (FLV), notabilizando a oferta e comercialização de hortaliças folhosas (alface, couve, rúcula); fruto (quiabo, pimenta, tomate e berinjela), raízes/ tubérculos (aipim, batata doce, cenoura e inhame) e frutas (banana, caqui e coco verde). Foi expressiva a oferta de plantas alimentícias não convencionais (PANC), com ênfase para bertalha e peixinho, além de mostarda, taioba, caruru e beldroega que fazem parte do complexo cultural da Baixada Fluminense. Quanto à oferta de produtos orgânicos, a maior parte dos feirantes integrou o sistema participativo de garantia (SPG-ABIO) e o restante estava em transição agroecológica. A participação das mulheres foi expressiva representando a maioria dos feirantes e das consumidoras que também declarar gastar mais do que os homens na FAF. Com relação ao PAA, foram beneficiados dez agricultores individuais e uma associação. Foram adquiridos 37.370 kg de alimentos localmente produzidos, beneficiando mais de 1.000 estudantes, usuários dos Restaurantes Universitários dos campi Seropédica e Nova Iguaçu. Dentre os alimentos adquiridos, o maior quantitativo foi de banana prata, seguido pelo aipim, produzidos em sistema orgânico. Para os agricultores, o PAA contribuiu para aumentar a renda, diversificar a produção, adquirir bens e usar novas tecnologias. Conclui-se que ambos os canais de venda direta da agricultura familiar na UFRRJ contribuem para promoção da segurança alimentar e nutricional a partir das seguintes dimensões: estímulo à produção, oferta e aquisição de FLV, PANC, produtos orgânicos e da transição agroecológica localmente produzidos; geração de renda; formalização dos agricultores com ampla participação das mulheres em integração com a universidade.

Palavras chaves: Abastecimento alimentar. Circuitos curtos de comercialização. Agroecologia.

ABSTRACT

BILHEIRO, Livea Cristina Rodrigues. **Experiences in the Direct Sale of Family Farming at the Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica campus (RJ) and its Contributions to Food and Nutritional Security.** 2020. 100p. Dissertation (Master in Organic Agriculture). Institute of Agronomy, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2020.

The production of family agriculture on agroecological bases is recognized as fundamental to promote food and nutrition security (FNS) for the world population. In this context, direct marketing channels in short circuits are spaces for access to healthy food and for strengthening family farming. The aim of this study was to describe the experiences of the Family Agriculture Fair (FAF) and the direct purchase of family agriculture by the Food Acquisition Program (PAA) at the Federal Rural University of Rio de Janeiro, reflecting on their contributions to FNS. Bibliographic and documentary research, questionnaires and semi-structured interviews were carried out. The food supply was characterized, gross sales and monthly sales figures were estimated in 2017 and 2018; the socioeconomic profile of marketers and the perception of FAF consumers were researched. The execution of Public Call nº 01/2017 was described, as well as the impact of the PAA for farmers. The integration actions included the exchange of knowledge between farmers, women farmers and the academic community in the weekly coexistence at the FAF and also through classes, experiences, meetings, assemblies and technical assistance and rural extension. In the FAF, more than 200 items of own production were offered by local farmers, of which, more than 50% were classified in the segment of fruits and vegetables (FV), making the offer and commercialization of leafy vegetables (lettuce, cabbage, arugula); fruit (okra, pepper, tomato and eggplant), roots / tubers (cassava, sweet potato, carrot and yam) and fruit (banana, persimmon and green coconut). The offer of unconventional food plants (UFP) was significant, with an emphasis on bertalha and peixinho, in addition to mustard, taioba, caruru and beldroega that are part of the cultural complex of Baixada Fluminense. As for the offer of organic products, most marketers integrated the participatory guarantee system (PGS-ABIO) and the rest were in agroecological transition. The participation of women was expressive, representing the majority of marketers and consumers who also declare to spend more than men in the FAF. Regarding the PAA, ten individual farmers and one association were benefited. 37,370 kg of locally produced food were purchased, benefiting more than 1,000 students, users of University Restaurants on the Seropédica and Nova Iguaçu campuses. Among the foods purchased, the highest amount was banana prata, followed by cassava, both produced in an organic system. For farmers, the PAA contributed to increase income, diversify production, purchase goods and use new technologies. It is concluded that both channels of direct sale of family farming at UFRRJ contribute to the promotion of food and nutritional security from the following dimensions: stimulating the production, supply and acquisition of FV, UFP, organic products and the locally produced agroecological transition; income generation; formalization of farmers with wide participation of women in integration with the university.

Key words: Food supply. Short marketing channels. Agroecology.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Faturamento bruto mensal da Feira da Agricultura Familiar na UFRRJ, campus Seropédica, nos anos de 2017 e 2018.	23
Figura 2. Faturamento bruto total por feirante (n=23) na Feira da Agricultura Familiar no campus Seropédica da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, nos anos 2017 e 2018.	24
Figura 3. Oferta de hortaliças folhosas, fruto, raízes e aromáticas em quilogramas (kg) na Feira da Agricultura Familiar da Feira da Agricultura Familiar na UFRRJ, campus Seropédica, no ano de 2018.	26
Figura 4. Principais Hortaliças folhosas comercializadas na Feira da Agricultura Familiar na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Campus Seropédica), no ano de 2018. Valores em quilogramas.	30
Figura 5. Principais Hortaliças aromáticas, condimentares e medicinais comercializadas na Feira da Agricultura Familiar na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Campus Seropédica), no ano de 2018. Valores em quilogramas.	30
Figura 6. Porcentagem de comercialização dos principais alimentos processados comercializados na Feira da Agricultura Familiar na UFRRJ, no ano de 2018.	39
Figura 7. Feirantes da Feira da Agricultura Familiar quanto ao sexo e atividade (Campus Seropédica, 2019). Agricultoras familiares (AF); representante de vendas (RV); agricultora urbana (AU) e Produtora de Cosméticos Naturais (COS).....	44
Figura 8. Faixa etária das mulheres agricultoras da Feira da Agricultura Familiar na Univerisdade Federal Rural do Rio de janeiro (Campus Seropédica, 2019).....	45
Figura 9. Grau de escolaridade das mulheres agricultoras Feira da Agricultura Familiar na UFRRJ (Campus Seropédica, 2019).....	45
Figura 10. Renda média mensal das mulheres agricultoras da Feira da Agricultura Familiar na UFRRJ (Campus Seropédica, 2019).....	46
Figura 11. Tipos de sistemas de produção adotados pelas feirantes da FAF-Rural (Campus Seropédica, 2019).	48
Figura 12. Logomarca da Feira da Agricultura Familiar na UFRRJ. Fonte Programa de Extensão Universitária “Fortalecimento da Agricultura Familiar da Baixada Fluminense e Centro Sul do estado do Rio de janeiro”.	51
Figura 13. Reunião de apresentação da Chamada Pública n. 01/ 2017 (UFRRJ/ PAA), em parceria com a Emater-Rio. Fonte: Foto Acervo de fotos da Residência Agronômica, 2017..	55
Figura 14. Reunião de divulgação da Chamada Nº 01/ 2017 para compras da agricultura familiar pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, campus Seropédica, por meio de parceria com o Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável- DESANS da Prefeitura de Duque de caxias. Foto Acervo de fotos da Residência Agronômica, 2017.....	56
Figura 15. Fluxograma de entregas dos itens da Chamada Nº 01/2017 da compra da agricultura familiar na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Fonte elaborado pela autora.	58
Figura 16. Assinatura dos contratos da Chamada Nº 01/2017 da compra da agricultura familiar na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Foto de Acervo de fotos da Residência Agronômica, 2018.....	59
Figura 17. Agricultores participantes da Chamada Nº 01/2017 da compra da agricultura familiar na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro durante as entregas no Restaurante Universitário. Foto de Acervo de fotos da Residência Agronômica, 2018.	60
Figura 18. Avaliação coletiva entre agricultores fornecedores, professores, residentes, técnicos da Emater-Rio e do, do Restaurante Universitário da UFRRJ. Foto do Acervo de	

fotos da Residência Agrônômica, 2019.....	64
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Balanço de participação dos Grupos de produtos, no faturamento bruto na Feira de Agricultura Familiar na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Campus Seropédica), no ano de 2018.....	25
Quadro 2. Participação dos sub-grupos das hortaliças, no faturamento bruto da Feira de Agricultura Familiar na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Campus Seropédica), no ano de 2018.....	27
Quadro 3. Avaliação da qualidade dos produtos entregues no PAA, diversificação da produção, quantidade produzida e área plantada por agricultores familiares, fornecedores da Chamada N° 01/2017 para a compra da agricultura familiar pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.	68

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Balanço de comercialização de hortaliças tuberosas na Feira de Agricultura Familiar na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Campus Seropédica), no ano de 2018.	28
Tabela 2. Balanço de comercialização de hortaliças folhosas na Feira de Agricultura Familiar na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Campus Seropédica), no ano de 2018.	29
Tabela 3. Balanço de comercialização de hortaliças aromáticas, condimentares e medicinais na Feira de Agricultura Familiar na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Campus Seropédica), no ano de 2018.	31
Tabela 4. Balanço de comercialização de hortaliças fruto na Feira de Agricultura Familiar na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Campus Seropédica), no ano de 2018.	32
Tabela 5. Balanço de comercialização de hortaliças flores na Feira de Agricultura Familiar na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Campus Seropédica), no ano de 2018.	33
Tabela 6. Balanço de comercialização de frutas in natura na Feira de Agricultura Familiar na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Campus Seropédica), no ano de 2018.	34
Tabela 7. Balanço de comercialização de alimentos processados na Feira de Agricultura Familiar na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Campus Seropédica), no ano de 2018.	36
Tabela 8. Balanço de comercialização de mudas e insumos na Feira de Agricultura Familiar na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Campus Seropédica), no ano de 2018.	40
Tabela 9. Perfil dos consumidores da Feira da Agricultura Familiar na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (campus Seropédica). N= número de pessoas que responderam o questionário.	49
Tabela 10. Fatores que motivaram as pessoas a consumirem na Feira da Agricultura Familiar na UFRRJ, Campus Seropédica. N= número de pessoas que responderam ao questionário. ...	50
Tabela 11. Fatores que limitam o acesso dos consumidores à FAF-Rural. (N= 46: número de pessoas que responderam ao questionário.	52
Tabela 12. Hábitos dos consumidores da Feira da Agricultura Familiar na UFRRJ. N= número de pessoas que responderam ao questionário.	53
Tabela 13. Valor médio em reais (R\$) que consumidores do sexo feminino e masculino declararam gastar na Feira da Agricultura Familiar na UFRRJ, Campus Seropédica, no ano de 2019. N=número de pessoas que responderam à pergunta.	53
Tabela 14. Satisfação dos consumidores da FAF-Rural.	54
Tabela 15. Execução da Chamada nº 01/2017 para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para Restaurante Universitário Campus Seropédica. Período: abril de 2018 a outubro de 2019.	61
Tabela 16. Número de entregas, valor empenhado e valor recebido por fornecedor (PAA/UFRRJ, 2019).	62
Tabela 17. Perfil socioeconômico de agricultores familiares beneficiários fornecedores do PAA na UFRRJ (Chamada Pública nº01/2017).	66
Tabela 18. Municípios onde estão localizados 9 (nove) agricultores familiares beneficiários fornecedores do PAA na UFRRJ (Chamada Pública nº01/2017), e seus respectivos vínculos com a terra.	67
Tabela 19. Caracterização das propriedades rurais dos dos 9 (nove) agricultores familiares beneficiários fornecedores do PAA na UFRRJ (Chamada Pública nº01/2017). UF = Unidade Familiar; UP = Unidade de Produção.	67

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	1
2	OBJETIVOS	4
2.1	Objetivo Geral	4
2.2	Objetivos Específicos	4
3	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	5
3.1	A Evolução do Conceito de Segurança Alimentar e Nutricional	5
3.2	Agricultura Familiar no Brasil.....	7
3.3	Política de Segurança Alimentar e Nutricional e o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica	8
3.4	Agroecologia e Agricultura Orgânica.....	11
3.5	Circuitos Curtos de Comercialização	13
3.6	Políticas Públicas para a agricultura familiar voltadas à construção de mercados para agricultura familiar e à promoção da SAN.....	14
4	METODOLOGIA	18
4.1	Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar na UFRRJ	18
4.2	Delineamento da pesquisa	18
4.3	Análise econômica da Feira da Agricultura Familiar.....	19
4.4	Participação das mulheres na Feira da Agricultura Familiar no campus Seropédica (UFRRJ)	19
4.5	Perfil e comportamento dos consumidores da Feira da Agricultura Familiar no campus Seropédica (UFRRJ).....	20
4.6	Execução da Chamada Pública nº 01 de 2017 do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na UFRRJ.....	20
4.7	Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos na UFRRJ	20
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO	22
5.1	Análise econômica da Feira da Agricultura Familiar	22
5.2	Oferta e faturamento bruto por grupo de alimentos comercializados na Feira de Agricultura Familiar em 2018	25
5.3	Grupos das hortaliças	26
5.3.1	Hortaliças tuberosas.....	27
5.3.2	Hortaliças folhosas	28
5.3.3	Hortaliças aromáticas, condimentares e medicinais	30
5.3.4	Hortaliças fruto	32

5.3.5 Hortaliças flores.....	33
5.4 Grupo das frutas	34
5.5 Grupo dos processados	35
5.6 Grupo de mudas e outros insumos.....	40
5.7 Participação das mulheres na Feira da Agricultura Familiar.....	43
5.8 Perfil e o comportamento dos consumidores da Feira da Agricultura Familiar no Campus Seropédica da UFRRJ	49
5.9 Execução da Chamada Pública nº 01 de 2017 do Programa de Aquisição de Alimentos 54	
5.9.1 Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos na UFRRJ	63
5.9.2 Perfil dos agricultores familiares beneficiários fornecedores.....	66
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	69
7 CONCLUSÃO.....	Erro! Indicador não definido.
8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	72
ANEXOS	81
Anexo A.....	81
Anexo B-	82
Anexo C-	86
Anexo D.....	87
Anexo E	88
Anexo F-.....	95
Anexo G.....	100

1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar (AF) apresenta expressiva relevância sócio-econômica no Brasil. Representa um importante setor quando se fala na produção de alimentos para consumo interno, perfazendo 77% dos estabelecimentos agrícolas, empregando 67% do pessoal ocupado e produzindo 23% do valor bruto da produção agropecuária (R\$ 131,7 bilhões). Os resultados do Censo Agropecuário 2017, mostraram que os estabelecimentos de AF ocupam 80,9 milhões de hectares, o que significa 23 % da área total dos estabelecimento agrícolas, em contraste com 77% da agricultura não familiar, evidenciando a concentração de terras e poder político e econômico no País.

O fortalecimento de políticas públicas para AF é essencial para manutenção desse segmento no campo, a partir da garantia de condições dignas e direitos constitucionais que de acordo com o Art. 6º da Constituição Federal (1988), compreendem o acesso à educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade, à infância e a assistência aos desamparados.

Dada a Constituição de 1988 diversas políticas públicas voltadas ao enfrentamento da fome e da pobreza foram instituídas em todo o Brasil. Destacando-se o PAA: Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar e o PNAE: Programa Nacional de Alimentação Escolar. Criadas em 2003 e 2009 respectivamente, com duas finalidades elementares: promover o acesso à alimentação e fomentar a agricultura familiar (FREIRE et al, 2019). Possuem dois públicos beneficiários específicos: os fornecedores, que são os agricultores Familiares enquadrados no art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 junho de 2006 e os consumidores de alimentos que são aqueles indivíduos em situação de insegurança alimentar e nutricional e ainda aqueles atendidos pela rede socioassistencial e pelos equipamentos de alimentação e nutrição (FREIRE et al, 2019).

Durante o período de 2002 e 2016 as políticas públicas voltadas para a segurança alimentar e nutricional (SAN) avançaram. Por meio da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (BRASIL, 2006) foi estabelecido um conceito abrangente sobre SAN que é capaz de abarcar iniciativas intersetoriais, a realização do direito humano a uma alimentação saudável, acessível, de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, com base em práticas alimentares saudáveis, respeitando as diversidades culturais e sendo sustentável do ponto de vista sócio-econômico e agro-ecológico (BURLANDY, 2009) .

Nesse sentido, a produção de alimentos seguros depende de um conjunto de elementos, tais como pesquisa, ensino, tecnologia, políticas públicas e valorização do conhecimento local em atendimento à segurança alimentar e nutricional. A resposta a essa questão reside no desenvolvimento da gestão agroecológica como uma alternativa ao modelo agrícola dominante dependente de agrotóxicos e fertilizantes altamente solúveis.

Sistemas agroalimentares abrangem mais do que a unidade de produção agropecuária compreendendo todos os aspectos da produção, distribuição e consumo de alimentos. Em escala local são dependentes de formas de produção e mecanismos diferenciados de comercialização, tendo como base de sustentação os circuitos de proximidade e a valorização de mercados locais. Nesse contexto, a construção social dos mercados de alimentos é apoiada na promoção da segurança alimentar e nutricional e da soberania alimentar. Ambos sugerem a agricultura familiar, a sustentabilidade ambiental e a equidade nas relações de mercado como condições necessárias para estruturação de sistemas agroalimentares que garantam o Direito

Humano à Alimentação Adequada (DHAA) (PIRES, et al, 2013).

A comercialização é um dos principais entraves para agricultores, sendo que o pagamento de preços justos impacta positivamente na capacidade de reprodução das unidades familiares. A venda direta é uma modalidade na qual o produtor comercializa seus produtos diretamente ao consumidor ou com no máximo um intermediário nessa relação. A tipologia do circuito curto de comercialização e consumo integra os canais de venda direta, nos quais se enquadram as feiras, entregas domiciliares, venda em lojas especializadas e na propriedade, bem como as compras institucionais (DAROLT, 2013).

Enquanto a especialização produtiva para atendimento a mercados é cada vez mais a realidade das unidades de produção em larga escala, as unidades familiares se reproduzem em novas ruralidades incluindo pluriatividades, certificação orgânica por sistema participativo de garantia (SPG) e acesso a canais de venda direta. Nos circuitos curtos de comercialização, agricultores têm maior autonomia em relação aos circuitos longos, orientados pela lógica comercial e industrial.

Os canais de venda direta são preferencialmente acessados por agricultores orgânicos que têm uma valorização maior pelos seus produtos, com bônus pelo risco de produção e de custos com mão de obra. Há oferta de produtos orgânicos e a preços mais acessíveis, fortalecendo a SAN de consumidores e produtores. Apesar das vantagens evidentes da venda direta, o acesso a esses canais também apresenta limitações para agricultores familiares no que tange à falta de informação e de documentação, mas também dificuldades de atendimento às exigências por volume, periodicidade, diversidade e qualidade dos itens ofertados.

Os consumidores exercem um papel relevante na consolidação dos canais de venda direta para AF. A preocupação com os impactos ambientais causados pelo modelo de produção veio a partir de determinado período se deslocando para uma preocupação com os impactos ambientais causados pelos padrões e níveis de consumo, levando a uma politização da vida privada, e ao maior protagonismo dos consumidores nesse processo político (PORTILHO, 2008). Assim, surgem novos atores no mercado, em especial os movimentos sociais econômicos, ou seja, aqueles em que os atores constroem uma nova cultura de ação política visando a reapropriação da economia a partir de valores próprios. Exemplo disso são os movimentos de economia solidária, comércio justo e os movimentos de consumidores organizados (PORTILHO, 2009).

Fortalecer a agricultura familiar é uma forma de promover o desenvolvimento sustentável que garante a diminuição da pobreza e da desigualdade no meio rural, maior diversificação na produção de alimentos, a proteção e conservação do patrimônio imaterial e genético, o fortalecimento do abastecimento alimentar em localidades distantes e a conseqüente dinamização das economias locais (BRASIL, 2018), além de agregar a diversidade cultural e a soberania alimentar, fomentando a produção de alimentos de forma ecológica.

Seu desenvolvimento é relevante para estimular a permanência das famílias no campo, diminuindo o êxodo rural e o crescimento da monocultura, que causam problemas graves de insegurança alimentar tanto no campo como na cidade. Esse fenômeno do consumo, cria um cenário oportuno para a discussão e reflexão sobre os potenciais dos mercados da agricultura familiar, bem como nos instiga a sempre estar criando e recriando estratégias que sejam realmente capazes de promover o acesso popular à alimentação justa e saudável, e fortalecer a agricultura familiar.

É indispensável destacar a importância do papel das mulheres para a promoção da

SAN. O cuidado e a responsabilidade com a alimentação, essencial para a reprodução familiar, estão historicamente relacionadas ao papel das mulheres na sociedade. Porém, a divisão sexual do trabalho, que tem sido naturalizada, atribui à mulher o papel reprodutivo, onde as atividades exercidas por elas no núcleo familiar, não são consideradas como um trabalho, gerando a desvalorização das atividades reprodutivas, e a invisibilidade do trabalho produtivo (WOORTMANN et. al, 2006).

No meio rural, diversos estudos vêm contribuindo para a visibilidade do trabalho das mulheres (MENASCHE, 2004; HEREDIA, 2012). Ao se responsabilizar pelo cuidado da horta e dos quintais, as mulheres cultivam os alimentos que irão para a mesa da família, garantindo que sua produção seja saudável e sustentável, não só pelas práticas ecológicas adotadas no cultivo. Esse trabalho das mulheres é uma confluência de diversos aspectos que se relacionam com a promoção da SAN, como o aumento e conservação da biodiversidade, que diversifica a alimentação, a valorização do conhecimento tradicional no manejo e uso das espécies, e na relação com o alimento desde sua produção até como e por quem será preparado.

Como forma de promover o desenvolvimento de programas e projetos intersetoriais que contribuam para a geração de renda em atividades sustentáveis para agricultores familiares do estado do Rio de Janeiro, no biênio 2015-2017 foi desenvolvido o Projeto de Extensão na UFRRJ intitulado “Fortalecimento da agricultura familiar na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro: construção de mercados e assistência técnica para o desenvolvimento local sustentável” que teve como objetivo promover os circuitos curtos de comercialização por meio de canais de venda direta, apoiar técnica e politicamente os agricultores familiares do território. Assim esse projeto realizou a implementação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), na modalidade Compra Institucional e de uma Feira da Agricultura Familiar (FAF) no Campus Seropédica.

Desde 2015, o Programa de Residência Agrônômica vêm prestando assistência técnica e extensão rural (ATER) aos agricultores que acessam ambos os canais no âmbito da UFRRJ, sendo responsáveis por parte expressiva dos resultados exitosos. A partir de 2017, o Projeto foi transformado em Programa de Extensão da UFRRJ multicampi, intitulado “Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar na Baixada Fluminense e Centro Sul do Estado Rio de Janeiro”.

A partir da contextualização realizada, o seguinte questionamento norteará esta pesquisa: como esses canais contribuem para promoção da segurança alimentar e nutricional dos agricultores e consumidores?

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Descrever as experiências da venda direta da agricultura familiar na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, campus Seropédica (RJ) e demonstrar suas contribuições para a segurança alimentar e nutricional dos participantes.

2.2 Objetivos Específicos

- Realizar a análise econômica da Feira da Agricultura Familiar (FAF) no campus Seropédica nos anos de 2017 e 2018;
- Caracterizar a oferta de alimentos na FAF em 2018;
- Refletir sobre a participação das mulheres na FAF;
- Caracterizar o perfil e o comportamento dos/as consumidores/as da FAF;
- Descrever a compra da agricultura familiar pela UFRRJ nos anos de 2018 e 2019 e analisar as suas contribuições para os(as) beneficiários(as) fornecedores/as.

3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

3.1 A Evolução do Conceito de Segurança Alimentar e Nutricional

No final da Primeira Guerra Mundial, o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) ganhou destaque, quando, na época, representava somente a dimensão da disponibilidade de alimentos e era denominada apenas de ‘segurança alimentar’. A partir da experiência da Guerra, foi observado que um país poderia dominar o outro, controlando a disponibilidade de alimentos fornecidos. De acordo com Maluf e Meneses (2000), a alimentação seria uma arma poderosa, principalmente se aplicada por uma potência em um país que não tivesse a capacidade de produzir por conta própria e suficientemente seus alimentos. Predominava a concepção de que a soberania de um país dependia da quantidade de alimentos produzidos para suprir a sua demanda.

Em 1974 aconteceu a 1ª Conferência Mundial de Segurança Alimentar, promovida pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) e, até então, mantinha-se a ideia de que a SAN estava diretamente ligada à produção agrícola (MALUF; MENESES, 2000). Nessa época, o Brasil vivia uma crise alimentar, pois havia uma fragilidade nos estoques mundiais de importantes países que forneciam alimentos. A partir dessa fragilidade, a Revolução Verde ganhou espaço, pois o argumento era de que estava faltando alimentos, em consonância com a grande necessidade de produzir para combater a desnutrição. Isso fez com que as indústrias químicas aumentassem a produção de insumos como fertilizantes e agrotóxicos para atender a uma demanda crescente (ALTIERI, 2012).

A produção mundial – aumentou expressivamente, como prometia a Revolução Verde, mas, nem por isso, desapareceram os males da desnutrição e da fome, que continuaram atingindo tão gravemente parcela importante da população mundial (MALUF; MENESES, 2000).

Na década de 1980, concluiu-se que os problemas da fome e da desnutrição eram decorrentes de problemas de demanda, ou seja, de acesso e não só de produção (NASCIMENTO; ANDRADE, 2010), ou seja, a produção de alimentos poderia suprir a demanda da população, mas nem todos tinham esses alimentos disponíveis, por falta de renda para adquiri-los.

Em 1990 o conceito de SAN evoluiu, incorporando o termo ‘nutricional’, tornando-se segurança alimentar e nutricional. De acordo com Gazolla (2007) incluiu-se questões relacionadas ao acesso aos alimentos, à renda e ao poder aquisitivo como determinantes do acesso alimentar, a qualidade nutricional, as contaminações de alimentos produzidos através de cargas pesadas de agrotóxicos, o debate sobre uma alimentação saudável e equilibrada, além da discussão sobre a biotecnologia e os organismos geneticamente modificados (OGMs), como temas que pautaram a discussão em torno da SAN no Brasil.

O discurso do uso de um pacote tecnológico para aumentar a produção e diminuir a fome existe até hoje, o que não é visto como resultado na realidade. Nas propriedades de grande porte, a monocultura predomina e a produção é voltada para commodities.¹ A área de

¹ São produtos padronizáveis, que podem ser estocados e transacionados internacionalmente. As principais commodities são os grãos (milho, soja e trigo), o álcool, o algodão e carnes (meia

monocultura só vem aumentando nos últimos anos, podendo ser constatado a partir da série histórica da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) dando destaque para a soja, umas das culturas mais cultivadas no país. Na safra 2015/2016 correspondia a uma área plantada de 33.229 milhões de hectares. Já na safra 2017/2018 a área plantada de soja correspondia a 35.048 milhões hectares.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a área plantada no Brasil em março de 2018, correspondia a 79.387.668 hectares, sendo e soja, a cultura responsável por quase metade da área cultivada do país. Argumenta-se que a biodiversidade e a sustentabilidade dos sistemas alimentares, bem como a capacidade futura de produção, distribuição e consumo de alimentos está sendo comprometida pelo uso de pacotes tecnológicos difundidos com o discurso de aumentar a produção e diminuir a fome. A monocultura dificulta a oferta de alimentos variados, esgota as terras agricultáveis, pois utiliza uma grande quantidade de agrotóxicos e maquinários, promovendo a compactação do solo; proporciona o êxodo rural e a insegurança alimentar (ALTIERI, 2012). Percebe-se que não só a disponibilidade de alimentos é importante, mas, também, o acesso aos mesmos e com qualidade, ou seja, livres de agrotóxicos e oferecidos em quantidade e variedade suficientes que possam suprir as demandas nutricionais dos indivíduos. O respeito pela cultura alimentar e hábitos alimentares saudáveis também são parâmetros importantes para a garantia da SAN (BRASIL, 2006).

Por meio da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (BRASIL, 2006) o último conceito de SAN foi estabelecido, partindo de uma teoria abrangente e intersetorial e de um amplo processo de participação e discussão com setores diversos da sociedade. Sendo dois os princípios que a orientam: o direito humano à alimentação adequada e a soberania alimentar.

Desde 2003, vinham ocorrendo avanços, quando foi lançada a estratégia do Programa Fome Zero e publicada a resolução da 2ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar que foi elaborada pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA em 2004, que tinha como objetivo propor diretrizes para o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (PlANSan), além de avaliar ações e experiências.

De acordo com o Art. 3º da Lei nº 11.346/ 2006 foi estabelecido o conceito de SAN, que visa a intersetorialidade² como ação fundamental para efetivação dessa política: “A Segurança Alimentar e Nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis” (BRASIL, 2006).

carça e cortes congelados) (WAQUIL *et al.*, 2010).

² Entende-se por intersetorialidade, a possibilidade de síntese de políticas, e esta por sua vez está no reconhecimento dos limites de poder e de atuação dos setores, pessoas e instituições (TABAI, 2016).

Em 2010 ocorreu a inclusão do Direito Humano à Alimentação no artigo 6º da Constituição Federal, tanto a Lei nº 11.346/06 e o direito assegurado na Constituição Federal, inseriram a alimentação no contexto dos direitos sociais, fazendo com que a promoção do acesso à alimentação seja um dever do Estado. Associar a SAN à soberania alimentar é reconhecer o direito de um povo de escolher o que vai consumir e produzir de alimentos (CONTI, 2013). Trabalhar com a intersetorialidade promovendo fortalecimento da Agricultura familiar, é uma forma de contribuir no processo produtivo, através do enfoque agroecológico visando o cultivo de forma sustentável, contribuindo para o desenvolvimento local, preservando a biodiversidade da fauna e da flora e otimizando a sua produção e a economia.

3.2 Agricultura Familiar no Brasil

A Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006, instituiu as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. O Artigo 3º desta lei considera o agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos principais requisitos: não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Ainda estão incluídos nesta lei, os silvicultores, extrativistas, pescadores artesanais, aquicultores, povos indígenas e integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais.

Os beneficiários enquadrados na Lei, tem o direito de obter a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP) que é considerada o documento de identificação da agricultura familiar, e que possibilita o acesso a diversas políticas públicas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa de Garantia do Preço Mínimo (PGM), dentre outras.

Em 2017, foi lançado Decreto nº 9.064, que dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária (UFPA), institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) e regulamenta a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. A partir deste Decreto, a DAP passou a ser denominada CAF e os principais critérios que se diferenciam da lei é que o agricultor deve ter no mínimo, metade da força de trabalho familiar no processo produtivo e de geração de renda, além de auferir, no mínimo, metade da renda familiar de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento. Mesquita e Mendes (2012) enfatizam que o conceito de Agricultura Familiar é utilizado para caracterizar unidades de produção rural, estruturadas no trabalho familiar, o qual se identifica pela relação entre a terra, o trabalho e a família.

A agricultura familiar é a principal responsável pela segurança alimentar das famílias brasileiras, ofertando alimentos para uma alimentação adequada e saudável da população. De acordo com o último censo agropecuário executado em 2017, em comparação com o censo Agropecuário realizado em 2006, a agricultura familiar continua representando o maior contingente (77%) dos estabelecimentos agrícolas do país, mas, por serem de pequeno porte,

ocupam uma área menor, 80,89 milhões de hectares, o equivalente a 23% da área agrícola total. Em comparação aos grandes estabelecimentos, responsáveis pela produção de *commodities* agrícolas de exportação, como soja e milho, a agricultura familiar responde por um valor de produção muito menor: representando 23% do total no país. Apesar dos estabelecimento terem uma área menor, esse segmento responde por 48% do valor da produção de café e banana; nas culturas temporárias, são responsáveis por 80% do valor de produção da mandioca, 69% do abacaxi e 42% da produção do feijão. Tendo uma participação significativa na produção de alimentos que vão para a mesa dos brasileiros (IBGE, 2017).

Os debates teóricos e políticos a respeito das categorias “campepinato” e “agricultura familiar” confirmaram a constituição de um setor de agricultores não patronais e não latifundiários, que exercitam formas próprias de viver e trabalhar, confirmada pelos dados do Censo Agropecuário 2006 (WANDERLEY, 2014). Para Wanderley (2004), o campepinato tradicional não constitui um mundo à parte, isolado do conjunto da sociedade. Pelo contrário, as sociedades camponesas se definem, precisamente, pelo fato de manterem com a chamada “sociedade englobante” laços de integração, dentre os quais são fundamentais os vínculos mercantis.

O processo de transformação do campepinato não pode ser entendido como a passagem de uma situação de isolamento social e de exclusão do mercado, para outra de integração econômica e social no conjunto da sociedade (WANDERLEY, 2004). A inserção do camponês no mercado de trabalho significou para Chayanov (1985), uma maneira de manutenção da condição camponesa, pois não se baseava na lógica de acumulação burguesa, não estava fundamentada na lógica do lucro, mas de reprodução da vida. Além da questão econômica propriamente dita, a agricultura familiar está associada a dinâmicas sociais, políticas e culturais identificadas com a construção do conceito de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil (BRASIL, 2018). A Política de SAN dialoga de forma intersectorial, com a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) sendo muito importante para que se tenha avanços significativos na efetivação de políticas públicas.

3.3 Política de Segurança Alimentar e Nutricional e o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica

A Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) é um importante instrumento de definições, princípios, diretrizes, objetivos e composição do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN. Por meio do SISAN, o poder público e a sociedade civil organizada formularam e implementaram políticas, planos, programas e ações com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada (BRASIL, 2006).

O Artigo 4º da LOSAN Nacional traz a abrangência da lei em seis tópicos, quais sejam:

- I. ampliação das condições de acesso aos alimentos por meio da produção, em especial da agricultura tradicional e familiar, do processamento, da industrialização, da comercialização, incluindo-se os acordos internacionais, do abastecimento e da distribuição dos alimentos, incluindo a água, bem como da geração de emprego e da redistribuição de renda;
- II. conservação da biodiversidade e utilização sustentável

- dos recursos;
- III. a promoção da saúde, da nutrição e da alimentação da população, incluindo-se grupos populacionais específicos e populações em situação de vulnerabilidade social;
 - IV. a garantia da qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos, bem como seu aproveitamento, estimulando práticas alimentares e estilos de vida saudáveis que respeitem a diversidade étnica e racial e cultural da população;
 - V. a produção de conhecimento e o acesso à informação; e
 - VI. a implementação de políticas públicas e estratégias sustentáveis e participativas de produção, comercialização e consumo de alimentos, respeitando-se as múltiplas características culturais do País.
- (BRASIL, 2006)

O Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010, regulamentou a LOSAN e estabeleceu os parâmetros para a elaboração do primeiro Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PlaNSan). Através do Artigo 2º desse Decreto foi instituída a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), com o objetivo geral de promover a segurança alimentar e nutricional, bem como assegurar o direito humano à alimentação adequada em todo território nacional.

A PNSAN demanda a intersetorialidade e preconiza o envolvimento da sociedade civil organizada, em seus diferentes setores ou áreas de ação – saúde, educação, trabalho, agricultura, desenvolvimento social, meio ambiente, dentre outros – e em diferentes esferas, tais como produção, comercialização, controle de qualidade, acesso e consumo. É um conjunto de ações planejadas para garantir a oferta e o acesso aos alimentos para toda a população, a fim de promover a saúde e a nutrição adequada. Foi elaborada para que seja sustentável, ou seja, desenvolver e articular condições que permitam sua manutenção em longo prazo (BRASIL, 2010).

Em 2011 foi lançado o PlaNSan 2012-2015, elaborado pela Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), com consulta ao Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e aprovado pelos 19 Ministérios que faziam parte da CAISAN, naquele momento. O PlaNSan agrega ações desses órgãos, destinadas para a produção, o fortalecimento da agricultura familiar, o abastecimento alimentar e a promoção da alimentação saudável e adequada. Buscou embasamento nas metas e objetivos do Plano Plurianual (PPA) para o mesmo período (2012 a 2015), o que foi estratégico para o planejamento da ação pública, garantia da intersetorialidade, além de permitir possibilidades orçamentárias para sua implementação. O Plano serviu como um instrumento de monitoramento das metas para o conjunto de ações voltadas para a SAN que, sob a coordenação da CAISAN, permitiram uma análise mais ampla e intersetorial dos seus resultados. Algumas metas estabelecidas nesse primeiro Plano se relacionam com a agricultura familiar. Destacando-se aquelas relacionadas às políticas públicas, como: Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Banco de Alimentos, Política Nacional de Agricultura Urbana, Política Nacional de Preços Mínimos (PGPM) dentre outras, que visam o fortalecimento da agricultura familiar e urbana. Em maio de 2016, foi lançado um novo Plano, que continua incentivando essas políticas através do

aperfeiçoamento das mesmas à realidade brasileira (BRASIL, 2016).

A PNSAN dialoga diretamente com a (PNAPO) que foi construída a partir de uma experiência participativa, orientada por diretrizes operacionalizadas pelo Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo, 2013-2015; 2016-2019). Baseando-se na oferta de produtos orgânicos e de base agroecológica a partir do uso sustentável dos recursos naturais, priorizando a inclusão sócio produtiva de jovens e mulheres, a preservação e a valorização da agro/sociobiodiversidade e fundamentalmente a promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional, como direito humano à alimentação adequada e saudável (BRASIL, 2012). Ambas preconizam a valorização da cultura local e o resgate de hábitos alimentares saudáveis.

A Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) de 2008-09 da Região Sudeste sobre o perfil do consumo local de alimentos, a partir de estudos do consumo alimentar, mostrou que a preferência pelo arroz e feijão é grande na cultura alimentar (88,5% e 80,4%). Destacaram-se também outros alimentos processados ou minimamente processados como: pão de sal (66,9%), macarrão (14,8%), carne bovina (49,2%), aves (25,4%), ovos (14,6%), leite integral (12,5%), queijos (15,2%), óleos e gorduras (43%). Ainda nessa lista, uma menor prevalência de consumo de apenas algumas frutas, legumes ou verduras, apontando para uma certa monotonia alimentar.

Dentre os alimentos considerados marcadores de alimentação não saudável, destacaram-se o consumo de sucos/refrescos/sucos em pó (39,5%) – que se associam ao consumo de açúcar para adoçá-los, refrigerantes (27%), salgados fritos e assados (14,1%) e sanduíches (10,2%). Esse hábito alimentar difere das recomendações do Guia Alimentar para a População Brasileira (BRASIL, 2015) que preconiza diversidade alimentar, assim promovendo uma alimentação adequada e saudável, que seja capaz de acelerar o declínio da desnutrição e reverter a tendência de aumento da obesidade e de outras doenças crônicas relacionadas à alimentação.

De acordo com o Guia Alimentar para a População Brasileira (BRASIL, 2015), as principais doenças que atualmente acometem os brasileiros deixaram de ser agudas e passaram a ser crônicas. Os padrões de alimentação estão mudando rapidamente na grande maioria dos países e, em particular, naqueles economicamente emergentes. No Brasil, as principais mudanças envolvem a substituição de alimentos *in natura* ou minimamente processados de origem vegetal (arroz, feijão, mandioca, batata, legumes e verduras) e preparações culinárias à base desses alimentos, por produtos industrializados prontos para consumo. Como consequência observa-se um aumento na obesidade nos últimos anos, o excesso de peso acomete um em cada dois adultos e uma em cada três crianças brasileiras.

Essas transformações, observadas com grande intensidade no Brasil, determinam, entre outras consequências, o desequilíbrio na oferta de nutrientes e a ingestão excessiva de calorias. A Organização Mundial da Saúde (OMS) propõe que os governos forneçam informações à população para facilitar a adoção de escolhas alimentares mais saudáveis em uma linguagem que seja compreendida por todas as pessoas e que leve em conta a cultura local (BRASIL, 2015).

Além da preocupação com a saúde os brasileiros têm demonstrado grande preocupação com os impactos ambientais da agricultura convencional e seus efeitos sobre a segurança alimentar e nutricional, como indica a forte atuação, em diversas frentes, de movimentos, organizações não governamentais, universidades e cidadãos(ãs), imbuídos do propósito de fazer com que a produção agrícola alcance patamares adequados de sustentabilidade (BRASIL, 2016).

É importante a articulação entre agentes públicos e privados, a fim de ampliar as iniciativas de gestores governamentais na área e contribuir para a incorporação do tema nas agendas de discussão nacional, assim articulando processos de planejamento e implementação de políticas públicas. É um desafio fortalecer sistemas alimentares pautados na soberania alimentar e na garantia do DHAA.

Alguns instrumentos no Brasil são utilizados para o fortalecimento das políticas públicas da AF, bem como a Soberania e a Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN) com enfoque na Agroecologia. Para pensar políticas públicas de SAN deve-se levar em consideração a renda disponível para compra de alimentos em quantidade e na qualidade necessárias; a segurança dos alimentos, o modelo de produção e de uso da terra; os hábitos alimentares e de saúde; política de abastecimento e sustentabilidade da produção agrícola; dentre outros fatores. Deve-se pensar ainda, em questões como os hábitos de vida e consumo da população, questões estruturais de produção agrícola e comércio de alimentos (BRASIL, 2015).

3.4 Agroecologia e Agricultura Orgânica

Na década de setenta, em plena fase da modernização intensiva da agricultura, a agricultura ecológica encontra suas raízes e surge com o movimento da agricultura alternativa em razão de uma política de modernização que provocou a expropriação de camponeses e agricultores familiares, a concentração da propriedade da terra e a crescente diferenciação social no campo. Caracterizada pelo resgate de formas tradicionais da produção camponesa, constituía nesse caso uma estratégia de reprodução social dos agricultores que lutavam por sobreviver no campo (BRANDENBURG, 2017).

A agroecologia desponta, neste cenário, como uma alternativa viável para a construção de um novo paradigma para a agricultura, que promova a ampliação das condições de acesso a alimentos saudáveis, a partir de sistemas de produção agrícola ecologicamente equilibrados, e que contribua para o fortalecimento de bases estruturais socialmente justas e inclusivas para o campo (PLANAPO, 2019).

De acordo com Caporal e Costabeber (2002) e Caporal et al. (2009) a agroecologia é um enfoque científico de caráter multidisciplinar, destinado a apoiar a transição dos atuais modelos de desenvolvimento rural e de agricultura convencionais para estilos de agricultura mais sustentáveis. Para Sevilla Guzmán e Gonzalez de Molina (1996), a agroecologia corresponde a um campo de estudos com enfoque holístico. Para Altieri, a agroecologia “trata-se de uma nova abordagem que integra os princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo” (ALTIERI, 2009, p. 23).

A base social da agroecologia é representada pela agricultura familiar que assume destacada importância para erradicar a fome e a pobreza, garantir a Segurança Alimentar e Nutricional, melhorar os meios de subsistência, gerenciar os recursos naturais e alcançar o desenvolvimento sustentável. A questão ecológica que se coloca é a degradação da base natural que sustenta a produção primária e a rede de relações entre os seres vivos na qual se insere a espécie humana. Aos problemas ambientais estão intimamente relacionados os problemas sociais à estrutura agrária concentradora de terras e riquezas do país, à exclusão

social, à restrição de liberdades substantivas que impede o desenvolvimento sustentável no campo.

Desde 2008, o Brasil ocupa a liderança mundial no consumo de agrotóxicos, contribuindo para isto, a expansão dos cultivos transgênicos, a emergência de resistência dos fitoparasitas e o incentivo do poder público isentando impostos relativos à produção e comercialização de agrotóxicos. De acordo com Carneiro (2015), um terço dos alimentos consumidos cotidianamente pelos brasileiros está contaminado pelos agrotóxicos.

Nesses últimos anos, vimos assistindo uma série de medidas tomadas pelo poder público que ajudam a manter o Brasil na posição de destaque quanto ao uso de agrotóxicos, trazendo reflexões polêmicas e importantes para a sociedade. Em 2018, houve a retomada do Projeto de Lei nº 6.299/2002, conhecido como o PL do Veneno. Este projeto assume a primazia dos interesses econômicos do agronegócio, sugerindo a substituição do conceito de agrotóxico por “produtos fitossanitários”, além da retirada de poderes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) em relação ao licenciamento, liberação e fiscalização do uso de agrotóxicos. O PL 6.299 substitui a Lei nº 7.802 de 11 de julho de 1989, conhecida como a Lei do Agrotóxico, um importante marco no processo de redemocratização do país e na articulação política entre a saúde coletiva e o ambientalismo, com amplo apoio de sindicatos, movimentos sociais e setores da sociedade civil. (PORTO, 2018).

Em 2019, a ANVISA aprovou o seu novo marco regulatório para avaliação e classificação toxicológica dos agrotóxicos. Especialistas defendem que essa nova regra alterou os critérios de classificação, tirando a gravidade toxicológica de diversos produtos, onde por exemplo, o número de produtos classificados como extremamente tóxicos poderiam cair de 800 para 300. O Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA), também realizado pela ANVISA, mostrou os resultados para o ano de 2017-2018, revelaram que 49% dos alimentos analisados não tinham resíduos, 28% apresentaram resíduos permitidos e nos limites estabelecidos e 23% apresentavam não conformidades, embora não tenha sido apontado possibilidade de risco agudo (ANVISA, 2019). Vale considerar, que o PARA analisa apenas alimentos consumidos frescos e in natura, como frutas e verduras, desconsiderando análise de alimentos de origem animal, industrializados e a água, trazendo a necessidade de aprofundar as reflexões sobre os impactos do sistema de produção agrícola que necessita da tecnologia dos agrotóxicos.

Neste contexto, a produção de alimentos seguros reside no desenvolvimento da gestão agroecológica como uma alternativa ao modelo agrícola dominante. Os sistemas de produção orgânica de base ecológica produzem alimentos de alta qualidade sem o uso de contaminantes intencionais e têm por finalidade conservar e recompor a biodiversidade, incrementar a atividade biológica, promover o uso saudável do solo, da água e do ar, reciclar e reduzir o aporte de insumos e fortalecer os circuitos curtos de comercialização e consumo (BRASIL, 2003).

De acordo com Perez-Cassarino e Ferreira (2013) para a construção teórica em torno da agroecologia, bem como o discurso das organizações que a promovem, tem ampliado sua abordagem para uma leitura a partir do sistema agroalimentar em sua totalidade, colocando em questão a necessidade de, ao lado do desenvolvimento de formas ambientalmente sustentáveis de produção, desenvolver mecanismos diferenciados de comercialização.

Desta forma, procura-se desenvolver iniciativas que estructurem processos diferenciados de desenvolvimento rural, com base na construção de sistemas agroalimentares alternativos em escala local, que possam visar e propocionar articulações regionais, nacionais

e internacionais, tendo como um dos pilares de sustentação a construção de circuitos de proximidade de comercialização e a valorização dos mercados locais (PEREZ-CASSARINO e FERREIRA, 2013)

3.5 Circuitos Curtos de Comercialização

O sistema agroalimentar que opera sobre a lógica do mercado hegemônico, coloca a distribuição dos alimentos disposta em um grande circuito de comercialização, muitas vezes caracterizado pelo controle de grandes empresas e redes varejistas, onde os alimentos percorrem um grande caminho, desde o campo onde foi produzido, até chegar ao mercado onde pode ser acessado pelo consumidor (GUZZATTI, 2014).

Os circuitos curtos de comercialização (CCC) são uma tipologia de canais de comercialização de produtos agrícolas, caracterizada pelo encurtamento da cadeia, estabelecendo relações mais diretas entre agricultores, produtores de alimentos e consumidores. Desta forma, aproximando produtores e consumidores. (GUZZATTI, 2014).

François (200, p. 13) afirma que os circuitos curtos são uma forma de comercializar os produtos permitindo “diminuir o número de intermediários entre o produtor e o consumidor”. O circuito mais curto é aquele em que o produtor entrega diretamente o seu produto ao consumidor, chamado “venda direta”.

Segundo Viegas (2009), para medir o quão curto é um circuito, alguns países consideram dois tipos de distâncias: a espacial e a relacional. A distância espacial remete à distância geográfica em “quilômetros”, não havendo um referencial para o Brasil. Já para a distância relacional, há um consenso que considera – no máximo – um intermediário entre produção e consumo, podendo o circuito curto ser uma feira, uma cooperativa ou um restaurante, por exemplo (CHAFFOTTE e CHIFFOLEAU, 2007; GALLI e BRUNORI, 2013; GÚZMAN *et al.*, 2012; DAROLT *et al.*, 2013).

Os CCC apresentam diferentes dimensões, a saber: a) espacial, ao reduzir as distâncias que os alimentos percorrem entre a produção e o consumo; b) social, ao proporcionar o contato face a face entre produtores e consumidores, que resultam em confiança e integração na cadeia; e c) econômica, ao alavancar mercados locais para a produção (SCHNEIDER E FERRARI, 2015)

Considerando os CCC uma iniciativa, que se opõem à economia dominante vêm ganhando notoriedade, através das lacunas deixadas pelo próprio sistema, usando da sua estrutura para avançar como uma alternativa econômica justa (SANTOS, 2000). É possível observar uma forte relação entre a reciprocidade e as trocas mercantis na agricultura familiar, sendo as principais interfaces entre as duas as trocas de serviço remuneradas, economia solidária e os CCC (SABOURIN, 2011).

Nos canais de venda direta em circuitos curtos, o contato direto do produtor e do consumidor propicia uma maior confiança e rastreabilidade, além de movimentar a economia da região, através da inserção do pequeno produtor no mercado local. Nesses canais há espaço para a oferta de alimentos de acordo com a sazonalidade, com melhor qualidade nutricional, atendendo as demandas sociais e econômicas da região promovendo a soberania e segurança alimentar e nutricional (SSAN). Darolt (2013) destaca a maior autonomia do agricultor em relação aos circuitos longos orientados pela lógica comercial e industrial.

Para Santos (2000) a autonomia assume um dos mais relevantes aspectos na

emancipação a ser alcançada, uma vez que proporciona aos atores sociais, participação ativa nas tomadas de decisões, adquirindo uma maior capacidade de intervir e transformar a dinâmica do seu território. As diferentes modalidades de circuitos curtos promove níveis distintos de proximidade e interação entre os atores sociais envolvidos, as compras institucionais como venda direta, estão enquadradas com CCC e nesse caso, a sociedade é representada pelo estado que atua como consumidor coletivo (DAROLT, 2013).

O fortalecimento de canais de venda direta pode estimular a diversificação de produtos. Agricultores orgânicos que fazem venda indireta, por exemplo, que concentram as entregas de seus produtos em um único ponto, como os supermercados, tendem a ter um sistema mais simplificado, sendo menos diversificado quanto ao número de espécies e não têm interação com o consumidor (DAROLT; CONSTANTY 2008)..:

Com relação às feiras agroecológicas ou orgânicas, há uma grande tendência para a promoção de alimentos diversificados e com preços mais acessíveis em comparação aos supermercados. Gliessman (2000) destaca a importância de uma proposta de criação de espaços que proporcionem acesso a alimentos agroecológicos para as populações de diferentes faixas de renda, promovendo desta forma a SAN.

Darolt (2012) enfatiza que a maioria dos produtores de base ecológica com resultados satisfatórios na comercialização de seus produtos, tem utilizado dois a três canais de venda direta (feiras do produtor, entrega de cestas em domicílio e, de modo recente, compras governamentais). A produção de alimentos orgânicos, bem como as formas alternativas de comercialização são maneiras de explorar o potencial transformador do setor agroalimentar e o mercado (DAROLT, 2012). Para Perez- Cassarino(2013):

A construção de mecanismos alternativos de mercado tem possibilitado a abertura de espaços de comercialização e formas de gestão e organização social, técnica e produtiva que correspondam, reconstruam e fortaleçam a racionalidade socioeconômica característica do campesinato, como forma diferente da capitalista e ambientalmente sustentável de organização da ação econômica. Igualmente, o estabelecimento de formas participativas de controle da qualidade orgânica, portanto de geração de credibilidade, estimula a participação dos agricultores, mas também dos consumidores, como agentes do processo de organização do sistema agroalimentar.

Desta forma os sistemas agroalimentares abrangem mais do que a unidade de produção agropecuária compreendendo todos os aspectos da produção, distribuição e consumo de alimentos. Em escala local são dependentes de formas de produção e mecanismos diferenciados de comercialização, tendo como base de sustentação os circuitos de proximidade e a valorização de mercados locais. Para Santos (2000) a agricultura orgânica bem como as formas alternativas de mercado são formas de construção de novos paradigmas sociais que proporcionam a emancipação socioeconômica.

3.6 Políticas Públicas para a agricultura familiar voltadas à construção de mercados para agricultura familiar e à promoção da SAN

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de

Alimentação Escolar (PNAE), são os dois principais programas brasileiros que conjugaram em seus objetivos, a superação da insegurança alimentar com estímulo à agricultura familiar. Grisa e Schneider (2014) referenciaram o PAA e o PNAE como as políticas de terceira geração que contaram com a “participação proeminente de atores vinculados ao debate da segurança alimentar e nutricional, como o CONSEA, assim como organizações agroecológicas, entidades da agricultura familiar, gestores públicos e estudiosos da agricultura familiar, segurança e abastecimento alimentar. A participação destes "novos" atores e ideias nas arenas públicas provocou certo redirecionamento das políticas para a construção de mercados vinculados à segurança alimentar e à sustentabilidade, sem deixar de ser igualmente importante a atuação destes atores para a afirmação política da categoria social e edificação das demais políticas públicas citadas.

O PAA, instituído pela Lei nº 19.696/2003 tinha como objetivos a “promoção do abastecimento alimentar; fortalecimento dos circuitos locais e regionais e redes de comercialização; valorização da biodiversidade e a produção orgânica; incentivo aos hábitos alimentares saudáveis e estímulo cooperativismo e o associativismo”. A criação do PAA “visava articular a compra de produtos da agricultura familiar com ações de segurança alimentar (distribuição de alimentos) para a população em vulnerabilidade social” (GRISA;SCHNEIDER,2014).

Inicialmente, o PAA foi executado em cinco modalidades: compra com doação simultânea, compra direta, apoio à formação de estoques, incentivo à produção e ao consumo de leite e aquisição desementes. Em 2012, o PAA foi ampliado em sua abrangência, com o Decreto nº 7.775, ao criar a uma nova modalidade, a Compra Institucional. A partir deste Decreto, instituições públicas em nível municipal, estadual e federal puderam adquirir alimentos da agricultura familiar por um processo de compra direta, simplificado, por meio de chamada pública com dispensa de licitação, ou seja sem as exigências formais adotadas nas licitações públicas e sem estabelecer concorrência entre os fornecedores. Deste modo, hospitais, restaurantes universitários, quartéis, creches, dentre outros, puderam adquirir produtos frescos, de elevada qualidade nutricional e isentos de agrotóxicos, diretamente de produtores locais, favorecendo a agricultura orgânica.

Uma estratégia para ampliação das aquisições institucionais foi inserida no Decreto nº 8.473/2015 que estabeleceu, em âmbito federal, que um percentual mínimo de 30% dos recursos destinados à compra de gêneros alimentícios deveria ser aplicado em aquisições da agricultura familiar. O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Ministério do Desenvolvimento Social incentivaram os órgãos públicos federais a se estruturarem para as compras diretas da agricultura familiar através de eventos e seminários para troca de experiências entre as entidades, agricultores familiares e cooperativas e com a divulgação de editais em suas páginas oficiais.

A partir de 2009, com a Lei nº 11.947, 30% do valor destinado ao PNAE foi direcionado à compra direta de produtos da agricultura familiar. Para se ter uma dimensão do impacto desta medida, em 2015, ao destinar R\$ 3,5 bilhões para beneficiar 42,6 milhões de estudantes da educação básica, jovens e adultos, o FNDE disponibilizou R\$ 1,14 bilhão para a compra direta de produtos da agricultura familiar.

Tal abertura e ampliação de mercados institucionais trouxe desafios aos agricultores familiares para o atendimento formalizado e qualificado das demandas tanto por produtos in natura quanto de produtos processados, exigindo assistência técnica e de capacitação para a produção e comercialização. As compras governamentais têm desencadeado um processo de organização da produção familiar orgânica e de base agroecológica e desempenhado

importante papel na soberania alimentar, na provisão de novos espaços de comercialização e geração de renda (BRASIL, 2017).

Desde 2014, a crise econômica e social se instalou no Brasil. O governo do presidente Michel Temer adotou a agenda da austeridade por meio da Emenda Constitucional 95, que estabeleceu teto de gasto para as despesas primárias da União, sem definição de limite para as despesas financeiras por 20 anos. O novo regime fiscal gera desigualdade e atende a interesses específicos que se beneficiam dos cortes de gastos e da redução das obrigações sociais do governo, aumentando a injustiça social.

A austeridade é uma idéia equivocada do ponto de vista social, e contraproducente do ponto de vista do crescimento econômico e do equilíbrio fiscal, força a redução do tamanho do Estado e desmancha a solidariedade como possibilidade de base e elo para as políticas sociais (SANTOS e VIEIRA, 2018; ROSSI *et al.*, 2019).

Esse limite de gastos gera duras consequências para os trabalhadores, em especial, com o desmonte de políticas sociais que restringem e retiram direitos. O corte de recursos públicos atinge programas sociais voltados para concretizar o DHAA e a SAN, como o Programa de Aquisição de Alimentos e a Rede de Equipamentos de SAN, como os restaurantes populares e as cozinhas comunitárias. A extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), que ocorreu em janeiro de 2019, também impactou negativamente a agenda SAN pois trata-se de uma instância que sempre esteve voltada para a implementação de políticas públicas que garantam o DHAA.

Apesar da importância dessas políticas, a Agricultura Familiar e PAA veem sofrendo cortes significativos em seu financiamento. Em 2017, houve uma redução de 40% no orçamento do PAA, passando de R\$ 478 milhões para R\$ 294 milhões. Em Lei Orçamentaria de 2019 reduziu em 52% OrçamentodaAgriculturaFamiliar o que demonstra um desmonte das políticas públicas associadas à Agricultura Familiar.

O cenário político e econômico atual oferece ameaças e retrocessos sociais concretos, que têm repercussão direta na soberania e segurança alimentar e nutricional no Brasil. Em 2019, o IBGE revelou aumento da extrema pobreza dado que 13,5 milhões de pessoas sobrevivem com até R\$145 reais mensais e um contingente de 12,6 milhões de pessoas desocupadas. A renda diminui mais entre as pessoas mais pobres, a violência aumenta, os serviços públicos se deterioram, as políticas públicas universais garantidoras de direitos sociais estão em questionamento. A própria extinção de órgãos fundamentais como o Ministério do Desenvolvimento Agrário, sinaliza a ameaça às políticas públicas dirigidas à AF.

A ameaça do retorno do Brasil ao Mapa da Fome é evidente, afetando diretamente a qualidade de vida e a SAN da população. É imprescindível a mobilização e articulação em níveis nacional, estadual e municipal, representados a partir de conselhos, fóruns e a sociedade civil organizada, para lutar pela permanência dessas políticas.

Dados divulgados pelo IBGE da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF 2017-2018) mostram o aumento de todos os graus de insegurança alimentar (leve, moderada e grave), segundo a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA). A POF 2017-2018 é a sexta pesquisa realizada pelo IBGE sobre orçamentos familiares e mostrou que a insegurança alimentar e nutricional alcançou níveis mais elevados, enquanto a SAN atingiu seu patamar mais baixo desde 2004. Segundo essa pesquisa cerca de 3,1 milhões de domicílios passam por privação quantitativa de alimentos e quatro em cada dez brasileiros vivem alguma forma de insegurança alimentar. Os dados são ainda mais alarmantes quando se observa que, pelo menos metade das crianças menores de cinco anos vivem em domicílios com algum grau de

insegurança alimentar. Vale ressaltar ainda a redução de 19,5% na prevalência de domicílios em situação de SAN na região sudeste, em comparação aos dados disponíveis de 2013. Os dados apontam que a situação de insegurança alimentar atingia 36,7% da população, em 2018, percentual que era de 22,6% em 2013 e que 4,6% da população estão em situação de insegurança alimentar grave, ou seja, estão literalmente passando fome. Portanto, estamos prestes a retornar ao Mapa da Fome, condição que é atingida quando esse percentual alcança 5% da população.

4 METODOLOGIA

4.1 Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar na UFRRJ

Desde 2015, vem sendo desenvolvida na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro uma política para apoiar a agricultura familiar. Operacionalizada inicialmente por um Projeto de Extensão, o êxito no alcance das metas propostas levou à sua transformação no ano de 2018, no Programa de Extensão “Fortalecimento da Agricultura Familiar na Baixada Fluminense e Centro-Sul do Estado do Rio de Janeiro” (Proc. n.º 23083.003461/2015). Dentre os objetivos do Programa destacam-se aumentar a oferta de alimentos orgânicos e agroecológicos em atendimento à segurança alimentar e nutricional, promover canais de venda direta, assistência técnica e capacitação para os agricultores familiares do entorno dos campi da UFRRJ. Os resultados obtidos até o presente foram a qualificação da UFRRJ como unidade executora do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar nos espaços institucionais a Residência Agrônômica, a implementação da Feira da Agricultura Familiar na Universidade, a capacitação e a promoção do consumo consciente da comunidade acadêmica e do território. A Residência em Engenharia Agrônômica visa promover o aprimoramento de conhecimentos, habilidades e atitudes de engenheiros agrônomos recém-formados, por meio de treinamento profissional em serviço e sob orientação de docentes da Rural. Dentre as atividades desenvolvidas pelos Residentes, destacam-se: (i) extensão universitária com enfoque agroecológico, apoiando os agricultores na produção e no acesso às Chamadas do PAA; (ii) organização das agendas de formação continuada para agricultores; (iii) acompanhamento das entregas de gêneros alimentícios nos Restaurantes Universitários e (iv) participação na coordenação das Feiras da Agricultura Familiar nos Campi da Rural.

4.2 Delineamento da pesquisa

O presente estudo foi realizado no período de setembro de 2017 a setembro de 2019. Como etapa inicial foi realizada pesquisa bibliográfica e documental por meio de consultas a bases de dados Scielo, Portal de Periódicos da Capes e Google Acadêmico. Para pesquisa bibliográfica utilizaram-se diversos autores e a pesquisa documental valeu-se de materiais que não receberam tratamento analítico (fontes primárias) (GIL, 2008). Foram pesquisados sites oficiais do governo, reportagens de jornal, relatórios de pesquisa, de empresas, tabelas estatísticas, artigos, livros, dissertações e teses. As palavras chaves utilizadas para busca foram: Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional; Agricultura Familiar e Universidades, Agroecologia, Agricultura Orgânica, Agricultura Camponesa, Circuitos Curtos, Canais de Venda Direta, Feiras e Políticas Públicas para Agricultura Familiar. O estudo de campo foi realizado na UFRRJ, campus Seropédica com os AF integrantes do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar na Baixada Fluminense e Centro Sul do Rio de Janeiro. A metodologia empregada foi quali-quantitativa.

O estudo quantitativo pode gerar questões para serem aprofundadas qualitativamente, e vice versa (MINAYO, 1993). A pesquisa descreveu a Feira da Agricultura Familiar e o Programa de Aquisição de Alimentos na UFRRJ (Campus Seropédica) e analisou suas

contribuições para promoção da SAN relacionadas às dimensões de geração de renda, produção orgânica e agroecológica, inserção das mulheres, oferta de frutas, legumes e verduras. Utilizaram-se técnicas de observação participante e os resultados foram tabulados no Programa Excel. Analisaram-se as frequências absolutas e relativas dos dados quantitativos.

A técnica de observação participante foi utilizada como estratégia de reconhecimento de campo. Essa técnica consiste na participação real do conhecimento na vida da comunidade, do grupo ou de uma situação determinada (GIL, 2008). Neste caso, o observador assume, pelo menos até certo ponto, o papel de um membro do grupo. Daí, por que se pode definir observação participante como a técnica pela qual se chega ao conhecimento da vida de um grupo a partir do interior dele mesmo (GIL, 2008). Na maior parte dos casos, a pesquisa participante é um trabalho de educação popular realizado junto com e a serviço de comunidades, grupos e movimentos sociais, em geral, populares (BRANDÃO *et al.*, 2007).

No presente estudo, a autora integrou o grupo por meio das atividades exercidas enquanto bolsista de Residência Agrônoma, participando ativamente da execução da Chamada nº 01/2017 do PAA e da Coordenação da Feira da Agricultura Familiar no Campus Seropédica. O registro da observação foi realizado mediante a elaboração de notas em caderno e equipamentos audiovisuais durante as edições da Feira, assembleias, reuniões e entregas de alimentos da agricultura familiar no Restaurante Universitário. O estudo foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da UFRRJ (Processo nº 23083.003239/2020-16).

4.3 Análise econômica da Feira da Agricultura Familiar

A Feira da Agricultura Familiar (FAF) foi realizada no Campus Seropédica da UFRRJ a partir do mês de setembro de 2016, às quartas-feiras, de 8 às 13 h, no Pavilhão Central (P1). No presente estudo, foram analisados os dados de faturamento bruto dos anos de 2017 (fevereiro a dezembro) e de 2018 (março a dezembro), totalizando 41 e 39 edições da Feira, respectivamente. Foi realizada a tabulação dos relatórios de comercialização, auto-preenchidos pelos feirantes e fotografados pelos residentes em todas as edições da FAF (Anexo A). Os itens ofertados foram classificados em sete grupos: I. Hortaliças, II. frutas; III. processados; IV. Beneficiados; V. Mudanças e insumos; VI. Produtos de origem animal e fungos comestíveis; VII. Outros (Anexo B). Foram estimados os faturamentos brutos diário e mensal por feirante; mínimo e máximo mensais; por grupo de alimentos e total; balanço de vendas (percentual de itens comercializados dentre ofertados) e a participação (%) de cada grupo no volume total e no faturamento bruto total da FAF. Tendo em vista que não existe um padrão de apresentação dos produtos das feiras de agricultura familiar no Rio de Janeiro, as unidades dos itens dos grupos de hortaliças e frutas (cabeça, molho, maço, haste, estipe, etc.) foram transformadas em quilograma, usando como referência os valores em kg obtidos nas chamadas públicas para aquisição de gêneros alimentícios do Portal Compras Net do Governo Federal (BRASIL, 2019).

4.4 Participação das mulheres na Feira da Agricultura Familiar no campus Seropédica (UFRRJ)

A pesquisa foi realizada no mês de setembro de 2019. De um total de 23 feirantes da FAF, 16 eram mulheres. Entrevistaram-se 11 mulheres que participavam ativamente da

produção e/ou da comercialização na FAF. Utilizou-se um roteiro semiestruturado, contendo 10 perguntas organizadas de forma a descrever o perfil socioeconômico das feirantes (idade, escolaridade, estado civil e renda), se exerciam pluriatividade, se eram formalizadas como agricultoras familiares, portadoras de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), o sistema de produção, o acesso a canais de comercialização e a contribuição da FAF para a renda e diversificação da produção, relações reciprocidade e autoconsumo e estímulo à transição agroecológica (Anexo C).

4.5 Perfil e comportamento dos consumidores da Feira da Agricultura Familiar no campus Seropédica (UFRRJ)

Escolheram-se, ao acaso, 78 pessoas que freqüentaram a Feira da Agricultura Familiar nas datas de 8, 15 ou 22 de maio de 2019, por meio da administração de um questionário autopreenchido, contendo perguntas sobre perfil do consumidor da FAF (sexo, idade, renda, residência), vínculo com a UFRRJ, hábitos (freqüência, gasto), motivação, relação com os feirantes, benefícios valorizados, fatores limitantes para acesso à FAF e o nível de satisfação (Anexo D).

4.6 Execução da Chamada Pública nº 01 de 2017 do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na UFRRJ

Em agosto de 2017 a Universidade lançou a segunda Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento da Modalidade Compra Institucional do Programa de Aquisição de Alimentos, com dispensa de licitação. A Chamada inicialmente estava prevista para execução em 12 meses (abril/2018 à abril/2019) foi prorrogada por mais seis meses, tendo o final da sua vigência em outubro de 2019.

Desta forma, serão apresentados os dados referentes à execução da Chamada nº 01/2017, no que diz respeito a descrição do processo de execução e apreensão da percepção dos agricultores em participar desse meio de comercialização na Universidade, bem como a sua contribuição para a SAN.

Para as análises do PAA, foi produzido um segundo banco de dados, contendo informações sobre quantidade demandada pela Universidade segundo Edital da Chamada nº01/2017 (Anexo E) em relação a ofertada pelos agricultores, também foi analisado o fluxograma de entrega dos produtos e cronograma de entrega.

4.7 Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos na UFRRJ

Foi promovido um encontro de avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos referente à chamada nº 01/2017, onde ocorreu a participação de técnicos da Universidade envolvidos no processo de execução da chamada e agricultores familiares, onde além de ser empregada a técnica de observação participante, também foi realizada uma entrevista usando um roteiro semi estruturado (Anexo F). Foram abordadas questões referentes a satisfação dos fornecedores, nas dimensões de divulgação da chamada pela Universidade e compreensão da

chamada; apoio para elaboração da proposta de venda por órgãos competentes; apoio para planejamento da produção e da colheita pelos residentes em agronomia e técnicos; orientação na emissão de documentação, como a DAP e a nota fiscal do Produtor Rural; satisfação em relação ao preço pago pela Universidade, por meio da cotação do CEASA-RJ; relacionamento com a equipe da Universidade que atuou na execução do Programa; cumprimento de prazo no pagamento das notas fiscais; critérios de qualidade estabelecidos pela Universidade; quantidade, qualidade e cronograma de entrega dos produtos; Embalagens exigidas e apoio para o transporte; contribuições no aumento da renda, produção de novos produtos e aumento da produção; aquisição de bens moveis e duráveis; uso de novas tecnologias; e o PAA como política que fortalece o pequeno produtor. Após a organização das anotações do diário de campo, o conjunto de dados qualitativos foi analisado a partir da leitura criteriosa do acervo, para identificação de categorias analíticas, relacionadas aos objetivos descritos.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 Análise econômica da Feira da Agricultura Familiar

O faturamento bruto da FAF apresentou um comportamento semelhante nos dois anos analisados, sendo influenciado pelo calendário acadêmico e pela sazonalidade da oferta dos alimentos (Figura 1). No ano de 2017, o calendário acadêmico foi alterado em função de uma paralisação, quando as aulas foram interrompidas em dezembro de 2016, retornaram em fevereiro 2017 e foram novamente interrompidas em março 2017. Assim, o funcionamento da FAF acompanhou esse calendário, registrando faturamento no mês de fevereiro, mas não em março de 2017.

No ano de 2018, o período acadêmico foi normal, com as atividades começando a partir de março. Analisando a FAF a partir do mês de abril nos dois anos amostrados, ocorreu um aumento do faturamento com pico no mês de maio (2017) e junho (2018) e no segundo período, nos meses de setembro (2017) e outubro (2018). O maior faturamento nesses meses está relacionado ao maior número de feiras (maio e outubro com cinco semanas), maior oferta de hortaliças folhosas no inverno, assim como de hortaliças tuberosas e fruto nos meses de setembro e outubro.

O faturamento decresceu nos meses de julho e agosto e, em novembro e dezembro, em função do término do período letivo e início do recesso acadêmico, reduzindo o número de edições da FAF e de pessoas que circularam pela Universidade. Esses resultados mostraram que dentro da normalidade, num ano, a FAF funcionou plenamente durante apenas sete meses, com implicações para agricultores e consumidores. Para os agricultores, representa redução da renda total bruta nos meses em que há interrupção ou redução do funcionamento, sendo fundamental acessar diferentes canais de venda direta para diminuir as perdas e a dependência. Essa condição, possivelmente influencia todas as feiras que ocorrem em espaços universitários, que estão sujeitas ainda a interrupções não programadas, como as greves.

Na Baixada Fluminense, a interrupção nos meses de julho e agosto são mais críticas porque de acordo com as condições climáticas típicas - inverno seco e ameno e verão chuvoso e temperaturas elevadas, esses meses apresentam condições para a produção satisfatória de boa parte das espécies de hortaliças, especialmente das hortaliças (Figura 2). Assim, a oferta desses alimentos deve ser direcionada pelos agricultores a outros canais, havendo ainda a necessidade de realizar o planejamento de produção contando com a particularidade dos canais de venda para reduzir as perdas na comercialização nos períodos de menor movimento e interrupção do funcionamento.

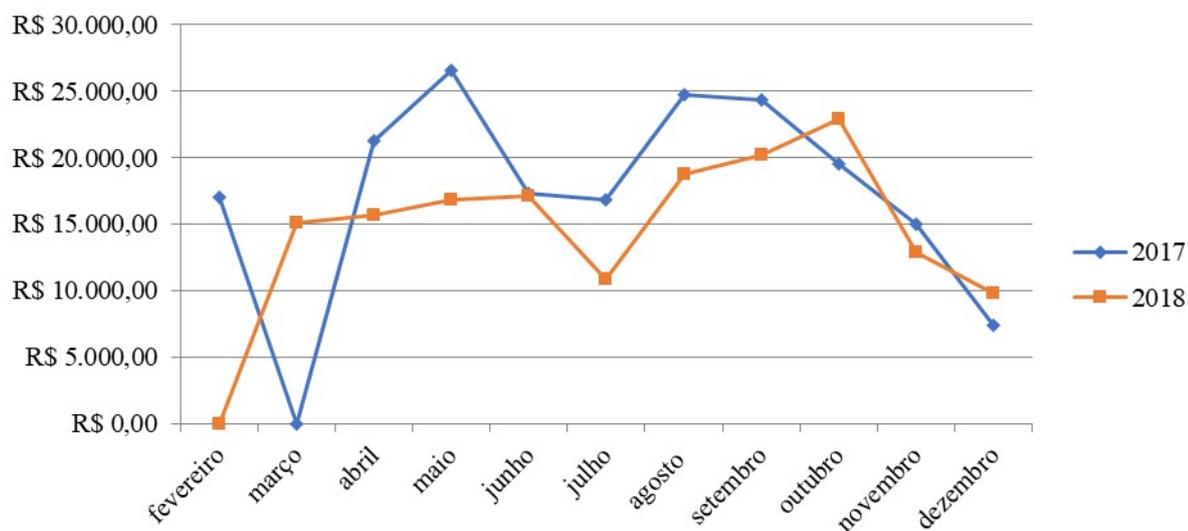


Figura 1. Faturamento bruto mensal da Feira da Agricultura Familiar na UFRRJ, campus Seropédica, nos anos de 2017 e 2018.

O faturamento bruto total no ano de 2017 (R\$ 183.394,20) foi maior do que em 2018 (R\$ 160.106,35). No ano de 2018, no mês de junho houve a saída de um grupo de feirantes que possivelmente, contribuiu para a redução de 6,8% do faturamento bruto. Não obstante, para a maioria dos feirantes (11), que participaram da FAF nos anos de 2017 e 2018, houve aumento de 42% em média no faturamento bruto, sugerindo o início de um processo de consolidação da FAF no Campus Seropédica (Figura 2). A FAF foi ficando mais conhecida pela comunidade acadêmica, houve apoio para divulgação por alunos e professores do Curso de Graduação em Comunicação Social da UFRRJ, desenvolvendo o perfil da FAF nas redes sociais (facebook e instagram; Feira da Agricultura Familiar – UFRRJ). Além disso, houve um evento de comemoração do aniversário da FAF no mês de setembro de 2018, quando completou dois anos. Também foram realizadas diversas atividades por docentes e discentes em parceria com feirantes, tais como aulas, oficinas e vivências que contribuíram para divulgação desse canal na Universidade.

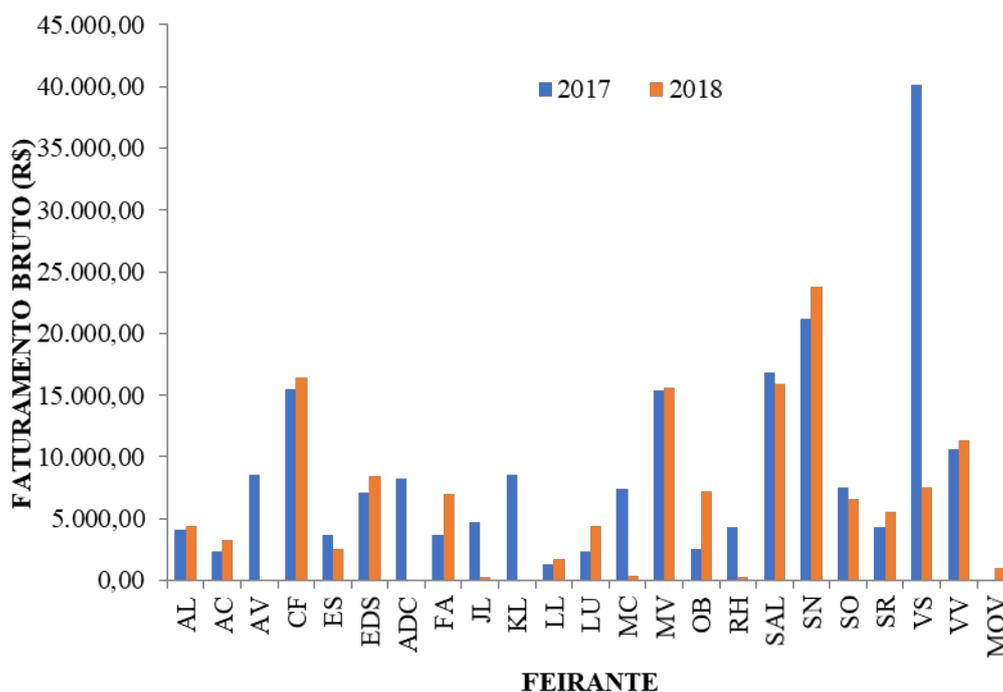


Figura 2. Faturamento bruto total por feirante (n=23) na Feira da Agricultura Familiar no campus Seropédica da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, nos anos 2017 e 2018.

Houve expressiva diferença de faturamento entre os feirantes. A amplitude entre o maior faturamento e o menor no ano de 2018, foi de cerca de nove vezes (Figura 2).

O faturamento bruto por feirante no ano de 2018 foi analisado a partir de mais elementos, tendo como base a percepção da pesquisadora ao longo do estudo, sugerindo alguns fatores que influenciaram este resultado:

- 1) Assiduidade: Os feirantes com maiores valores de venda foram aqueles que apresentaram mais de 75% de frequência na FAF, fidelizando os clientes e estabelecendo uma relação mais próxima. De acordo com a pesquisa realizada com os consumidores, 77% declararam que estabelecem diálogos referentes às práticas de produção, benefícios e formas de uso dos alimentos, não somente realizam a compra de produtos, estreitando os laços afetivos e a confiabilidade no consumo desses produtos. Apenas 20% afirmaram que a relação é só comercial.
- 2) Produtos com maior valor agregado: Os feirantes (agricultores) que com maior faturamento bruto (SN, CF, SAL e MV), comercializam alimentos beneficiados, processados e/ou prontos para o consumo, como café, pão, aipim descascado, geléias e bolos, além de produtos que não são comumente comercializados no mercado, como exemplo, o beriló (solanaceae), atraindo a atenção do consumidor.
- 3) Apresentação: feirantes com barracas com produtos orgânicos, garantidos pelo SPG ABIO e exibindo o certificado de produtor orgânico e/ ou rótulos bem apresentados e embalagens atrativas, que oferecem degustação de produtos e têm boa comunicação com os

fregueses, além de terem investido no marketing dos produtos e sítio, por meio de banners, também faturam mais.

4) Diversidade de produtos ofertados: É notório que algumas barracas que possuem maior diversidade de produtos como processados e beneficiados comercializados na mesma banca; ou beneficiados, processados e hortaliças, apresentam maior faturamento bruto. Outras possuem grande diversidade de hortaliças in natura, comercializam quase 100% dos produtos, porém o faturamento bruto é inferior por contar com produtos de baixo valor agregado.

5.2 Oferta e faturamento bruto por grupo de alimentos comercializados na Feira de Agricultura Familiar em 2018

Do faturamento bruto relativo apenas à produção dos agricultores comercializada na FAF no ano de 2018, a maior participação foi do grupo das hortaliças (40,9%), seguido pelos alimentos processados (27,5%) e pelas frutas (17%) (Quadro1). Foram oferecidos 356 itens dentre eles, o que obteve maior número, foram as mudas e insumos, seguidos de processados e hortaliças (Quadro1).

Quadro 1. Balanço de participação dos Grupos de produtos, no faturamento bruto na Feira de Agricultura Familiar na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Campus Seropédica), no ano de 2018.

Grupo	Número de itens	Faturamento bruto (R\$)	Participação (%)
Hortaliças	88	R\$ 55.783,35	40,9
Frutas	30	R\$ 23.239,50	17,0
Processados	92	R\$ 37.484,50	27,5
Beneficiados	5	R\$ 2.101,00	1,5
Mudas e Insumos	133	R\$ 11.992,50	8,8
Origem animal e fungos	3	R\$ 5.479,00	4,0
Outros	5	R\$ 252,00	0,2
Total	356	R\$ 136.331,85	

5.3 Grupos das hortaliças

No ano de 2018, foram ofertadas 88 hortaliças de diferentes espécies na Feira da Agricultura Familiar. A maior quantidade e diversidade foi ofertada nos meses de março a setembro, perfazendo 75 hortaliças nesse período (Figura 3). Tal fato pode ser caracterizado pela região apresentar maior aptidão para produção de algumas hortaliças folhosas e aromáticas, que juntas representam 55 itens no Grupo.

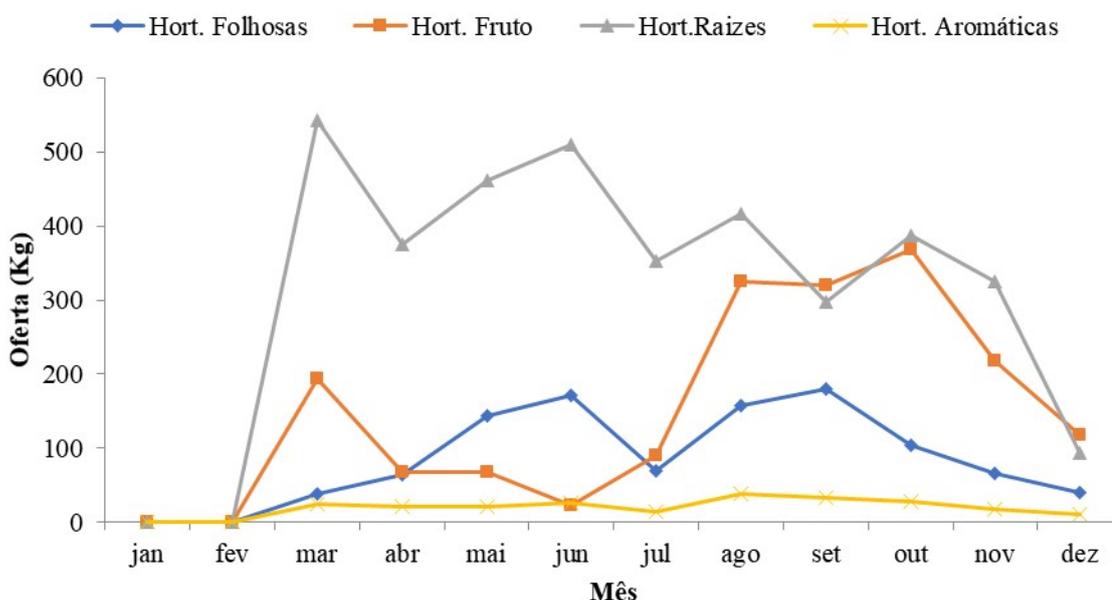


Figura 3. Oferta de hortaliças folhosas, fruto, raízes e aromáticas em quilogramas (kg) na Feira da Agricultura Familiar da Feira da Agricultura Familiar na UFRRJ, campus Seropédica, no ano de 2018.

O faturamento bruto total relativo à comercialização de hortaliças na FAF em 2018, foi de R\$ 55.783,35 (Quadro 2), dos quais o sub-grupo das tuberosas (em que a parte comercializada são órgãos de reserva, como raízes, bulbos, tubérculos e rizomas), representou a maior participação no faturamento bruto, correspondente a 38% do total (R\$ 21.526,40), seguido de frutos e folhosas.

Quadro 2. Participação dos sub-grupos das hortaliças, no faturamento bruto da Feira de Agricultura Familiar na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Campus Seropédica), no ano de 2018.

Hortaliças	Faturamento bruto (R\$)	Participação (%)
Folhosas	R\$ 14.280,00	25,60
Tuberosas	R\$ 21.526,40	38,59
Fruto	R\$ 14.656,35	26,27
Flores	R\$ 381,00	0,68
Aromáticas, condimentares e medicinais	R\$ 4.939,60	8,9
Total	R\$ 55.783,35	100

5.3.1 Hortaliças tuberosas

Foram ofertados 12 tipos de hortaliças tuberosas, destacando-se as raízes (aipim, batata doce, beterraba, cenoura e rabanete) e a cebola (bulbo). Do total de 4.098,8 kg ofertados, 3.544,30 kg foram comercializados (Tabela 1). Desses, o aipim teve a maior participação, seguido de cebola e rabanete que foram ofertados em apenas um período do ano, julho a setembro e agosto a novembro, respectivamente, reforçando a importância de realizar um planejamento de produção para aumentar o período de oferta desses alimentos, assegurando boa qualidade biológica e diversidade produtiva.

Tabela 1. Balanço de comercialização de hortaliças tuberosas na Feira de Agricultura Familiar na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Campus Seropédica), no ano de 2018.

Item	Quantidade Ofertada (kg)	Quantidade Comercializada (kg)	Balanço de venda (%)
Aipim	2.451,00	2185,00	89,15
Alho	0,40	0,30	75,00
Batata baroa	4,00	4,00	100,00
Batata doce	954,00	797,50	83,60
Beterraba	119,43	101,85	85,28
Cebola	45,90	38,61	84,12
Cenoura	237,46	220,96	93,05
Cúrcuma	20,62	13,56	65,76
Gengibre	74,98	40,62	54,17
Inhame	109,40	83,00	75,87
Nabo	1,00	0,40	40,00
Rabanete	80,70	58,50	72,49
Total	4.098,88	3.544,30	86,47

A Baixada Fluminense é uma região tradicionalmente produtora de aipim de mesa, que é usado na alimentação e é fonte de renda para as famílias agricultoras que comercializam as raízes “in natura” respondendo por parte do abastecimento da região metropolitana do Rio de Janeiro (ALONSO, 2009). Os agricultores mantêm as manivas (segmentos do caule) para propagação, facilitando o plantio. A espécie apresenta rusticidade, é tolerante a estresses ambientais, como o déficit hídrico, altas temperaturas e solos arenosos de baixa fertilidade, sendo pouco exigente em tratos culturais (OKOGBENIN, 2013; DE TARSO *et al*, 2015). Na região são cultivadas diversas variedades, localmente adaptadas. Essas características favorecem o cultivo da mandioca na Baixada Fluminense e explicam a oferta em maior quantidade dessas raízes na FAF, embora com produtividade aquém do potencial da cultura devido ao baixo nível tecnológico empregado. Os agricultores fazendo a venda direta das raízes de mandioca auferem valor diferenciado pelo quilograma (R\$ 4,00 a R\$ 5,00), pelo menos duas vezes maior do que a média do preço pago ao produtor no mercado atacadista da Ceasa Grande Rio que variou entre R\$ 1,50 a R\$ 2,00 de acordo com o Boletim da pesquisa de preços no atacado de hortaliças, frutas, cereais, pescado, flores e plantas ornamentais, número 222 emitido no dia 28 de novembro de 2019 (CEASA,2019).

5.3.2 Hortaliças folhosas

Em relação às folhosas, foram ofertados 24 tipos de hortaliças, refletindo uma grande variedade ao longo do ano (Tabela 2). Alface, couve e rúcula foram as mais comercializadas (Figura 4), representando juntas, 63% das vendas de hortaliças folhosas.

Foram comercializadas uma grande diversidade de alfaces (crespa roxa, lisa,

americana e mimosa), representando 23% das vendas de folhosas. Foram ofertadas 1.523,3 kg e comercializadas 1226,3 kg, ou seja, 80,5% das hortaliças folhosas ofertadas. Dentre essas, destacaram-se 14 espécies de plantas alimentícias não convencionais (PANC), termo usado por Kinupp (2008), para se referir a todas as plantas que possuem uma ou mais partes comestíveis, sendo elas espontâneas ou cultivadas, nativas ou exóticas, que não estão incluídas no cotidiano da população brasileira. Destacando-se a Bertalha (*Basella alba* L.), a Mostarda (*Brassica juncea* L.), e a Taioba (*Xanthosoma sagittifolium* (L.)), que tiveram expressividade na comercialização. As PANCS são encontradas em todos os Biomas brasileiros, apresentando-se em grande diversidade devido a sua rusticidade. A comercialização nos mercados convencionais é limitada, apresentando-se como uma particularidade dos circuitos curtos de comercialização. A emergência do consumo de PANC também é favorecida nas feiras pelo contato direto entre produtores e consumidores, como resgate e estímulo à diversidade alimentar, que inclui várias espécies pouco ou (des)conhecidas de hortaliças, bem como o uso de partes não consumidas dos vegetais, que via de regra são descartadas durante o preparo, o que contribui para o desperdício dos alimentos.

Tabela 2. Balanço de comercialização de hortaliças folhosas na Feira de Agricultura Familiar na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Campus Seropédica), no ano de 2018.

Item	Quantidade Ofertada (kg)	Quantidade Comercializada (kg)	Balanço de vendas (%)
Acelga	5,60	2,80	50,00
Alface	338,80	295,90	87,30
Almeirão	11,70	7,20	61,50
Azedinha	1,20	0,60	50,00
Beldroega	0,80	0,80	100,00
Bertalha	152,30	107,00	70,30
Bredo	4,80	3,30	68,40
Caruru	2,00	2,00	100,00
Catalonia	0,60	0,60	100,00
Chaya	1,20	1,20	100,00
Chicória	12,60	10,50	83,30
Couve	444,10	376,80	84,80
Espinafre	99,60	82,40	82,70
Folha de Beterraba	0,80	0,30	33,30
Folha repolho	2,30	2,30	100,00
Mostarda	118,40	91,10	76,90
Nirá	1,80	0,30	14,30
Ora Pro Nobis	39,30	28,10	71,40

Peixinho	5,00	4,00	79,00
Repolho	4,40	3,20	72,00
Rúcula	140,60	121,30	86,30
Serralha	14,40	10,20	70,80
Taioba	82,70	55,40	67,00
Vinagreira	38,50	19,30	50,00
Total	1.523,30	1.226,30	80,50

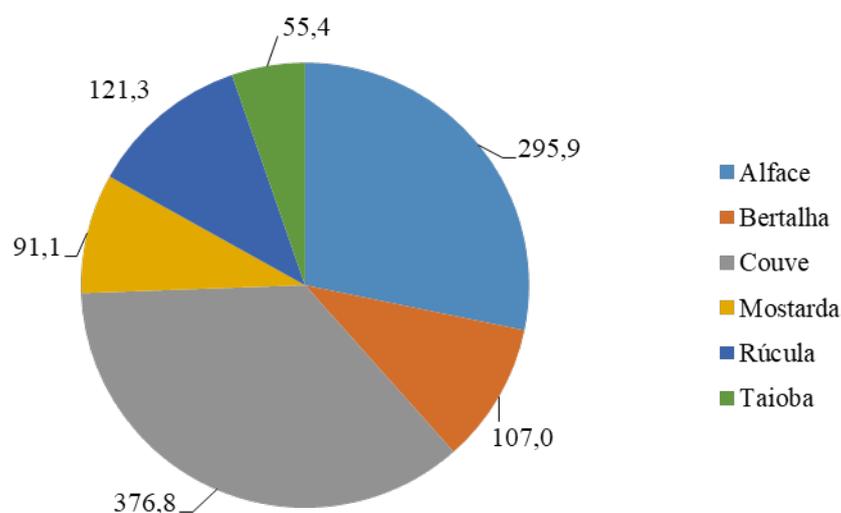


Figura 4. Principais Hortaliças folhosas comercializadas na Feira da Agricultura Familiar na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Campus Seropédica), no ano de 2018. Valores em quilogramas.

5.3.3 Hortaliças aromáticas, condimentares e medicinais

No grupo das hortaliças aromáticas, foram ofertados 31 tipos, dos quais salsa, cebolinha, coentro e hortelã representaram juntos 53% das vendas (Figura 5). Foram ofertados 366,5 kg e comercializadas 264,5 Kg. Compondo a taxa média de comercialização de 69,5% (Tabela 3).

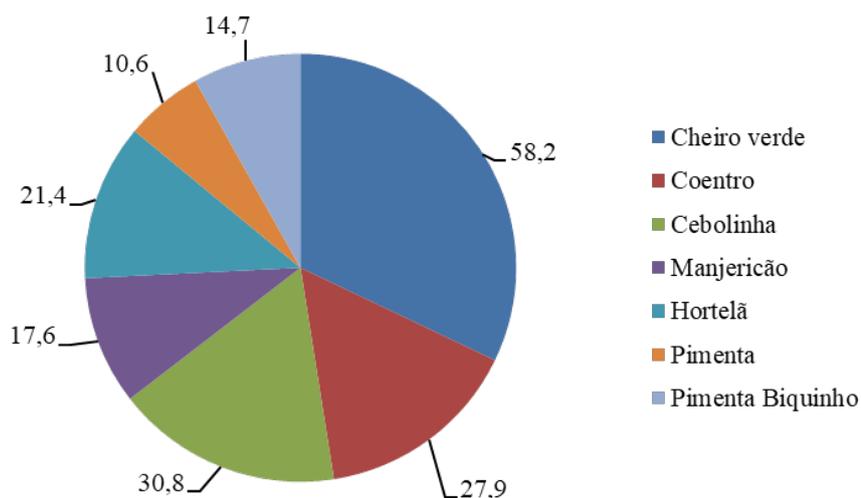


Tabela 3. Balanço de comercialização de hortaliças aromáticas, condimentares e medicinais na Feira de Agricultura Familiar na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Campus Seropédica), no ano de 2018.

Item	Quantidade ofertada (kg)	Quantidade comercializada (kg)	Balanço de vendas (%)
Cheiro verde	78	58,2	74,6
Coentro	41,3	27,9	67,6
Cebolinha	38	30,8	81,1
Manjericão	29,2	17,6	60,3
Hortelã	27,4	21,4	78,1
Pimenta	20,5	10,6	51,8
Pimenta Biquinho	18,7	14,7	78,6
Alecrim	17,4	14,4	82,8
Salsa	16,9	14,7	87,1
Louro	9,5	4,3	45,3
Zedoária	9,5	6,5	68,4
Salsão	9,1	3,3	36,7
Alho poró	7,7	4,7	61
Capim limão	6,7	4	60,4
Pimenta dedo Moça	5,8	3,9	66,9
Tomilho	5,7	5,5	97,3
Biquinho	4,6	3,2	70,8
Hortelã pimenta	4,5	1,3	28,9
Vique	3,5	2,3	65,7
Alfavaca	3	1,4	46,7
Aipo	2,2	0,8	36,4
Pimenta Ardida	2	0,6	27,6
Pimenta malagueta	1,2	0,2	19,7
Menta	1,1	0,7	63,6
Orégano	0,9	0,6	66,7
Carqueja	0,6	0,2	33,3
Estragão	0,5	0,5	100
Arnica	0,4	0	0
Maria Gorda	0,3	0,1	33,3
Insulina	0,2	0	0
Saião	0,1	0	0
Total	366,5	254,5	69,5

5.3.4 Hortaliças fruto

A oferta de hortaliças fruto foi 2.892,41 kg e a quantidade comercializada foi 2.423,90 kg (Tabela 4). Foram ofertadas 17 hortaliças nesse subgrupo, ao longo do ano. Dessas, quiabo, berinjela e abóbora, representaram juntos 52% do faturamento bruto desse segmento, com a maior participação do quiabo (32%).

Tabela 4. Balanço de comercialização de hortaliças fruto na Feira de Agricultura Familiar na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Campus Seropédica), no ano de 2018.

Item	Quantidade ofertada (kg)	Quantidade comercializada (kg)	Balanço de vendas (%)
Abóbora	519	519	100
Abóbrinha	49	37	75,5
Beriló	142	111	78,1
Berinjela	199,8	149,5	74,8
Chuchu	173,1	118,5	68,4
Jiló	310,3	205,8	66,3
Maxixe	3,5	2,5	71,4
Milho	492,8	441,5	89,5
Milho seco	6	2,4	40
Pepino	51	42,1	82,4
Pimenta	1	0,5	50
Pimentão	20,8	18,4	88,4
Quiabo	783	648	82,7
Tomate	120,2	111,4	92,6
Tomate Cereja	5,9	3,5	58,8
Tomatinho	8,2	7,9	96,3
Vagem	6,4	4,7	73,4
Total	2.892,40	2.423,90	83,8

A Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda a ingestão de pelo menos cinco porções de hortaliças e frutas diariamente. Além disso, as hortaliças *in natura* são muito perecíveis, apresentando em geral, reduzida vida útil, se encaixando na lógica de sistemas agroalimentares com produção e consumo local, sendo preferencialmente comercializadas nas feiras, atendendo à necessidade dos consumidores por alimentos mais frescos e de preferência, livre de agrotóxicos. A partir dos dados da Pesquisa de Orçamento Familiar (2008–2009), foi observado o consumo insuficiente de hortaliças e sua relação inversa com o consumo de alimentos ultraprocessados pela população brasileira. Além disso, apenas dez espécies de hortaliças representaram 83% da quantidade (em gramas) habitualmente

consumida pelos brasileiros no domicílio, dentre elas: tomate (29,2% do total de hortaliças adquiridas, cebola (19,4%), cenoura (8,1%), repolho (5,4%), alface (4,8%), abóbora (4,0%), chuchu (3,4%), pimentão (3,2%), alho (3,1%) e beterraba (2,4%). Na FAF, além dessas espécies, houve uma grande oferta de hortaliças e outros itens que não são comumente comercializados em mercados convencionais, que podem contribuir para a diversificação alimentar.

5.3.5 Hortaliças flores

Foram ofertados 4 itens no subgrupo hortaliças flores, correspondendo a 64,20 kg, dos quais 39,80 kg foram comercializados (Tabela 5). Cabe destacar que mais de 70% dos produtos que foram levados à FAF foram comercializados, exceto o broto de bambu, que é oferecido de forma sazonal na feira, sendo um alimento pouco conhecido na Baixada Fluminense, considerado uma PANC. Barbosa (2019), destaca que é possível encontrar congelados e em compotas durante o ano todo em várias regiões do mundo, podendo também ser encontrado em conserva, sendo uma possibilidade de agregação de valor e aumento da comercialização desse alimento. Dentre as especialidades que esses brotos têm, se destacam as propriedades nutricionais de proteínas e minerais, podendo ajudar nos processos de digestão do estômago., pois em sua composição estão também o potássio e fibras e contém quantidades consideráveis de ácidos (BRITO, 2013).

Tabela 5. Balanço de comercialização de hortaliças flores na Feira de Agricultura Familiar na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Campus Seropédica), no ano de 2018.

Item	Quantidade ofertada (kg)	Quantidade comercializada (kg)	Balanço de vendas (%)
Brócolis	29	22	75,9
Broto de Bambu	29,7	13,3	44,8
Couve flor	4	3	75
Folha de brócolis	1,5	1,5	100
Total	64,2	39,8	62

Observou-se uma carência desses itens na FAF, estima-se que seja devido as condições climáticas da região, bem como dificuldades para irrigação. As culturas do brócolis e da couve-flor são muito sensíveis ao déficit hídrico, sendo indispensável controlar a quantidade de água a ser aplicada ao longo do ciclo a fim de evitar prejuízos (OLIVEIRA,2015).

A couve-flor por ser uma hortaliça muito exigente em água é essencial manter a umidade do solo sempre próximo à capacidade de campo até o início da colheita, sendo a fase de formação e desenvolvimento da inflorescência o período crítico ao déficit hídrico (MAY et al., 2007).Outro fator importante que afeta a produtividade é que a falta de água no solo no cultivo do brócolis é capaz de promover a queda de cabeça, a formação de caule oco e doenças (RODRIGUES et al., 2013).

5.4 Grupo das frutas

As frutas representaram 17% dos itens comercializados na FAF em 2018. Dessas, a banana representou 67% das vendas com 5.626,6 kg comercializados e citrus, como laranja, limão e tangerina que representaram 7% do total, perfazendo 587 kg comercializados (Tabela 6). Cabe destacar que a comercialização das frutas, hortaliças e processados se dão de diversas formas, dentre as principais molho, maço, kg, g, caixa, pacote, unidade, lote e bandeja. Desta forma, a porcentagem foi obtida a partir dos itens que foram calculados em kg.

Tabela 6. Balanço de comercialização de frutas in natura na Feira de Agricultura Familiar na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Campus Seropédica), no ano de 2018.

Item	Unidade	Quantidade ofertada	Quantidade comercializada	Balanço de vendas %
Abacate	g	283,20	212,40	75,0
Abacaxi	kg	36,00	36,00	100,0
Abiu	Pacote	1,00	1,00	100,0
Acerola	Pacote	6,00	5,00	83,3
Araçá	Caixa	3,00	3,00	100,0
Banana d'água	Kg	1.909,20	1.243,20	65,1
Banana figo	Kg	154,80	98,40	63,6
Banana maçã	Kg	36,00	31,20	86,7
Banana ouro	Kg	2,54	2,54	100,0
Banana prata	Kg	2.582,40	2.101,20	81,4
Banana prata mel	Kg	2.336,40	2.101,20	89,9
Banana sapo (kg)	Kg	65,25	48,08	73,7
Biribá	Unidade	10,20	9,90	97,1
Cacau	g	3,90	1,90	48,7
Cajá	Unidade	19,00	10,00	52,6
Cidra	Unidade	1,00	0,00	0,0
Coco seco	Unidade	1.516,00	1045,00	68,9
Condessa	g	0,40	0,00	0,0
Coquinho	Pacote	50,00	3,00	6,0
Fruta do conde	Unidade	8,00	8,00	100,0
Goiaba	Kg	3,00	2,00	66,7
Grape fruit	Unidade	1,00	1,00	100,0

Jaboticaba	Caixa	7,00	6,00	85,7
Jaca	Pacote	9,00	8,00	88,9
Jambo	Bandeja	35,00	25,00	71,4
Laranja	kg	282,55	217,55	77,0
Limão	kg	485,90	314,50	64,7
Mamão	Unidade	130,00	92,00	70,8
Manga	kg	66,60	46,80	70,3
Maracujá	kg	192,00	136,00	70,8
Noni	kg	2,10	0,10	4,8
Pitomba	kg	32,00	29,00	90,6
Romã	kg	1,00	0,00	0,0
Tamarindo	Pacote	2,00	2,00	100,0
Tangerina	kg	103,00	54,50	52,9
Toranja	Unidade	1,00	1,00	100,0

Foi ofertada uma grande diversidade de bananas, dentre elas: banana prata, banana prata mel, banana figo, banana ouro, banana d'água, banana sapo e banana maçã. A banana prata e prata mel são as mais comercializadas, 90% da quantidade ofertada foi comercializada. A banana prata mel apresentou grande aceitação pelos clientes por geralmente possuir um sabor mais adocicado do que a prata comum. Evidenciando que essa variedade, localmente produzida, tem grande importância para os agricultores.

A fruticultura do Estado do Rio de Janeiro é caracterizada pela produção em escala comercial de 20 espécies frutíferas, destacando-se abacaxi, citros, banana, coco verde e goiaba (Emater-Rio, 2018). Dessas, a banana apresenta grande relevância, representando 21% da produção total, com maior área plantada e número de produtores (Emater-Rio, 2018). Três municípios da Baixada Fluminense (Seropédica, Paracambi e Itaguaí) comercializaram aproximadamente 6 mil toneladas de bananas, com faturamento bruto de 7,5 milhões de reais, demonstrando a importância socioeconômica dessa cultura para a região (Emater- Rio, 2016).

No ano de 2018 foram ofertadas 15 variedades de frutas que não são encontradas com facilidade em mercados convencionais, dentre elas: abiu, araçá, biribá, cajá, condessa, jaca, jambo, tamarindo, toranja, laranja sanguinea, laranja kinkam, noni, lima da pérsia e cidra. No balanço de vendas, 64% da quantidade ofertada dessas frutas na FAF foi comercializada, despertando o interesse por parte dos consumidores e diversificando a alimentação.

5.5 Grupo dos processados

O maior número de itens de produção própria dos agricultores que foi ofertado na FAF em 2018, foi representado pelo grupo de processados e minimamente processados, destacando-se doces e geleias (24%), bolos, tortas e salgados (24%), pães (11%), suco e água de coco (10%) (Tabela 7).

Dentre esses, as geleias se destacaram, com a oferta de sabores diferenciados, que dificilmente são encontrados em outros canais de comercialização, dentre elas: jambo,

tamarindo, cajá, cenoura, cidra, dentre outros.

De acordo com o *Guia de Alimentação para a População Brasileira* (BRASIL,2014), alimentos processados incluem conservas de alimentos inteiros preservados em salmoura ou em solução de sal e vinagre, frutas inteiras preservadas em açúcar, vários tipos de carne adicionada de sal e peixes conservados em sal ou óleo, queijos feitos de leite e sal (e micro-organismos usados para fermentar o leite) e pães feitos de farinha de trigo, água e sal (e leveduras usadas para fermentar a farinha). Enquanto os alimentos minimamente processados, caracterizam-se como:

Alimentos in natura que foram submetidos a processos de limpeza, remoção de partes não comestíveis ou indesejáveis, fracionamento, moagem, secagem, fermentação, pasteurização, refrigeração, congelamento e processos similares que não envolvam agregação de sal, açúcar, óleos, gorduras ou outras substâncias ao alimento original (BRASIL, 2014, p.29).

Tabela 7. Balanço de comercialização de alimentos processados na Feira de Agricultura Familiar na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Campus Seropédica), no ano de 2018.

Item	Unidade	Quantidade ofertada	Quantidade comercializada	Balanço de vendas %
Geleia	g	379.829,00	165.223,00	43,5
Suco	mL	136.550,00	107.730,00	78,9
Água de Coco	mL	124.700,00	122.900,00	98,6
Banana desidratada	g	56.913,00	20.401,00	35,8
Banana chips	g	56.200,00	32.350,00	57,6
Kombucha	mL	52.500,00	45.500,00	86,7
Conserva de pepino	g	39.498,00	26.361,00	66,7
Palmito	g	33.922,00	28.018,00	82,6
Licor	mL	32.000,00	24.000,00	75
Conserva de pimenta	g	18.100,00	7.050,00	39
Queijo	g	17.600,00	7.050,00	40,1
Pimenta em Conserva	g	17.515,00	4.050,00	23,1
Vinagre	mL	16.945,00	625,00	3,7
Chaya suco	mL	15.000,00	15.000,00	100
jaca desidratada	g	13.550,00	1.900,00	14
Conserva mini milho	g	12.210,00	300,00	2,5
Conserva biquinho	g	10.852,00	9.371,00	86,4
Molho de pimenta	g	10.260,00	990,00	9,6
Pipoca	g	10.000,00	8.400,00	84
Sal temperado	Unidade	9.450	600,00	6,3
Extrato de tomate	g	7.900,00	5.100,00	64,6
Conserva berinjela	g	7.757,00	4.900,00	63,2
Fita de coco	g	7.700,00	4.200,00	54,5
Mini Pepino	g	7.625,00	5.030,00	66

Própolis	g	7.080,00	3.480,00	49,2
Pão de Forma sem glúten	g	6.000,00	5.400,00	90
Biquinho Conserva	g	5.702,00	4.501,00	78,9
Repelente Natural	mL	4.500,00	-	0
Gengibre Cristalizado	g	4.350,00	2.150,00	49,4
Azeite	mL	4.000,00	-	0
Pólen	g	3.600,00	800,00	22,2
Pasta biquinho	g	3.400,00	800,00	23,5
Farinha chicória	g	3.200,00	-	0
Antepasto	g	3.080,00	220,00	7,1
Farinha de ovo	g	3.000,00	300,00	10
Hibisco	g	2.240,00	700,00	31,3
Biquinho desidratado	g	2.200,00	-	0
Polvilho	g	2.000,00	500,00	25
Laranja desidratada	g	1.920,00	-	0
Farinha de berinjela	g	1.900,00	600,00	31,6
Berinjela Desidratada	g	1.550,00	350,00	22,6
Pimenta	g	1.520,00	1.140,00	75
Farinha de banana	g	1.500,00	-	0
Kit de molho de pimenta	g	1.500,00	375,00	25
Bolo	Pedacço	1.207	872	72,2
Caqui desidratado	g	1.200,00	250,00	20,8
Melado	mL	1.150,00	-	0
Pimenta Malagueta	g	1.050,00	-	0
Farinha biquinho	g	1.000,00	-	0
Conserva milho verde	g	840,00	560,00	66,7
Abacaxi desidratado	g	800,00	100,00	12,5
Pasta Pimenta	g	800,00	-	0
Quiabo Desidratado	g	800,00	100,00	12,5
Mamão Desidratado	g	650,00	-	0
Urucum	g	600,00	200,00	33,3
Pão	Unidade	590	467	79,2
Pastel	Unidade	590	484	82
Óleo de Copaíba	mL	556,00	120,00	21,6
Torta de Banana	Pedacço	479	408	85,2
Canela	g	400,00	200,00	50
Pasta de berinjela	g	400,00	200,00	50
Torta de Berinjela	Pedacço	379	379,00	100
Doce	Unidade	329	182	55,3
Grão cacau desidratado	g	300,00	150,00	50
Biscoito	Pacote	276	143,00	51,8
Aipim descascado	kg	210,00	183,00	87,1
Croquete	Unidade	185	149	80,5

Sanduíche	Unidade	131	73,00	55,7
Rosquinha	Unidade	127	53	41,7
Pudim de Aipim	Pedaço	110	68	61,8
Conserva de quiabo	g	100,00	-	0
Farinha de urucum	g	100,00	-	0
Cana-de-açúcar	Pacote	87	62	71,3
Palmito	Unidade	80	80	100
Peixinho	Pacote	79	58	73,4
Broa	Unidade	62	49	79
Colorau	g	60,00	60,00	100
Tempero	Unidade	58	33	56,9
Palha Italiana	Unidade	54	18	33,3
Pães	Unidade	38	32	84,2
Mix cereais	Pacote	36	16	44,4
Coalhada	mL	28,00	10	35,7
Balas	Pacote	25	25	100
Biomassa de banana	Pote	16	8	50
Quiche	Unidade	13	5	38,5
Salgado sem glúten	Unidade	13	11	84,6
Cuscuz	Unidade	11	-	0
Coco seco	Unidade	10	7	70
Arroz	kg	9,00	9	100
Tortilha	Unidade	7	4	57,1
Panetone	Unidade	3	1	33,3
Tomate Seco	Unidade	3,	1	33,3

Apesar de ter representado grande significância e diversidade na FAF, os produtos processados apresentaram limitações na sua comercialização, pois os agricultores tiveram dificuldades com a rotulagem dos alimentos. A rotulagem dos alimentos embalados é obrigatória e está regulamentada pela legislação brasileira, por meio de órgãos como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) (FREITAS, 2017).

Em março de 2001 a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA regulamentou a rotulagem nutricional, como uma das ações definidas para implantação da Política Nacional de Alimentação para a redução dos índices de sobrepeso, obesidade e doenças crônicas degenerativas associadas aos hábitos alimentares da população, visando facilitar a escolha de alimentos saudáveis a partir das informações contidas nos rótulos, através da publicação das Resoluções RDC n.º 39 – Tabela de Valores de Referência para Porções de Alimentos e Bebidas Embalados para Fins de Rotulagem Nutricional e RDC n.º 40 – Regulamento Técnico para Rotulagem Nutricional Obrigatória de Alimentos e Bebidas Embalados (BRASIL, 2005).

Os residentes do Programa prestaram orientações técnicas, porém a realidade dos agricultores da região não condiz com o que está proposto nas Legislações, dificultando mais

ainda o avanço para se enquadrarem nas legislações.

Os alimentos prontos para o consumo, como água de coco, kombucha, pães, tortas e salgados (Figura 6) apresentaram a maior porcentagem de comercialização.

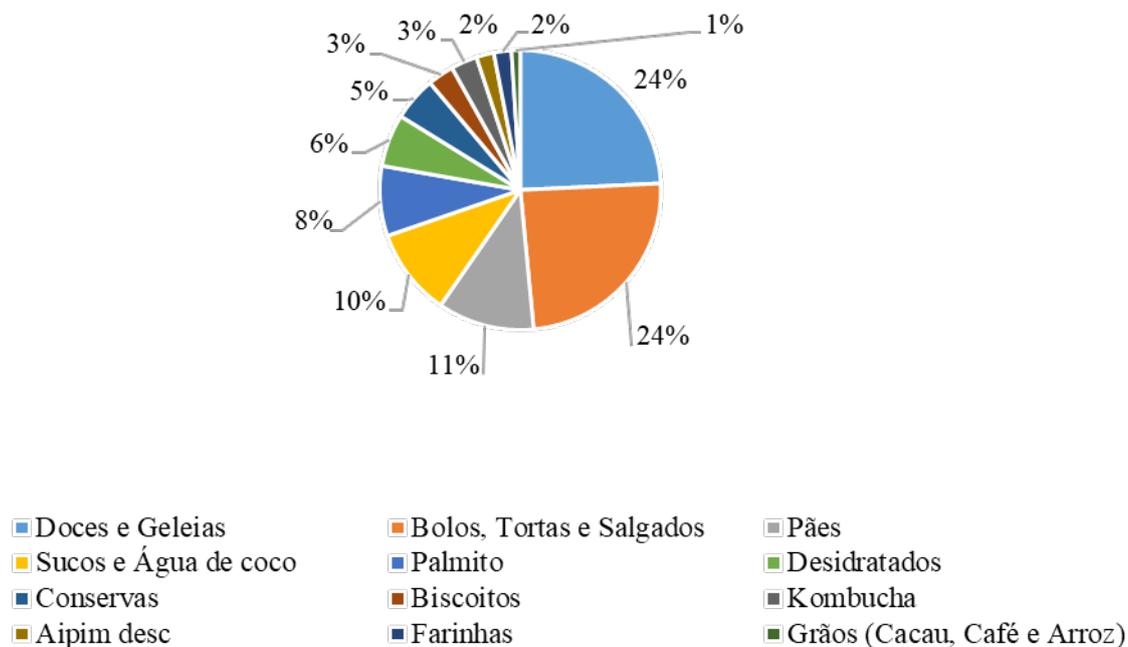


Figura 6. Porcentagem de comercialização dos principais alimentos processados comercializados na Feira da Agricultura Familiar na UFRRJ, no ano de 2018.

Os consumidores buscaram na FAF produtos diferenciados, como o suco verde, kombucha e suco de chaya. Durante a pesquisa, foi observado que alguns clientes incluíram como parte de sua rotina, tomar café da manhã na Feira, antes de iniciarem as suas atividades na Universidade, corroborando para esse resultado e para o consumo de alimentos frescos e saudáveis.

Os padrões de alimentação estão mudando rapidamente na grande maioria dos países e, em particular, naqueles economicamente emergentes. As principais mudanças envolvem a substituição de alimentos in natura ou minimamente processados de origem vegetal (arroz, feijão, mandioca, batata, legumes e verduras) para produtos ultra processados (BRASIL, 2018). Na FAF o aipim descascado representou apenas 2% da oferta dos produtos minimamente processados comercializados (Figura 6). Mesmo não tendo uma representatividade expressiva, foi um dos produtos que possuiu maior saída de vendas entre o grupo, sendo vendido 87% da oferta que foi levado à FAF.

5.6 Grupo de mudas e outros insumos

Foram ofertadas 4.685 unidades de mudas, dentre as principais plantas comercializadas estão as aromáticas, medicinais, PANCS e frutíferas, sendo comercializadas 2.483 unidades, correspondendo a um percentual médio de venda equivalente a 53% do grupo de mudas e insumos (Tabela 8).

Tabela 8. Balanço de comercialização de mudas e outros insumos na Feira de Agricultura Familiar na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Campus Seropédica), no ano de 2018.

Item	Quantidade ofertada (unidade)	Quantidade comercializada Unidade	Balanço de vendas (%)
Cítrus	46	22	47,8
Guandu	2	1	50
Manjericão	1	1	100
Peixinho	10	1	10
Abóbrinha	3	1	33,3
Açafrão	63	41	65,1
Acelga	29	14	48,3
Adubo	14	6	42,9
Alecrim	133	71	53,4
Alface	109	59	54,1
Alfavaca	20	9	45
Alfazema	2	1	50
Almeirão	8	4	50
Ametista	36	21	58,3
Arnica	1	0	0
Arovogue	2	1	50
arruda	81	44	54,3
Arvore da felicidade	11	6	54,5
Azaléia	4	1	25
Babosa	19	6	31,6
Balão	13	11	84,6
Bambu	4	2	50
Begonia	72	44	61,1
Beijo	15	3	20
Bicota	2	1	50
Boca de leão	18	1	5,6

Bokashi (pacote de 1 kg)	10	4	40
Bonsai	3	2	66,7
Bromélia	10	6	60
Cactus	455	282	62
Caju	2	1	50
Calandiva	16	4	25
Caliga mulata	3	2	66,7
Camarão	1	0	0
Canela de velho	8	8	100
Capim cidreira	11	3	27,3
Capim Limão	14	8	57,1
Capuchinha	12	10	83,3
Cara moela	1	1	100
Carqueja	34	4	11,8
Catinga de Mulato	7	2	28,6
Cavalinha	30	14	46,7
Cebolinha	33	17	51,5
Chorona	4	0	0
Cineramia	2	2	100
Citronela	29	4	13,8
Coentro	10	5	50
Colaneia peixe	10	9	90
Colar de Pérola	4	4	100
Conde	5	1	20
Copinho limão	10	4	40
Coquinho	6	3	50
Couve	175	95	54,3
Cravina	54	16	29,6
Crisantemo	5	2	40
Crotom	2	1	50
Curcuma	24	22	91,7
Dama da noite	5	2	40
Elegante	61	16	26,2
Erica	22	0	0
Erva doce	68	31	45,6
Erva santa maria	17	11	64,7
Espada	18	11	61,1
Fitona	1	1	100
Flor de maio	24	11	45,8
Flores	5	3	60

Folhagem	85	47	55,3
For de maio	6	1	16,7
Gengibre	62	36	58,1
Girassol	7	2	28,6
Graviola	1	1	100
Guaco	34	4	11,8
Guandu	5	1	20
Hibisco	6	1	16,7
Hortelã	75	36	48
Ixora	75	38	50,7
Jabuticaba	12	11	91,7
Jiló	94	65	69,1
Lavanda	8	1	12,5
Limão	6	6	100
Lírio da paz	25	3	12
Losna	6	1	16,7
Louro	21	7	33,3
Macaé	2	1	50
Macassa	2	1	50
Manjeriçã	104	44	42,3
Manjerona	4	3	75
Maracujá	4	0	0
Maranta	20	11	55
Maria aninha	1	1	100
Medicinais	126	82	65,1
Menta	51	23	45,1
Mini Rosa	38	12	31,6
Morango	65	29	44,6
Mudas	16	12	75
Onze-Horas	27	18	66,7
Ora Pro Nobis	45	14	31,1
oregano	50	9	18
Orelha de elefante	4	2	50
Palmeira	5	3	60
Peixinho	189	139	73,5
Petunia	5	1	20
Pimenta	199	78	39,2
Pingo de ouro	2	1	50
Pitomba	1	1	100
Plantas Diversas	160	135	84,4
Plantas Medicinais	190	131	68,9

Poejo	52	15	28,8
Policelia	2	0	0
Romã	8	4	50
Rosa	13	6	46,2
Rosa do deserto	49	19	38,8
Rosa Especial	102	51	50
Rúcula	16	4	25
Russélia	1	1	100
Saião	7	1	14,3
salsa	29	14	48,3
Salvia	34	14	41,2
Samambaia	29	13	44,8
Samiocuca	10	4	40
Santa Maria	1	0	0
Sauva	7	0	0
Serralha	4	4	100
Sete sangria	2	0	0
Suculenta	354	236	66,7
Taioba	20	20	100
Tapete	4	1	25
Teramicina	1	1	100
Tiorão	63	22	34,9
Tomilho	49	23	46,9
Toremia	26	9	34,6
Transagem	5	1	20
Vinagreira	2	2	100
Violeta	11	4	36,4
Vique	17	8	47,1
Total	4.685	2.483	53

A partir das análises, observou-se o interesse dos consumidores pelo resgate da produção em áreas urbanas, bem como a aproximação dos consumidores com a produção do seu próprio alimento, podendo ser um meio de diminuição do consumo de alimentos industrializados.

5.7 Participação das mulheres na Feira da Agricultura Familiar

A pesquisa permitiu traçar o perfil das feirantes que compõem a FAF tomando dados sociais e fatores relacionados à produção de alimentos e geração de renda. Um fato relevante constatado na pesquisa foi a presença majoritária das mulheres. A FAF possuía 23 feirantes, sendo 16 mulheres e 7 homens. Vale dizer ainda, que dentre estes, quatro trabalharam na

FAF em parceria com uma companheira ou filha.

As mulheres que trabalhavam na FAF estavam inseridas em diferentes categorias em relação à produção, sendo agricultoras familiares, agricultora urbana, representante de venda, e produtora de cosméticos (Figura 7).

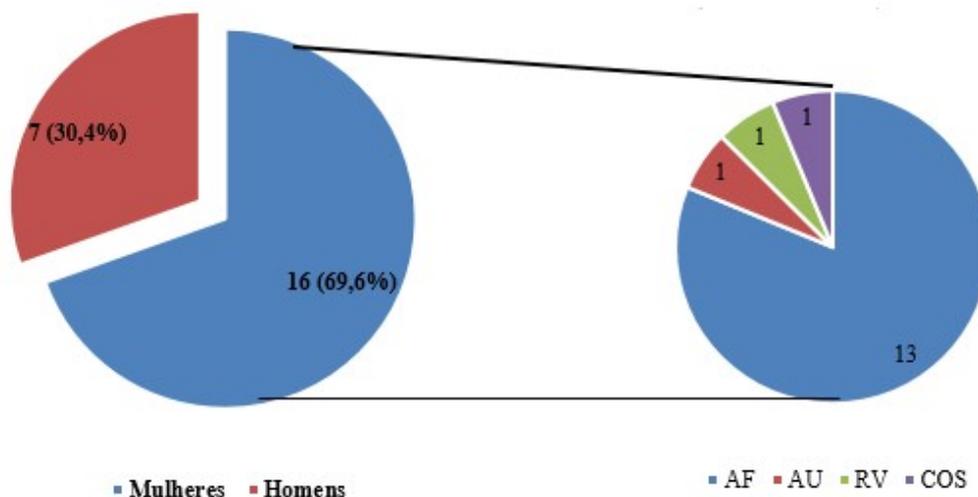


Figura 7. Feirantes da Feira da Agricultura Familiar quanto ao sexo e atividade (Campus Seropédica, 2019). Agricultoras familiares (AF); representante de vendas (RV); agricultora urbana (AU) e Produtora de Cosméticos Naturais (COS)

Para Anacleto et al. (2016), as feiras livres desenharam um novo panorama nas atividades relacionadas ao contexto rural, dado que possibilitou, além de escoar a produção, a criação de um cenário onde as mulheres rurais, assumiram importante papel no protagonismo das famílias, gerando renda, negociando e desenvolvendo um papel economicamente estratégico para a família.

Em relação à faixa etária, 8% foram enquadradas como jovens, com idade entre 20 e 28 anos e 82% têm mais de 50 anos. Há um êxodo seletivo no campo, caracterizado pelo esvaziamento de jovens e mulheres com idade abaixo de 25 anos (IBGE, 2017). Para Jesus (2020) a feira, além de ser uma fonte de renda para as famílias do campo, torna-se um meio de trazer visibilidade ao trabalho das mulheres agricultoras, as quais produzem e comercializam seus produtos.

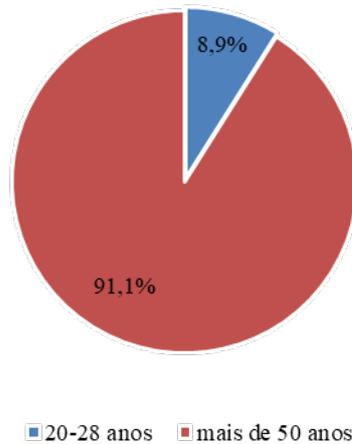


Figura 8. Faixa etária das mulheres agricultoras da Feira da Agricultura Familiar na Univerisdade Federal Rural do Rio de janeiro (Campus Seropédica, 2019).

Em relação ao grau de escolaridade, 45% cursaram apenas o ensino fundamental, 27% concluíram o ensino médio e 28% cursaram o ensino superior (Figura 10).

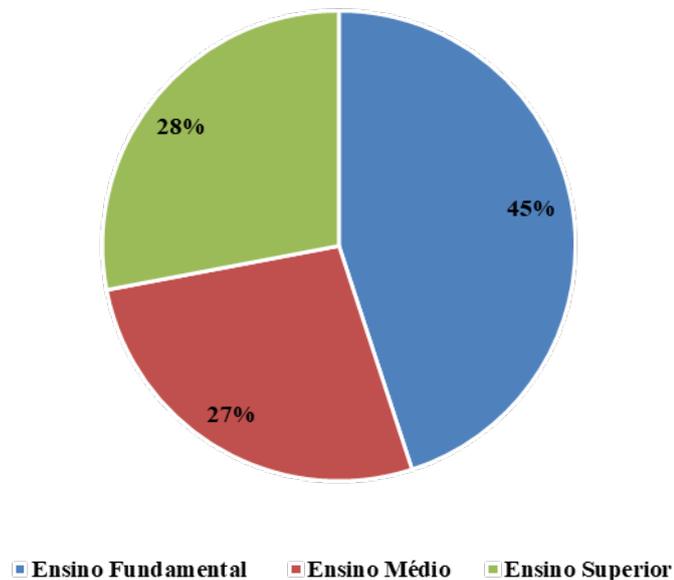


Figura 9. Grau de escolaridade das mulheres agricultoras Feira da Agricultura Familiar na UFRRJ (Campus Seropédica, 2019).

A renda aproximada de 45% das entrevistadas, prevaleceu entre 2 (dois) e 3 (três) salários mínimos (R\$ 998,00 a R\$ 2.994,00), seguida de 37% que declararam 4 a 9 salários mínimos (R\$ 3.992,00 a R\$ 8.982,00) e 18% mais de 10 (dez) salários mínimos (R\$ 9.998,00).

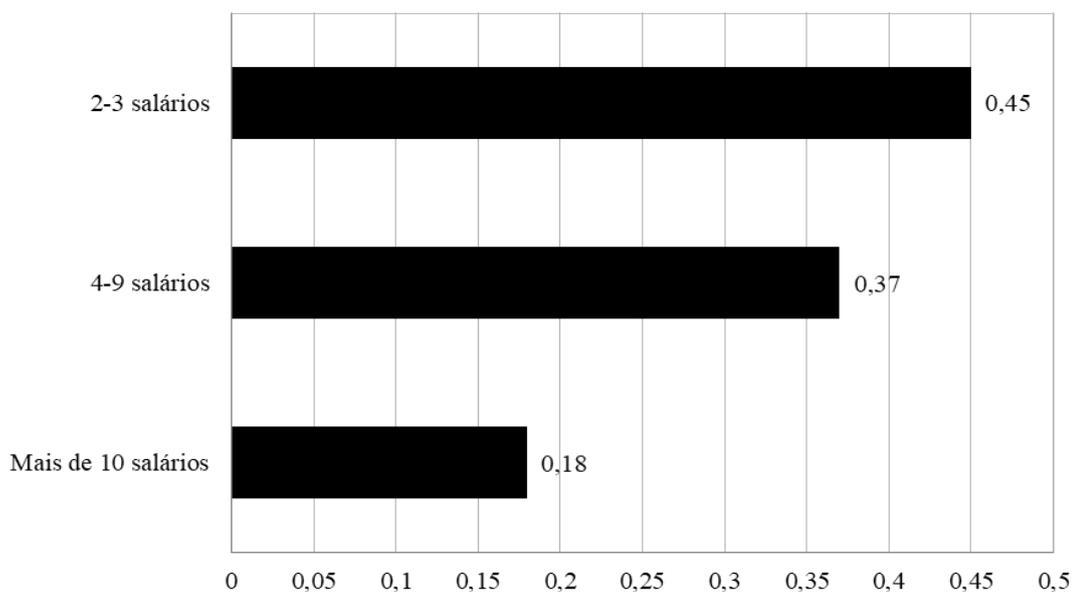


Figura 10. Renda média mensal das mulheres agricultoras da Feira da Agricultura Familiar na UFRRJ (Campus Seropédica, 2019).

Algumas feirantes declararam que possuíam aposentadoria e/ou renda proveniente de aluguel de imóvel e uma exercia atividade não agrícola remunerada. Para Sales (2007) a organização das trabalhadoras estimula suas lideranças a pensar sobre as desigualdades de gênero, e, a partir desse olhar, as trabalhadoras começam a discutir sobre a invisibilidade do seu trabalho na agricultura familiar camponesa. Algumas feirantes que antes exerciam outras atividades fora da unidade familiar, a partir da inserção na FAF passaram a valorizar agricultura e a se dedicar exclusivamente à propriedade, mostrando autonomia no exercício dessa atividade.

A composição de pessoas na unidade familiar variou entre uma e quatro integrantes, sendo 45% das entrevistadas solteiras, 36% casadas e 19% viúvas ou divorciadas. Segundo o IBGE (2017), apenas 20,3% dos estabelecimentos agropecuários do País são dirigidos por casais, dividindo todas ou parte das responsabilidades relativas ao estabelecimento (IBGE, 2017).

Segundo Narciso e Henriques (2008) as mulheres desempenham um papel fundamental em três níveis: i) a um nível macro, são importantes como recurso para a força de trabalho (remunerado ou não), ii) ao nível de agregado familiar, são produtoras de produtos e serviços para o mercado e para uso doméstico e iii) a um nível intergeracional, como cuidadoras e educadoras dos mais novos, tornando as responsáveis pela alimentação, saúde e socialização das novas gerações, atuando desta forma como um importante agente de transformações.

Em relação à Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP), apesar de todas terem ciência da sua importância, por ser caracterizar como o documento de identidade do agricultor familiar requisitado para o acesso de políticas públicas, 60% das entrevistadas não a possuem.

Segundo relatório Cirandas do PRONAF³ elaborado pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário em 2005, na região Sudeste, 50,5% das mulheres, agricultoras familiares afirmaram não saber o que é DAP.

Ainda na região Sudeste, o estudo também mostra que em 50% dos casos, o membro da família responsável pelo preenchimento da DAP são os homens, contra 35% das mulheres. Quando perguntadas sobre o motivo de não possuir a DAP, a resposta predominante das mulheres de todo o Brasil foi a recusa ou a falta de informação das entidades que emitem a DAP, e a falta de documentos civis para o preenchimento da DAP.

Ainda de acordo com o relatório, 72,2% das mulheres nunca tentaram acessar crédito pelo PRONAF em seu nome. E ainda, 15,4% alegaram que os técnicos só conversaram apenas com os maridos ou homens da casa para auxiliar na elaboração do projeto requisitado para acesso ao crédito

Em relação à produção orgânica, mais de 60% das feirantes da FAF são agricultoras certificadas como orgânicas (Figura 12), integrados a grupos do Sistema Participativo de Garantia da Abio (SPG-Abio), que proporcionou a emissão de certificado de conformidade orgânica de forma mais acessível, facilitando sua integração a grupos de comercialização.

Cinco agricultoras declararam que já possuíam o certificado antes de se integrarem à FAF, e uma agricultora declarou que obteve o certificado a partir do acesso aos integrantes dos Grupos de SPG da FAF.

Os outros 40% das feirantes, declararam ser produtoras agroecológicas, caracterizando a FAF como agroecológica.

³ Cirandas do PRONAF foi um circuito de formação e pesquisa, realizado pelo MDA em cinco oficinas regionais ocorridas entre o mês de fevereiro e o de abril de 2005, com o principal objetivo de discutir especificamente a relação das mulheres trabalhadoras rurais com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), e em especial com a linha de crédito Pronaf Mulher.

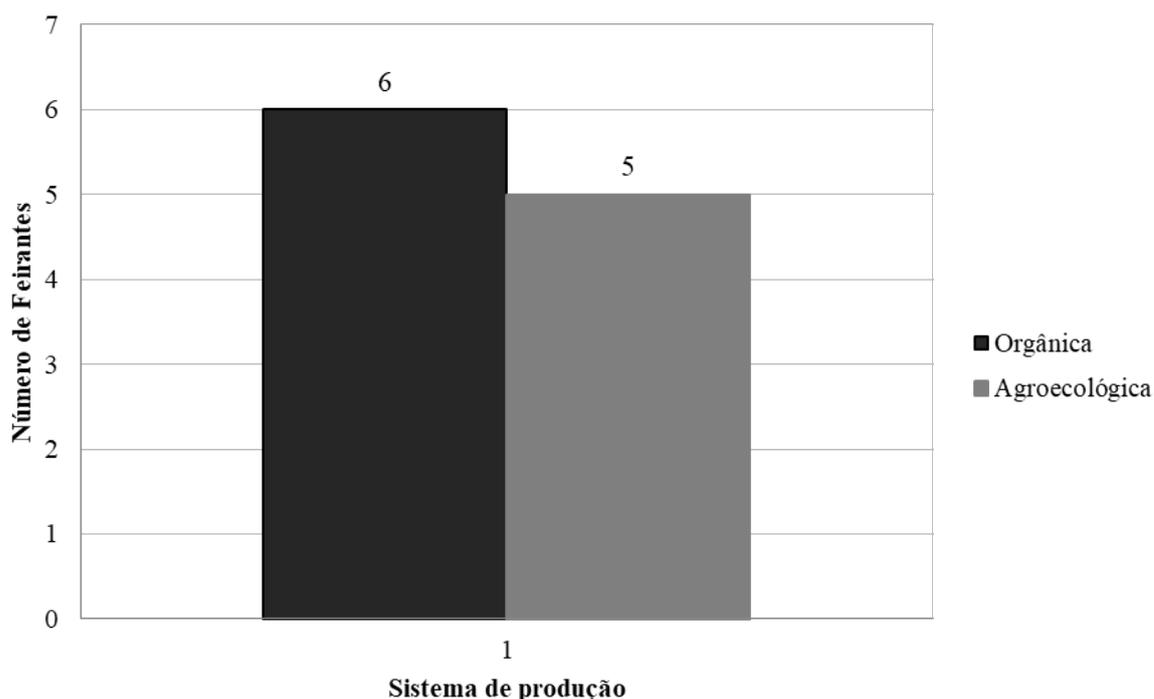


Figura 11. Tipos de sistemas de produção adotados pelas feirantes da FAF-Rural (Campus Seropédica, 2019).

A FAF se configurou como um espaço de comunicação e troca de saberes entre as agricultoras, mais de 80% das feirantes declararam que houve diversificação dos produtos na propriedade, a partir da sua inserção na Feira, dentre eles: maxixe (*Cucumis anguria*), tomate (*Solanum lycopersicum*), quiabo (*Abelmoschus esculentus*), bertalha (*Basella rubra* L.), aipim (*Manihot esculenta*), inhame (*Dioscorea*), abóbora (*Cucurbita*), batata doce (*Ipomoea batatas*), berinjela (*Solanum melongena*), chuchu (*Sechium edule*), cenoura (*Daucus carota subsp. Sativus*) e peixinho.

A importância da produção para o autoconsumo não representa apenas o alimento, mas a cultura, os costumes de uma família ou comunidade (Assis *et al*, 2015).

As feirantes também declararam que passaram a processar e comercializar produtos com características próprias da região, a partir de alimentos que antes não eram enxergados como potencial para contribuição na renda da família, apesar de serem de aptidão agrícola local, destacando-se as frutas desidratadas, jaca, hibisco, carne de jaca, biomassa de banana verde e suco verde. Outro fato observado é que a busca de por produtos intimamente ligados às tradições da região e da população, que não são encontrados no mercado formal, são oferecidos na FAF, atraindo consumidores e aumentando a diversidade alimentar.

Grande parte das feirantes realizaram troca de itens, com o propósito de aumentar a diversidade alimentar, obter mudas e comercialização dos mesmos, em outros canais de comercialização. Declararam ainda, que a partir da Feira, foi possível o aumento no consumo de produtos orgânicos, mudança de hábito alimentar e a diminuição do consumo de alimentos industrializados.

5.8 Perfil e o comportamento dos consumidores da Feira da Agricultura Familiar no Campus Seropédica da UFRRJ

Foram pesquisados 78 consumidores da FAF. Desses, a maioria (87,2%) declarou ter vínculo com a Universidade, sendo o segmento discente, o mais representativo (38,46%) (Tabela 9). Em decorrência da maior participação dos estudantes, a faixa etária dos pesquisados foi maior entre 15 e 29 anos (42,1%) seguida por adultos de 30 a 50 anos (34,2%). A maioria dos consumidores residia em Seropédica e era do sexo feminino (65,8%). A participação expressiva dos discentes pode ser compreendida a partir da segmentação da população universitária, da qual fazem parte 18 mil estudantes no campus Seropédica da UFRRJ, dos quais pelo menos 2 mil moram nos alojamentos feminino e masculino. Frente ao número de técnicos e de professores no campus, que juntos somam cerca de 2 mil pessoas, os estudantes compreendem o maior público que acessa os espaços da UFRRJ. A pesquisa também buscou identificar quais foi a forma que os consumidores souberam da existência da FAF, desta forma observou-se que 46% dos entrevistados ficaram sabendo através da indicação de amigos, enquanto as redes sociais influenciaram 16% e o diálogo com os professores representou 13% (Tabela 9).

Tabela 9. Perfil dos consumidores da Feira da Agricultura Familiar na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (campus Seropédica). N= número de pessoas que responderam o questionário.

	Frequência Absoluta	Frequência relativa (%)
Vínculo com a UFRRJ (N=78)		
Discente	30	38,46
Técnico Administrativo	20	25,64
Docente	18	23,08
Outro	10	12,82
Sexo (N=76)		
Feminino	50	65,8
Masculino	27	35,5
Idade (N=76)		
15-29 anos	32	42,1
30-50 anos	26	34,2
51-70 anos	18	23,7
Residência (N=78)		
Seropédica	28	35,9
Outros municípios	27	34,62

UFRRJ	23	29,49
<hr/>		
Acesso (N=77)		
Amigos	32	41,6
Outros	18	23,4
Redes sociais	13	16,9
Professores	10	13
Mais de dois meios de divulgação	34	45,2
<hr/>		

Partindo da compreensão de que fatores políticos, econômicos e sociais interagem na FAF como um espaço que vai além da comercialização propriamente dita, considerou-se fundamental conhecer a motivação dos consumidores para freqüentar a FAF. A aquisição de produtos orgânicos, alimentos frescos, o fortalecimento da Agricultura Familiar e os benefícios para a saúde, foram as motivações mais citadas pelos consumidores (Tabela 10)

Informações sobre o alarmante consumo de agrotóxicos e todos os impactos causados à saúde humana e meio ambiente vem cada vez mais se difundindo na sociedade, contribuindo para um movimento de busca a alimentos mais saudáveis, e conseqüentemente a procura por Feiras orgânicas e agroecológicas. No entanto, a aquisição de alimentos livres de agrotóxicos, certificados como orgânicos, pode ser realizada em diversos canais de comercialização, que não necessariamente expressam a produção da Agricultura Familiar e nem prezam pela economia local.

Dessa forma, devemos enfatizar que 74,4% dos consumidores escolheram o fator “Fortalecimento da Agricultura Familiar” como uma motivação para comprar na FAF (Tabela10). Vale atentar para o constante esforço desenvolvido ao longo do trabalho para vincular a imagem da Feira aos princípios e práticas da Agroecologia, buscando sempre informar ao consumidor a importância não apenas do alimento “limpo”, mas da valorização da produção local, do reconhecimento do trabalho dos agricultores da Baixada Fluminense, da relação direta entre produtor e consumidor e da Feira como um espaço político, que proporciona troca e integração de conhecimentos.

Tabela 10. Fatores que motivaram as pessoas a consumirem na Feira da Agricultura Familiar na UFRRJ, Campus Seropédica. N= número de pessoas que responderam ao questionário.

Motivação (N=78)	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
Produtos orgânicos	65	83,3
Alimentos frescos	62	79,5
Fortalecimento da agricultura familiar	58	74,4
Benefícios para a saúde	57	73,1
Confiança	38	48,7
Proximidade e facilidade de acesso	29	37,2
Preço	13	16,7

Esse esforço de trabalho para divulgar a concepção da FAF também contribuiu para que a confiança fosse um motivo relevante para cerca de 50% dos entrevistados. Na FAF, nem todos os agricultores são certificados como orgânicos. Foi realizada campanha para informar aos consumidores, como identificar os agricultores orgânicos e aqueles que estão em transição agroecológica, por meio de placas nas barracas e certificados orgânicos expostos. Os feirantes participaram explicando aos consumidores que o produtor orgânico estava vinculado a mecanismo de garantia da qualidade por meio do Sistema Participativo de Garantia. Dentre o conjunto de informações transmitidas, foi informado que ser produtor orgânico não significa apenas que não se faz uso de agrotóxicos, mas que há uma preocupação maior com a sustentabilidade da unidade de produção como um todo, respeitando o meio ambiente, mas também quanto às garantias sociais, prerrogativas dos trabalhadores nas unidades de produção, a valorização da produção e da comercialização localizada. Além disso, dos custos diretos dos produtores com vinculação à OPAC que no caso da FAF, todos os orgânicos foram certificados pela ABIO e também indiretos pela participação coletiva nos processos coletivos de garantia da qualidade orgânica no SPG.

Os agricultores em transição agroecológica foram visitados pela pesquisadora, enquanto residente em agronomia, e orientados a manejar e desenhar as unidades de produção de acordo com os princípios da agroecologia, incluindo uso de defensivos alternativos produzidos localmente, ou adquiridos na Pesagro-Rio ou na Agríbio; variedades localmente adaptadas; plantio na época recomendada para cada espécie vegetal nas condições da baixada fluminense; uso de matéria orgânica para fertilização e como condicionador de solo, bem como introduzir a biodiversidade funcional. A logomarca que compõe a identidade visual criada para a FAF também comunica a relação direta entre agricultores e os consumidores (Figura 12).



Figura 12. Logomarca da Feira da Agricultura Familiar na UFRRJ. Fonte Programa de Extensão Universitária “Fortalecimento da Agricultura Familiar da Baixada Fluminense e Centro Sul do estado do Rio de Janeiro”.

A proximidade e facilidade do acesso foi um elemento citado por 37,2% dos entrevistados. De acordo com o Guia Alimentar para a População Brasileira (BRASIL, 2014), a adoção de uma alimentação saudável não é meramente uma questão de escolha individual, pois muitos fatores – de natureza física, econômica, política, cultural ou social – podem influenciar positiva ou negativamente o padrão de alimentação das pessoas. E dentro disso, a proximidade das residências às feiras e mercados que oferecem alimentos de boa qualidade, é um fator positivo para adesão de padrões saudáveis. O preço foi o último fator de motivação, citado por apenas 16,7% dos entrevistados. Ou seja, apenas uma pequena parte dos consumidores são atraídos pelos preços praticados na FAF. O senso comum traz a concepção de que comer saudável custa caro. Essa crítica pode estar baseada no fato de muitos mercados apresentarem preços menos acessíveis para alimentos orgânicos, restringindo o mercado consumidor, mas também em fatores de cunho político e cultural engendrados no sistema agroalimentar hegemônico da sociedade.

Uma pesquisa realizada na Feira da Agricultura Familiar na UFRRJ (dados ainda não publicados), no campus Nova Iguaçu, comparou 18 itens comercializados na Feira e em três principais redes de supermercados do município. O resultado revela que em 7 itens, os preços praticados pela Feira são inferiores aos supermercados e em 9 itens os preços são equivalentes. Este resultado, e as respostas dos consumidores da FAF, mostraram o potencial de difundir feiras como a FAF como um canal que contrapõe a percepção de que comer alimentos mais saudáveis é mais caro, aliado a processos de formação e informação para o consumo alimentar consciente.

Do total de entrevistados, 59% apontaram a existência de fatores limitantes de acesso à FAF. Destes, o horário de funcionamento da FAF, de 8 às 13 horas, foi a maior limitação apontada, seguida da diversidade de produtos (26%). Como a FAF foi realizada quase que integralmente na parte da manhã, o horário foi limitante para parte dos consumidores que trabalharam e não conseguiram tempo hábil para realizar suas compras. Apesar do preço ter sido pouco apontado como fator de motivação para os consumidores, o mesmo também não foi relevante enquanto fator limitante de acesso à FAF (Tabela 11).

Tabela 11. Fatores que limitam o acesso dos consumidores à FAF-Rural. (N= 46: número de pessoas que responderam ao questionário).

Fator limitante (N=46)	Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
Horário	23	50
Diversidade	12	26,1
Distância	8	17,4
Preço dos produtos	5	10,9
Localização	3	6,5

Com relação aos hábitos dos consumidores, 55% dos entrevistados declararam ir à FAF semanalmente, corroborando com os resultados de maiores índices de venda para hortaliças in natura na análise de comercialização, sugerindo o acesso para abastecimento semanal de alimentos frescos. A maioria dos entrevistados (64%) gastaram entre 4 e 30 reais, seguido de 22% que gastaram entre R\$ 31,00 e R\$ 60,00, o que também combina com a

estrutura do público que acessa a FAF, com maioria composta por estudantes que em geral, não tem renda elevada (Tabela 12).

Essa percepção foi corroborada na V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos das Instituições Federais de Ensino Superior, realizada em 2018, que mostrou que a UFRRJ tem 78% dos estudantes com renda familiar mensal per capita de até 1,5 salário mínimo, as mulheres são maioria, tem quase 50% de pretos, pardos e indígenas, 62% estudaram em escola pública durante o ensino médio e 74,8% declararam que eram os primeiros da família a fazerem um curso de nível superior.

Tabela 12. Hábitos dos consumidores da Feira da Agricultura Familiar na UFRRJ. N= número de pessoas que responderam ao questionário.

	Frequência absoluta	Frequência relativa %
Frequencia de ida à Feira (N=78)		
Semanalmente	43	55,1
Quinzenalmente	16	20,5
Eventualmente	13	16,7
Quase nunca	6	7,7
Gasto (N=71)		
R\$ 4,00-30,00	46	64,8
R\$ 31,00-60,00	16	22,5
R\$ 61,00-90,00	4	5,6
R\$ 91,00-180,00	5	7

No presente estudo, uma análise dos resultados mostrou que de forma geral, as mulheres declararam gastar mais do que os homens e a categoria das docentes é que apresentou o maior valor gasto em compras na FAF, seguida de técnicas administrativas e discentes (Tabela 13).

Tabela 13. Valor médio em reais (R\$) que consumidores do sexo feminino e masculino declararam gastar na Feira da Agricultura Familiar na UFRRJ, Campus Seropédica, no ano de 2019. N=número de pessoas que responderam à pergunta.

Categoria	Feminino	Masculino	Média
Discente (N=26)	R\$ 31,10	R\$ 19,60	R\$ 25,30
Docente (N=17)	R\$ 66,10	R\$ 37,50	R\$ 51,80
Técnico Administrativo (N=18)	R\$ 28,10	R\$ 26,10	R\$ 27,10

Em relação à satisfação dos consumidores, foram avaliados itens de acordo com a limpeza do local, organização, atendimento e preço, em uma escala de 1 a 5, que varia de

muito satisfeito (5); satisfeito (4); neutro (3); insatisfeito (2); muito insatisfeito (1). Todos os entrevistados atribuíram nota 5 para limpeza, organização e atendimento. Em relação ao preço, a maior parte dos entrevistados atribuiu nota três, que se caracteriza como neutro (Tabela 14).

Tabela 14. Satisfação dos consumidores da FAF-Rural

Característica	Grau de satisfação
Limpeza(N=74)	5
Organização (N=72)	5
Atendimento (N=72)	5
Preços (N=75)	3

Os consumidores também foram questionados em relação ao que gostariam de encontrar com mais frequência nas bancas da FAF. Sessenta e oito por cento dos entrevistados responderam maior diversidade de hortaliças e frutas, citando cenoura, berinjela, chuchu, tomate, abóbora, alho poró, cebola, abobrinha, repolho, couve, alface, chicória, goiaba, caju, uva, abacaxi, melancia e laranja.

A partir dos resultados dessa pesquisa, foi proposta uma campanha “Adote uma Cultura”, que consistiu em um planejamento pelos agricultores da FAF para produzirem uma ou mais culturas de hortaliças de aptidão da região e que não são comercializadas na FAF, a fim de diversificar a produção e comercialização. Foi realizado um encontro em setembro de 2019 para expor os dados dessa pesquisa e o lançamento dessa campanha, possibilitando mediar com os informações sobre a época de plantio e ciclo, bem como a preferências dos consumidores por determinados produtos (Anexo G).

5.9 Execução da Chamada Pública nº 01 de 2017 do Programa de Aquisição de Alimentos

O edital da Chamada n. 01/2017 para aquisição de gêneros alimentícios da AF para abastecimento do Restaurante Universitário do campus Seropédica-RJ da UFRRJ, previu a aquisição de 18 itens: 500 kg abacate, 9000 kg abóbora madura, 4000 kg abobrinha verde, 8000 kg aipim (mandioca), 1000 kg banana da terra, 16000 kg banana prata climatizada, 9600 kg batata doce, 800 kg berinjela, 10000 kg beterraba, 4020 kg caqui, 5000 kg chuchu, 9600 kg goiaba, 4800 kg inhame de cabeça; 28750 kg laranja pera, 9000 kg pepino comum, 2000 kg pimentão verde, 2400 kg quiabo, 5000 kg de repolho verde para abastecimento de parte da demanda do RU do Campus Seropédica. Estes itens foram estimados em um valor total de R\$ 384.810,00. Foi observado um aumento significativo na quantidade de itens e valor do edital em relação à primeira chamada

O edital foi publicado no dia 28/08/2017, os agricultores ou empreendimentos familiares interessados em participar como possíveis fornecedores, apresentaram a documentação de habilitação e a proposta de venda até 12 horas do dia 31/10/2017 na sala da Divisão de Gestão de Suprimentos da Assistência Estudantil (DIGSAES) – UFRRJ. Para divulgação do edital foi realizada uma reunião em parceria com a Emater-Rio, no auditório da

Pesagro/Seropédica no dia 14/09/2017 que contou com a participação de um agricultor que já havia participado do primeiro edital da UFRRJ (Chamada nº. 1/2016), a fim de contar a sua experiência e motivar os agricultores a se habilitarem a fornecer (Figura 13).



Figura 13. Reunião de apresentação da Chamada Pública n. 01/ 2017 (UFRRJ/ PAA), em parceria com a Emater-Rio. Fonte: Foto Acervo de fotos da Residência Agrônômica, 2017.

A reunião contou com a participação de 21 pessoas dentre elas, técnicos da Emater e agricultores. Foi realizada ainda, a divulgação em uma Assembleia da Feira Popular da Agricultura Familiar, no Município de Duque de Caxias/RJ em parceria com o DESANS (Figura 14).



Figura 14. Reunião de divulgação da Chamada Nº 01/ 2017 para compras da agricultura familiar pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, campus Seropédica, por meio de parceria com o Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável- DESANS da Prefeitura de Duque de caxias. Foto Acervo de fotos da Residência Agrônômica, 2017.

A Universidade recebeu 19 propostas de vendas oriundas de agricultores dos municípios do estado do Rio de Janeiro, incluindo Japeri, Mesquita, Seropédica, Itaguaí, Barra do Pirai e Paracambi e uma proposta de uma Associação da Agricultura Familiar, localizada no município do Rio de Janeiro. Foram habilitadas 16 propostas, sendo seis de produtores orgânicos certificados.

Os preços foram definidos com base na cotação máxima do item no Boletim Diário de Preços da CEASA-RJ (Pesquisa de preços no atacado de hortaliças, frutas, cereais, flores e plantas ornamentais) do dia útil anterior ao da entrega dos gêneros alimentícios. O preço dos produtos orgânicos foram acrescidos de 30% como referência máxima para os agricultores habilitados como orgânicos. As propostas foram classificadas segundo critérios de priorização de: I - agricultores familiares do município; II - comunidades tradicionais, quilombolas ou indígenas; III - assentamentos da reforma agrária; IV - grupos de mulheres; V - produção orgânica.

De acordo com o edital, caso os fornecedores classificados não atendessem à demanda prevista pela Universidade, poderiam ser convocados os fornecedores da lista de espera, respeitando a ordem de classificação. Cada fornecedor individual pode vender até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para aquisição de alimentos, por unidade familiar, independente de os beneficiários fornecedores participarem de outras modalidades do PAA, observado o disposto no art. 19, § 1º, do Decreto nº 7.775, de 2012.

Houve empate para o fornecimento de três itens (abóbora madura, caqui e chuchu), no edital estava previsto que na hipótese de empate entre duas ou mais propostas, como critério de desempate, deveria ser realizado um sorteio público entre os respectivos fornecedores que comparecerem à Universidade. O sorteio foi realizado entre cinco fornecedores, sendo três do município de Mesquita e dois do município de Itaguaí.

Os primeiros contratos firmados contemplaram parte significativa da demanda prevista

no edital, com empenho total de R\$ 374.703,91. Sendo os agricultores familiares individuais, selecionados para fornecerem 15 itens. A associação foi habilitada para suprir os itens que não foram oferecidos pelos agricultores e complementar a oferta.

Após a divulgação do resultado da Chamada foi realizada uma reunião com o corpo técnico do Restaurante Universitário (RU) para definir o cronograma de entrega de acordo com a demanda do RU. Os residentes do Programa construíram um cronograma de plantio com os agricultores, indicando número de plantas e áreas que seriam necessárias para atender a demanda, época de plantio e previsão de entrega, em consonância com as necessidades semanais e quinzenais do Restaurante Universitário, respeitando sempre a sazonalidade dos produtos e a capacidade dos produtores familiares de fornecer os itens previstos e suas quantidades. Foram realizadas reuniões individuais com 16 produtores contemplados no edital, para que todos recebessem as orientações técnicas iniciais para o plantio, tratamentos culturais e a entrega.

A partir da necessidade de um acompanhamento técnico para execução do cronograma elaborado, os residentes foram à propriedade de oito agricultores, prestar orientações quanto a execução do mesmo. Todas as orientações foram voltadas para a produção sustentável de alimentos, pautadas na agroecologia e agricultura orgânica.

Observou-se algumas limitações técnicas e falta de estrutura, que posteriormente dificultaram o atendimento ao cronograma a ser executado. Amaral *et al.*, (2015); Silva (2013) enfatizam que, assegurar produção com regularidade, qualidade e na quantidade requerida, é um dos fatores limitantes do PAA, pois a agricultura é sujeita às mudanças climáticas, pragas, doenças e imprevistos na produção o que, muitas vezes, dificulta o cumprimento dos cronogramas. Sendo assim o acompanhamento sistemático do planejamento da produção, considerando as limitações da região e sazonalidade podem melhorar a execução das chamadas.

Para acesso ao Programa, uma das exigências era a nota fiscal do produtor rural tipo IV. Muitos agricultores estavam com dificuldades na emissão. A partir da identificação dessa demanda, os residentes do Programa prestaram orientações em relação à emissão. Cerca de 5 (cinco) agricultores obtiveram a nota. Posteriormente foi construída uma cartilha com orientações referentes à emissão da Nota Fiscal tipo IV, por meio do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

Além das reuniões de planejamento de entrega com o RU e agricultores, foram necessárias a realização de reuniões intersetoriais com outros setores da Universidade, que tiveram como objetivo, discutir as bases jurídicas e necessidades operacionais para o sucesso da chamada pública.

A fim de organizar o fluxo das entregas, como definição do local, dia da semana, horário, técnico responsável por acompanhar, dentre outros detalhes, foi construído um fluxograma de entrega (Figura 15).

Desta forma, os residentes ficaram responsáveis por entrar em contato com o RU toda sexta-feira, para confirmar o quantitativo que poderiam absorver na próxima semana e ligar para os agricultores para informá-los; e as entregas seriam realizadas quinta-feira de 8 às 11 horas, dependendo do item, as entregas seriam realizadas semanalmente ou quinzenalmente, sempre acompanhadas pelos técnicos do RU e dos residentes; os técnicos do RU atestaram as notas fiscais, para posterior encaminhamento à Divisão de Gestão de Suprimentos da Assistência Estudantil (DIGSAES) e, esta de dar prosseguimento para pagamento, encaminhando a Pró-Reitoria de Assuntos Financeiros (PROAF) para ser paga em no máximo 30 dias.

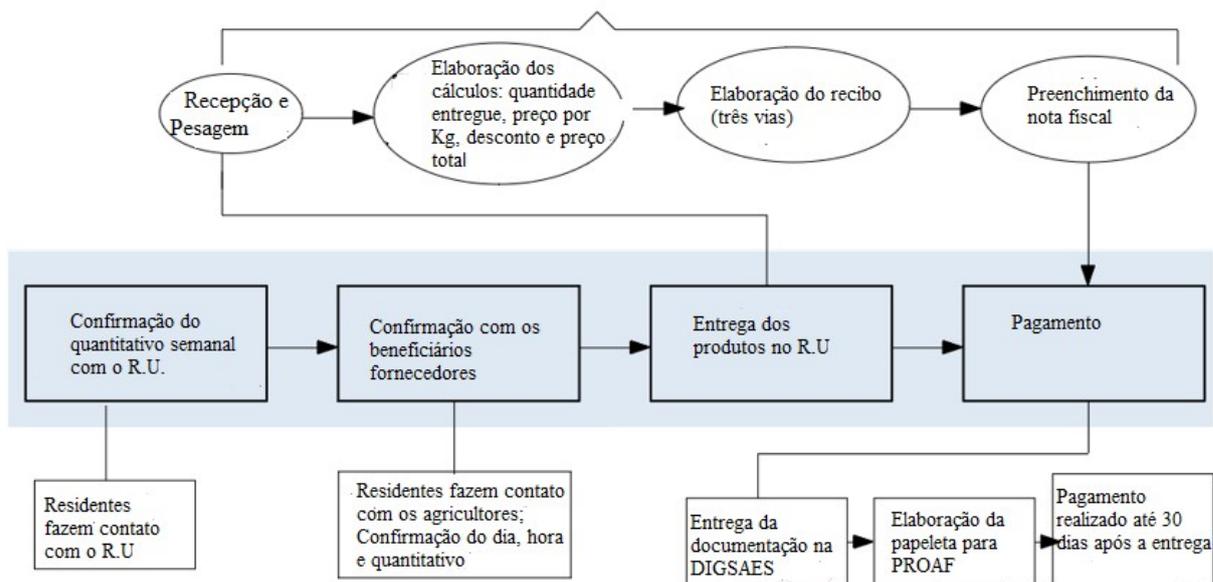


Figura 15. Fluxograma de entregas dos itens da Chamada N° 01/2017 da compra da agricultura familiar na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Fonte elaborado pela autora.

Tendo em vista a carência de informações sobre as compras sem licitação de agricultores individuais e o processo de operacionalização das compras públicas pelas universidades, após a elaboração do fluxograma, foi realizada uma reunião com técnicos do Departamento de Material e Serviços Auxiliares (DMSA), PROAF, RU, e DIGSAES para discutir a operacionalização da Chamada N° 01/2017. O que representou um importante avanço na execução do edital e para que os agricultores recebessem o pagamento das notas no prazo previsto em edital (30 dias). Após aprovação do fluxograma, foi realizado um encontro com os agricultores para assinatura do contrato e orientações em relação à entrega dos produtos (Figura 16).



Figura 16. Assinatura dos contratos da Chamada Nº 01/2017 da compra da agricultura familiar na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Foto de Acervo de fotos da Residência Agrônômica, 2018.

Em abril de 2018 ocorreu o início das entregas do PAA (Figura 17). Os técnicos do RU e os residentes acompanharam todo o processo a fim de realizar a observação no que diz respeito à documentação e características dos alimentos, tamanho, cor, peso e grau de maturação. O acompanhamento, é essencial para verificar se cada um desses elementos estão compatíveis com as especificações do órgão comprador. E identificados possíveis entraves, possam ser resolvidos de forma coerente (TANACA *et al.*, 2014).

Após a primeira entrega, técnicos do RU e residentes se reuniram para avaliação dos itens e constataram que alguns produtos foram entregues fora do padrão de qualidade exigido pela equipe técnica. A equipe entrou em contato com os agricultores para comunicá-los, quanto a qualidade dos produtos, o que surtiu resultado nas entregas posteriores.



Figura 17. Agricultores participantes da Chamada Nº 01/2017 da compra da agricultura familiar na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro durante as entregas no Restaurante Universitário. Foto de Acervo de fotos da Residência Agrônômica, 2018.

Em paralelo as entregas do PAA, ocorreu a paralisação do funcionamento do RU, devido a uma obra em suas instalações, que inviabilizou a manipulação e processamento dos alimentos na cozinha. Tal fato, ocasionou uma mudança no cronograma de entrega dos agricultores, diminuindo a quantidade prevista, tendo em vista essa limitação, a associação só iniciou as entregas no segundo semestre de 2018. Além de ter ocorrido uma diminuição na demanda dos itens pela Universidade.

Sobre estas imprevisibilidades possíveis de ocorrer no decorrer do processo de comercialização, Pires *et al.* (2013) relatam que em outras Instituições Públicas (IP) a articulação entre oferta e demanda é um dos gargalos observados nas compras institucionais, bem como padronização, logística de entrega, periodicidade e sazonalidade na entrega dos alimentos e até o descumprimento do contrato por parte dos agricultores ou mesmo das instituições.

Embora a Universidade não tenha cumprido totalmente o cronograma de recebimento dos itens, alguns agricultores também não conseguiriam fornecer para o RU devido a problemas ocorridos durante a produção. Do total, 10 agricultores e a associação conseguiram fornecer os alimentos conforme o contrato. O Convênio que inicialmente estava previsto para execução em 12 meses (abril/2018 à abril/2019) foi prorrogado por mais seis meses, tendo o final da sua vigência em outubro de 2019. A seguir foram apresentados os dados referentes à execução da Chamada nº 01/2017.

Do total de 128.040 kg de alimentos previstos para aquisição na Chamada nº 01/2017, foram elaborados contratos para a aquisição de 105.639 kg (redução de 17,5%). As propostas

dos fornecedores contemplaram integralmente a demanda do edital, no entanto, o RU reduziu os quantitativos a serem entregues, em função da redução do número de refeições devido às obras para reforma do espaço (Tabela 15). Do total, foram adquiridos cerca de 37 mil kg de alimentos correspondendo a 35% da quantidade contratada, destacando-se banana, aipim e caqui com o maiores quantitativos. As entregas de aipim superaram a quantidade contratada em 17% e a quantidade de banana entregue atingiu 96% da quantidade contratada (Tabela 15). Os itens caqui e abacate tiveram mais 70% da quantidade contratada efetivamente executada. O quiabo e a berinjela não foram entregues devido à perdas na produção e problemas na documentação dos agricultores que se propuseram a ofertar esses alimentos.

Tabela 15. Execução da Chamada nº 01/2017 para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para Restaurante Universitário Campus Seropédica. Período: abril de 2018 a outubro de 2019.

Produtos	Demanda do edital (Kg)	Quantidade contratada (Kg)	(%)	Entregas (Kg)	(%)
Aipim	8000	4000	50,00	4666,9	117
Banana Prata	14000	15800	112,90	15217,3	96
Caqui	4020	3840	95,50	2931,4	76
Abacate	500	500	100,00	356,9	71
Banana da Terra	1000	1000	100,00	489,8	49
Abobrinha verde	4000	2999	75,00	1213,9	40
Chuchu	5000	2820	56,40	981,0	35
Pepino	9000	7200	80,00	1743,3	24
Repolho	5000	4875	97,50	1188,8	24
Abóbora madura	9000	6000	66,70	1212,5	20
Goiaba	9600	9600	100,00	1891,8	20
Batata doce	9520	5125	53,80	956,0	19
Inhame	4800	4800	100,00	921,9	19
Pimentão verde	2000	2000	100,00	357,8	18
Beterraba	10000	8680	86,80	1167,0	13
Laranja Pera	27750	26400	95,10	2074,1	8
Berinjela	800	800	100,00	0,0	0
Quiabo	4050	4050	100,00	0,0	0
TOTAL	128040	105639	82,50	37370,0	35

Foram realizadas 100 entregas (Tabela 16), dentre as quais o máximo de entregas realizadas por fornecedores foram 22 entregas e o mínimo, foi uma entrega.

Tabela 16. Número de entregas, valor empenhado e valor recebido por fornecedor (PAA/UFRRJ, 2019).

Fornecedor	Número de entregas	Valor empenhado (R\$)	Valor recebido (R\$)	(%)
J	22	19.302,33	19.233,22	99,64
B	22	19.142,50	19.076,34	99,65
C	17	14.850,00	10.195,00	68,65
F	7	6.686,30	5.630,09	84,2
G	5	6.615,00	5.537,00	83,7
D	3	6.615,00	4.147,58	62,7
A	4	14.607,50	2.799,94	19,17
H	6	6.260,00	2.109,50	33,7
I	3	6.644,40	1.617,00	24,34
E	1	15.708,00	28,05	0,18
L	10	231.797,33	38.792,96	16,74
Total	100	116.431,03	70.373,72	100

A unidade familiar do agricultor que realizou apenas uma entrega, ficava localizada no município de Itaguaí. A continuidade no fornecimento dos itens (abóbora e batata doce), habilitados para entrega para esse agricultor, não foi possível, devido a problemas fitossanitários e dificuldades com mão de obra, mesmo com as orientações técnicas prestadas pelos residentes. Para Amaral *et al.* (2014), as capacitações e resoluções de problemas são, em grande medida, viabilizadas a partir da assistência técnica, da pesquisa e da extensão. Os gestores da Universidade, tem trabalhado neste sentido a partir da disponibilidade dos residentes em agronomia que atuam no Programa, nota-se que não só a Assistência Técnica é importante, outras ações intersetoriais e socioassistenciais são de fundamental importância para consolidação dessa Política.

Os agricultores que realizaram o maior número de entregas, foram dos municípios de Paracambi, Pirai e Seropédica, ambos já haviam participado da venda direta da agricultura familiar por meio do PNAE e/ou PAA. Desta forma, já conheciam o programa e o seu funcionamento, possuindo uma melhor organização, possibilitando o cumprimento do cronograma.. Para Conti et al (2010), a importância do PAA está, sobretudo, relacionada com a ampliação de oportunidades para comercialização da produção, fator que consiste em um dos maiores entraves para o desenvolvimento econômico do segmento.

Os fornecedores do município de Mesquita, solicitaram que as suas entregas fossem concentradas, tendo em vista a dificuldade com o transporte dos alimentos. A prefeitura do município forneceu transporte para a primeira entrega e posteriormente os mesmos tiveram que se organizar para cumprir o cronograma. O aqui foi o principal item oferecido por eles, com sazonalidade bem definida, entre os meses de abril a junho na região, embora a região

tenha um grande potencial de produção desse item, o restaurante Universitário ainda não fazia aquisição, sendo inserido nas refeições após a execução do PAA. O cronograma foi ajustado para atender a demanda dos agricultores e a Universidade, foi beneficiada com alimento fresco, da agricultura da região e de época.

A associação realizou 10 entregas, tendo em vista que só foi possível o início das entregas no mês de agosto de 2018. As entregas foram realizadas quinzenalmente, de acordo com o cronograma ajustado. Onze produtos foram adquiridos. O valor empenhado para a associação foi de R\$ 231.797,33, sendo executado apenas o valor de R\$ 38.792,96, representando 16,74% do valor previsto, tal fato ocorreu devido a quantidade demanda pela Universidade ser menor do que a executada, desta forma o quantitativo das entregas foi abaixo do esperado, inviabilizando a logística de entrega. Foi sugerida a prorrogação do contrato por mais seis meses (abril à outubro de 2018), porém a associação declinou por considerar inviável.

A banana prata foi oferecida por cinco agricultores, além da associação, os seis fornecedores foram habilitados. Quatro agricultores dos municípios de Paracambi e Piraí, que forneceram esse item, tiveram o maior percentual de empenho utilizado, acessando quase os R\$ 20.000,00 permitido pelo Programa.

Pode se observar uma relação direta entre os produtos mais produzidos na região, como o aipim e a banana, no percentual de execução do edital. Enfatizando a importância da adequação do cardápio para a efetivação dessa política, manutenção de hábitos alimentares saudáveis, valorização e a divulgação do produto da agricultura familiar e a promoção da SAN. O escoamento da produção para o PAA exige dos agricultores a elaboração do planejamento efetivo na sua unidade produtiva, precisam, organizar a produção dos alimentos, de acordo com a demanda para reduzir as oscilações e garantir uma oferta estável de produtos (SARAIVA et al., 2013). Além disso, a possibilidade de acessar o mercado do PAA tem levado as organizações a se articularem coletivamente, incentivando o associativismo e cooperativismo (SALGADO, 2016).

5.9.1 Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos na UFRRJ

Em dezembro de 2018, foi realizada uma avaliação coletiva da Chamada Nº 01/2017 na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, campus Seropédica (Figura 18). Participaram agricultores e Técnicos da Universidade e EMATER-Rio. A proposta do Encontro foi realizar a avaliação do primeiro ano de entrega dos produtos, considerando aspectos positivos e negativos.



Figura 18. Avaliação coletiva entre agricultores fornecedores, professores, residentes, técnicos da Emater-Rio e do, do Restaurante Universitário da UFRRJ. Foto do Acervo de fotos da Residência Agrônômica, 2019.

Em relação às entregas dos produtos, no geral a percepção dos fornecedores do PAA na UFRRJ foi positiva, principalmente no atendimento e acompanhamento por parte da equipe da universidade, que foi muito elogiada pelo tratamento respeitoso, decorrente do contato direto dessa modalidade de compra, trazendo uma percepção da realidade individual de cada fornecedor.

Alguns agricultores relataram que em outros programas que já participaram, sofreram constrangimentos no ato das entregas e foram desrespeitados por pessoas que trabalharam na área da educação. Na Universidade enfatizaram que o tratamento foi diferenciado.

“[...] Bom atendimento dos funcionários no recebimento dos itens” (Agricultor A).
“[...] Foi muito bom conhecer, cada um. Deu vontade de produzir mais e incentivar outras pessoas a seguirem em frente na agricultura” (Agricultor B).

O transporte dos produtos até a Universidade foi um ponto crítico, alguns agricultores tiveram dificuldades para entregar devido a distância, periodicidade e volume. Tendo em vista esses entraves, os técnicos realizaram ajustes para haver uma maior concentração dos itens nas entregas.

“[...] A entrega concentrada quinzenalmente foi um adianto na economia do frete ”
(Agricultor C)

Houve limitação de entrega dos produtos em relação ao preço, por ser o preço do dia, alguns agricultores relataram que não compensava a realização da entrega, pois em alguns momentos o RU solicitou pouca quantidade de produtos, tendo em vista a obra no restaurante universitário. Alguns agricultores sugeriram que no próximo edital o preço fosse fixo e que fosse inserido valor da logística no preço do produto. Porém conforme a Legislação vigente, não está prevista a inserção deste valor.

Outro fator limitante para alguns fornecedores foi a questão da falta de segurança no campo. Um agricultor relatou que não pôde realizar a entrega, porque sua produção foi roubada. Outro fornecedor relatou que não conseguiu retirar seu produto do campo, pois foi

impossibilitado de entrar no sítio. Pode-se perceber que essa política abrange muito mais do que a compra direta da agricultura familiar, é capaz de identificar limitações que estão para além da Universidade. Tendo como necessidade, a abrangência de ações socioassistenciais.

No que diz respeito ao pagamento das notas fiscais, a avaliação foi positiva, com o cumprimento de prazos pela Universidade.

“[...] Projeto verdadeiro, realmente funciona” (Roda de conversa, Agricultor, 2019)

“[...] Compra garantida, certeza de que irá vender ” (Roda de conversa, Agricultor, 2019)

Afirmaram que a participação no Programa foi essencial para que se mantivessem no campo, pois o pagamento pela entrega dos produtos foi garantido, gerando renda e dignidade pelo seu trabalho. A inserção dos técnicos da PROAF no processo de construção do edital e de operacionalização do mesmo foi essencial para que os técnicos se aproximassem e conhecessem a realidade da agricultura familiar local e observando a importância de executar essa política, não somente por conta do Decreto n.º 8.473/2015 que estabelece, no âmbito da Administração Pública Federal, o percentual mínimo de 30%, destinado à aquisição de gêneros alimentícios de agricultores familiares e suas organizações.

A pouca quantidade de itens ofertada por alguns agricultores foi justificada nesse encontro, os mesmos relataram que como nunca tinham participado de um edital desse e ficaram receosos, mas que nos próximos irão inserir uma quantidade maior de itens. Outros justificaram a falta de planejamento, os itens fora do padrão exigido pela Universidade e problemas com documentação que não estavam ao alcance da Universidade de resolver.

“[...] Quero entregar mais, fui modesta na primeira entrega, agora me preparei. Fiquei com receio, pois não sabia como funcionava, não queria correr risco. Agora tenho um planejamento da oferta” (Roda de conversa, Agricultor, 2019)

Foi relatado que a partir do PAA foi possível o acesso a outras políticas públicas, por meio do apoio dos residentes na elaboração da documentação como nota fiscal e proposta de venda para o acesso a outros mercados. Um grupo de agricultores acessaram o PNAE nas Prefeituras de Paracambi e Japeri, ambos localizados na Baixada Fluminense. Também afirmaram que a partir do acesso ao PAA foi possível a aquisição de máquinas, implementos e veículo para transporte dos itens.

Técnicos da Universidade afirmaram que a qualidade dos produtos entregues pela agricultura familiar é maior do que os adquiridos por meio das Centrais de Abastecimento(CEASA).

“[...]De uma forma geral, recebemos produtos com qualidade 90% melhor do que do CEASA” (Roda de conversa, Técnico da UFRRJ, 2019)

“[...]Essa troca é muito importante, a qualidade do produto oferecido é muito melhor” (Roda de conversa, Técnico da UFRRJ, 2019)

Foi construída uma relação de confiança entre o produtor e a Universidade que mantém o Programa de forma mútua. Para Bragatto (2010), a partir do acesso ao PAA ocorre a melhoria da situação alimentar do agricultor familiar da seguinte forma: o governo apoia a

produção para o autoconsumo e adquire o excedente por um preço de referência, propicia a renda e possibilita o acesso aos alimentos em quantidade e qualidade, garantindo a SAN

5.9.2 Perfil dos agricultores familiares beneficiários fornecedores

Foram habilitados na Chamada 01/2017 do PAA na UFRRJ, 16 agricultores individuais e uma Associação. Dez agricultores individuais e a associação forneceram para a Universidade. A pesquisa foi realizada com nove (n=9) participantes, a associação e um fornecedor que realizou apenas uma entrega, foram excluídos da pesquisa.

Participaram da Chamada 5(cinco) homens e 4 (quatro) mulheres. Dentre os quais 4(quatro) agricultores casados, quatro (4) solteiros e 1 (um) viúvo. Em relação à escolaridade 1 (um) concluiu o ensino fundamental, 4 (quatro) ensino médio 3 (superior) e 1(um) pós graduação (tabela 17).

Tabela 17. Perfil socioeconômico de agricultores familiares beneficiários fornecedores do PAA na UFRRJ (Chamada Pública nº01/2017).

		Frequência absoluta	Frequência relativa (%)
Sexo	Masculino	5	55,6
	Feminino	4	44,4
Estado Civil	Casado(a)	4	44,4
	Solteiro(a)	4	44,4
	Viúvo	1	11,1
Escolaridade	Ens. Fundamental	1	11,1
	Ens. Médio	4	44,4
	Ens. Superior	3	33,3
	Pós Graduação	1	11,1

Os agricultores beneficiados (n=9) eram residentes em comunidades rurais da Baixada Fluminense, nos municípios de Mesquita (n=4), Paracambi (n=2), Seropédica (n=1), Itaguaí (n=1) e um beneficiário, no Sul Fluminense, no município de Pirai (Tabela 18).

Em relação ao vínculo com a terra, 8 (oito) agricultores eram proprietários e 1 (um) agricultor arrendatário.

Tabela 18. Municípios onde estão localizados 9 (nove) agricultores familiares beneficiários fornecedores do PAA na UFRRJ (Chamada Pública nº01/2017), e seus respectivos vínculos com a terra.

		Nº de fornecedores
Município	Mesquita	4
	Paracambi	2
	Seropédica	1
	Itaguaí	1
	Piraí	1
Vínculo com a Terra	Proprietário	8
	Arrendatário	1

Em relação ao tamanho da Unidade de produção, variou de 2 a 12 hectares. E o número de pessoas que declararam compor a unidade familiar ⁴variou de uma a seis pessoas (Tabela 19).

Tabela 19. Caracterização das propriedades rurais dos 9 (nove) agricultores familiares beneficiários fornecedores do PAA na UFRRJ (Chamada Pública nº01/2017). UF = Unidade Familiar; UP = Unidade de Produção

	Mínimo	Máximo	Média
Área da propriedade	2 hectares	12 hectares	5,7 hectares
Pessoas na UF	1 pessoa	6 pessoas	3 pessoas
Pessoas na UP	1 pessoa	3 pessoas	0

O número de agricultores com certificação orgânica foi igual aos número de agricultores que se declararam agroecológicos (n=4), apenas um (n=1) agricultor declarou que o seu sistema de produção era convencional. Os quatro agricultores orgânicos, ganharam um bônus de 30% no valor a ser pago nas notas, tendo em vista que apresentaram a documentação exigida no edital e foram habilitados.

Quase 90% dos agricultores declararam que faziam parte de associação de agricultores, porém realizaram propostas de venda como agricultor individual Tal fato se deu pela falta de conhecimento das associações sobre os editais públicos, bem como a falta de documentação e entraves burocráticos. Após o acesso dos agricultores a este canal de comercialização, surgiram outros editais do PNAE, e a partir da experiência adquirida nesse processo, foi possível o acesso dos mesmos a outros editais enquanto grupo formal. O que

⁴ Unidade Familiar representa a quantidade de pessoas que compõe a família e Unidade de Produção representa a quantidade de pessoas da família que contribuem de alguma forma desde a produção até a comercialização.

viabilizou a logística de entrega dos itens, questão essa que foi apontada como limitação para entregas na Universidade durante a execução dessa chamada.

Todos os beneficiários acessaram outro canal de venda, além do PAA cinco (n=5), agricultores participaram de Feiras, três (n=3) forneceram para distribuidor, dois (n=2) forneceram para cestas, um (n=1) forneceu para supermercado e um (n=1) outros. Nenhum agricultor declarou comercializar na CEASA.

Os agricultores foram questionados em relação ao motivo de participação no PAA, seis (n=6) agricultores declararam participar pela venda garantida e cinco (n=5) agricultores declararam participar pelo aumento de renda. Nenhum agricultor declarou que participou pelo preço pago.

Em relação ao cumprimento do cronograma proposto pela Universidade, 30% dos agricultores não cumpriram, tendo em vista as limitações apresentadas ao longo da execução da Chamada. Além dos entraves burocráticos apresentados, também foi observada limitações na organização e planejamento da produção para atender o cronograma, bem como a falta de mão de obra, insumos e ferramentas para a ampliação da área plantada.

Os agricultores foram questionados em relação a qualidade dos produtos entregues. Foi declarado que houve reclamação referente ao tamanho do produto (n=1), higienização (n=2) e aparência (n=1), 5 (cinco) fornecedores informaram que não houve reclamação (Quadro 3). Quando questionados, em relação a melhoria dos produtos, após as entregas para o PAA e orientações prestadas pela Universidade, seis (n=6) agricultores declararam que houve melhoria e três (n=3) agricultores disseram que não houve melhorias. Desta forma observou-se que as orientações prestadas aos agricultores pelos técnicos do Restaurante Universitário e residentes foram cumpridas, ocasionando uma melhoria na qualidade dos produtos.

Em relação a diversificação da produção, seis (n=6) agricultores diversificaram a sua produção a partir das entregas do PAA, sete (n=7) aumentaram a área plantada e cinco (n=5) aumentaram a produção.

Quadro 3. Avaliação da qualidade dos produtos entregues no PAA, diversificação da produção, quantidade produzida e área plantada por agricultores familiares, fornecedores da Chamada N° 01/2017 para a compra da agricultura familiar pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Item	Descrição	Nº de beneficiários
Reclamação sobre a qualidade	Tamanho	1
	Ponto de maturação	0
	Aparência	0
	Embalagem	1
	Danos mecânicos e pragas	0
	Higienização	2

	Não houve reclamação	5
Qualidade do Produto	Houve melhoria	6
	Não houve melhoria	3
Diversificação da produção	Passou a produzir novas culturas	6
	Não passou a produzir novas culturas	3
Quantidade Produzida	Aumentou	5
	Não aumentou	2
Área Plantada	Aumentou	7
	Não aumentou	1

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ação intersetorial descrita nessa pesquisa, reflete resultados positivos na atuação da UFRRJ na promoção da SAN, incentivando ambientes alimentares saudáveis à comunidade acadêmica e a permanência do agricultor familiar no campo. Os canais de venda direta materializados na Feira e nas compras para o Restaurante da UFRRJ pela modalidade compra institucional do Programa de Aquisição de Alimentos, favoreceram a segurança alimentar e nutricional no espaço Institucional, a partir das seguintes dimensões: estímulo à produção; oferta e aquisição de Frutas, legumes e Verduras; Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCS); produtos orgânicos e da transição agroecológica localmente produzidos; geração de renda; formalização dos agricultores e o incentivo à autonomia e participação das mulheres.

Durante a execução da pesquisa foi perceptível notar o protagonismo feminino nos canais de incentivo da SAN, onde as mulheres atuaram enquanto idealizadoras, agricultoras e consumidoras. As mulheres se destacam nas áreas de promoção e sustentação da vida, neste caso se deu através do plantio e circulação de alimentos saudáveis. Essas estratégias tem como base a economia solidária favorecendo todos os sujeitos envolvidos.

A inserção dos agricultores no Programa de Aquisição de Alimentos e na Feira da Agricultura Familiar favoreceu o acesso à outras políticas públicas. A garantia de comercialização e acompanhamento técnico contínuo da produção a entrega, possibilitou a formalização dos mesmos enquanto agricultores, que permitiu o conhecimento do procedimento burocrático e facilitou o acesso ao PNAE.

É válido ressaltar a atuação intersetorial dos residentes em agronomia, como principais atores de mediação e interlocução entre os técnicos da universidade e os agricultores familiares participantes desses canais, foi fundamental para integração e operacionalização desses canais, levando à universidade as demandas desta categoria social, além da prestação de assessoria técnica. Outro ponto relevante foi a inserção dos escritórios locais da EMATER dos municípios de Seropédica, Itaguaí, Nova Iguaçu e Paracambi como parceiros na mobilização dos agricultores na elaboração da Chamada e divulgação do PAA e da FAF.

O PAA apresenta-se como uma nova maneira de realizar a compra de alimentos. Neste formato a aquisição de alimentos se dá de forma direta e não via processo licitatório. Essa nova modalidade de compra mostrou algumas limitações iniciais à aplicação do programa, como o fato do valor dos produtos serem um pouco acima do que era licitado anteriormente. Neste período a universidade não adquiriu todos os itens, devido a obra no Restaurante Universitário, além da dificuldade dos agricultores em cumprirem o cronograma de entrega estabelecido. Sabe-se que a diferença de preço não gera impacto no orçamento da universidade, tendo em vista todos os benefícios gerados através do programa. Tem-se como benefícios a qualidade do produto ofertado, sendo eles agroecológicos e oriundo de municípios vizinhos, há o favorecimento de agricultores familiares do entorno, que promovem o desenvolvimento local através da garantia da comercialização do seu produto.

Mesmo sendo integrantes de associações da agricultura familiar, os agricultores não apresentavam dinâmica de trabalho coletivo. Na primeira chamada foram três agricultores que acessaram o PAA de forma individual. Na segunda chama houve um aumento no número de agricultores, e a participação de uma associação, e houve um movimento de articulação para aquisição através de grupo formal. Este processo permitiu que os agricultores estabelecessem uma dinâmica de organização coletiva, pois diminuiria os custos com o transporte. Este custo foi uma limitação apresentada durante a avaliação. A experiência de organização de pequenos grupos compostos por agricultores individuais nucleados por produto surtiu efeito, graças ainda às relações de reciprocidade. Essa é uma porta de entrada para agricultores individuais no PAA em chamadas realizadas na região da baixada e outras regiões, onde os grupos formalizados são escassos ou se não tem uma cultura enraizada no associativismo.

Em relação aos fornecedores, agricultores familiares, foram apresentadas limitações com relação ao planejamento da produção, para atender todos os canais que acessavam. Essas limitações foram parcialmente supridas a partir da atuação dos residentes no Programa, para auxiliar na organização e internalização da rotina de planejamento. A organização em grupos formais, aponta-se como canal de planejamento para futuros fornecimentos de alimentos nas chamadas subsequentes. No entanto, ressalta-se que mesmo frente às limitações, o resultado foi positivo tanto para o agricultor quanto para a Universidade, que por ser seu segundo edital, ainda esta na fase de adaptação. Constatou-se a eficiência dos gestores da Universidade, que se envolveram diretamente na resolução dos problemas apresentados.

O perfil de consumidores da feira eram em sua maioria mulheres, alunas e professoras. A proximidade do alojamento e a abertura ao conhecimento dos benefícios nutricionais, devido ao fato de estarem dentro de uma universidade, mostra como um centro de produção de conhecimento e atuação política, favorece o desenvolvimento e sustentabilidade da feira.

7 CONCLUSÕES

- Os canais de venda direta na UFRRJ contribuem para a segurança alimentar e nutricional a partir do estímulo à produção local e em bases agroecológicas; oferta e aquisição de frutas, legumes e verduras; produtos orgânicos e da transição agroecológica; geração de renda e formalização dos/as agricultores/as; o faturamento bruto da Feira da Agricultura Familiar (FAF) é influenciado pela oferta de produtos e pelo calendário acadêmico;
- a oferta de alimentos na FAF é uma expressão diversidade produtiva na baixada fluminense (RJ), sendo influenciada pela sazonalidade;

- a diversidade de frutas e hortaliças ao longo de todo o ano, e a especialização para agroindustrialização são fatores que apontam para a consolidação da FAF no espaço institucional;
- a inserção de mulheres agricultoras na FAF é expressiva, assumindo papéis de protagonistas desse espaço, com autonomia e efetiva participação produtiva, social e política;
- a FAF é acessada semanalmente, principalmente por mulheres jovens e adultas, do segmento discente e docente, motivadas pelo acesso a produtos orgânicos valorizando benefícios para a saúde e o fortalecimento da agricultura familiar.
- as contribuições da compra da agricultura familiar vão além da garantia de comercialização para os/as agricultores/as fornecedores/as, estimulando processos para melhoria da qualidade dos produtos ofertados, ampliação da área plantada, da produção e da diversificação.

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO, R. DA S. **Levantamento e análise de fatores climáticos sobre níveis populacionais de moscas-brancas (Hemiptera: Aleyrodidae) na cultura da mandioca no Estado do Rio de Janeiro.** (Dissertação de mestrado). 46f. 2009. Instituto de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica - RJ, 2009.

ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável.** São Paulo: Expressão Popular, 2012.

ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável.** 5ª ed. – Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2009.

AMARAL, V. R.; ZAGONEL, T. R.; BASSO, D. Mercados institucionais públicos de alimentos. In: VII Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional. **Globalização em Tempos de Regionalização-** Repercussões no Território Santa Cruz do Sul, Santa Cruz, 2015.

ANACLETO, A.; COELHO, A. P.; CURVELO, E. B. C. **As mulheres empreendedoras e as feiras livres no litoral do paraná.** Faz Ciência, v. 18, n. 27, jan/jun de 2016 – p. 118-139.

ANVISA. Agência Nacional de Vigilância Sanitária -programa de análise de resíduos de agrotóxicos em alimentos. Plano Plurianual 2017-2020. Resultados 1  ciclo 2017-2018. Disponível em <http://portal.anvisa.gov.br/documents/111215/0/ApresentacaoPARA_dez_2019.pdf/6321e60d-5910-4a61-9e3d-79a2602ebafa> Acesso em 15 de maio de 2019.

ASSIS, S. C. R. D.; PRIORE, S. E.; FRANCESCHINI, S. D. C. C. **Impacto do Programa de Aquisi o de Alimentos na Segurança Alimentar e Nutricional dos agricultores.** Ciênc. saúde coletiva [online]. 2017, vol.22, n.2.

BARBOSA, J. M. B. **A versatilidade do palmito de broto de bambu: uma possibilidade gastron mica.** Revista de gastronomia, v. 1, n. 1, 2019.

BRAGATTO, S. A. Programa de aquisi o de alimentos: segurança alimentar e inclusão social no campo. 2010. Tese (Doutorado em Nutri o Humana Aplicada) - Nutri o Humana Aplicada, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. doi:10.11606/T.89.2010.tde-08062010-110046. Acesso em: 26 de maio de 2018.

BRANDÃO, C. R.; BORGES, M. C. A pesquisa participante: um momento da educa o popular. **Revista de Educa o Popular.** Uberlândia, v. 6. jan./dez. 2007, p.51-62.

BRANDENBURG, A. **Ecologiza o da agricultura familiar e ruralidade. Agricultura Familiar Brasileira: Desafios e Perspectivas de Futuro.** Secretaria Especial de Agricultura e do Desenvolvimento Agrário. Brasília : Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. 470 p

BRASIL. Companhia Nacional de Abastecimento. Gr os Série Histórica. Disponível

em<<https://portaldeinformacoes.conab.gov.br/index.php/safra-serie-historica-dashboard>>
Acesso em: 20 de abril de 2018.

BRASIL. Câmara interministerial de segurança alimentar e nutricional. Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN 2016/2019). Brasília, DF: CAISAN, 2016. 68 p.

BRASIL. Câmara Interministerial De Segurança Alimentar E Nutricional. Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: 2012/2015. Brasília, DF: CAISAN, 2011. 132 p.

BRASIL. Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003. Dispõe sobre a repactuação eo alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, 2003.

_____. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988, 292 p.

_____. Coordenação de Trabalho e Rendimento. Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018: Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/condicoes-de-vida-desigualdade-e-pobreza/9050-pesquisa-de-orcamentos_familiares.html?edicao=9061&t=sobre. Acesso em 19 jan 2020.

_____. Coordenação de Trabalho e Rendimento. Pesquisa de orçamentos familiares 2008-2009: Disponível em: [em:https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/protecao-social/9050-pesquisa-de-orcamentos-familiares.html?=&t=destaques](https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/protecao-social/9050-pesquisa-de-orcamentos-familiares.html?=&t=destaques). Acesso em 01 jan 2020.

_____. Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012. Dispõe sobre o Regulamento do art. 19 da Lei nº10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa De Aquisição de Alimentos, e o Capítulo III da Lei nº12.512, de 14 de outubro de 2012. Diário Oficial da União, Brasília, 5 de julho de 2012. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Decreto/D7775.htm: . Acesso em 10 de janeiro de 2016.

_____. Decreto Nº 7.794, de 20 de Agosto de 2012. Institui a Política Nacional de AgroecologiaeProduçãoOrgânica.Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm. Acesso em: 03 de maio de 2018 a.

_____. Decreto nº 9064, 31 de maio, 2017. Dispõe sobre a Unidade Familiar de Produção Agrária, institui o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar e regulamenta a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e empreendimentos familiares rurais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20152018/2017/Decreto/D9064.htm. Acesso em 28 de maio de 2018.

_____. Decreto nº. 8.473 de 22 de junho de 2015. Estabelece, no âmbito da Administração Pública federal, o percentual mínimo destinado à aquisição de gêneros alimentícios de agricultores familiares e suas organizações, empreendedores familiares rurais e demais beneficiários da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, 26 de junho de 2015. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8473.htm. Acesso em 10 de janeiro de 2019.

_____. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União. Brasília, 25 de julho de 2006. Disponível em: . Acesso em 11 de janeiro de 2016.

_____. Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010. Regulamenta a Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. Diário Oficial da União, agosto de 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia alimentar para a população brasileira / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2. ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2014. 156 p. : il.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Rotulagem nutricional obrigatória: manual de orientação às indústrias de Alimentos. Versão 2. Brasília: Universidade de Brasília, 2005. 44 p.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA et al. **Objetivos de desenvolvimento do milênio: relatório nacional de acompanhamento**. Presidência da República, Governo da República Federativa do Brasil, 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. Agrotóxicos na ótica do Sistema Único de Saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. – Brasília: Ministério da Saúde, 2016.2 v. : II

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Catálogo de produtos ofertados pela agricultura familiar. -- Brasília, DF: Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2018. 136 p.

BRASIL. Um retrato multidimensional. RELATÓRIO 2014. Disponível em: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/noticias/arquivos/files/SOFI4_10_09-2.pdf. Acesso em 02 de agosto de 2018.

BRITO, J. S. D. **Utilização do broto de bambu como possibilidade de diversificação alimentar no município de Taquaras**. Rio Grande do Sul. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Tecnologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013. Disponível em: Acesso em: 15 abril de 2018.

BURLANDY, Luciene. A construção da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil: estratégias e desafios para a promoção da intersetorialidade no âmbito federal de

governo. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, p. 851-860, 2009.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Análise multidimensional da sustentabilidade: uma proposta metodológica a partir da Agroecologia. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 3, n. 3, p. 70-85, jul./set. 2002.

CAPORAL, F. R.; P, G.; CASTOBEBER, J. A. **Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade**. 2009.

CARNEIRO, F. F. et al. **Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde**. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Editora: Expressão Popular, Rio de Janeiro / São Paulo. 2015.

CEASA – RJ - Centrais de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro. Consulta de Cotação, Unidade Grande Rio. 2019. Disponível em: http://www.ceasa.rj.gov.br/ceasa_portal/view/ListarCotacoes.asp.

CHAFFOTTE, L.; CHIFFOLEAU, Y. Vente directe et circuits courts: évaluation, définition et typologie. Les Cahiers de l'Observatoire CROC, Montpellier, p. 8. 2007. Disponível em: http://pm22100.net/docs/pdf/04_CC_VD/130128_Cahier_de_1_Obs1-INTERNET.pdf. Acesso em 01 fev. 2018.

CHAYANOV, A. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1985.

CONTI, I. L.; SCHROEDER, E. O. **Convivência com o semiárido brasileiro: autonomia e protagonismo social**. Editora IABS. Brasília-DF, 2013.

CONTI, I. L.; D'ÁVILA, C. R.; GADELHA, E. G.; PICCIN, M.; ROVERSI, M. M. S. **Programa de Aquisição de Alimentos: uma inovação em políticas públicas de segurança alimentar e nutricional**. GenteSAN, Passo Fundo, v.3, n.1, 2010.

DAROLT, M. R. ; CONSTANTY, H. **Estratégias de Fortalecimento entre Produtores e Estratégias de Fortalecimento entre Produtores e Consumidores Orgânicos**. In:Fórum Internacional do Complexo Agroindustrial Orgânico e Biotecnologias, Curitiba-PR, p. 44-45, 2008.

DAROLT, M. R.; LAMINE, C.; BRANDEMBURG, A. **A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: ensinamentos do caso brasileiro e francês**. *Agriculturas*, 10(2), 2013.

DAROLT,M.R. **Mercados locais, circuitos curtos e novas relações produção-consumo**. In: **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. 1. ed. Curitiba, PR: Kairós, 2013. 139-170 p.

DAROLT,M.R..**Conexão agroecológica.Novas relações entre agricultores e consumidores**. 1º. ed. Londrina, PR: IAPAR, 2012. 162 p.

DE TARSO, A. S.; MORGANTE, C. V.; DE MELO CHAVES, A. R.; NETO, B. P. C.; VITOR, A. B.; MARTINS, D. R. P. S. & OLIVEIRA, E. J. **Características fisiológicas, produção total de raízes e de parte aérea em acessos de Manihot esculenta em condições de déficit hídrico.** Revista Brasileira de Geografia Física. 8 (7) p.685-696, 2015.

EMATER-RIO. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio de Janeiro. Acompanhamento Sistemático da Produção Agrícola – ASPA. Relatório por culturas do sistema ASPA/AGROGEO, 2016. Disponível em: <http://www.emater.rj.gov.br/images/cul2016.htm>. Acesso em: 05 de janeiro de 2020.

EMATER-RIO. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio de Janeiro. do sistema ASPA/AGROGEO, 2018. Disponível em <http://www.emater.rj.gov.br/areaTecnica/cul2018.pdf>. Acesso em: 05 de janeiro de 2020.

FRANÇOIS, M. **Comercializar os produtos locais: circuitos curtos e circuitos longos. Inovação no meio rural.** Caderno nº 7. [s. l.]: Observatório Europeu LEADER, jul. 2000.

FREIRE, P.; SOUZA, A. D.; NASCIMENTO, D. C. Políticas públicas e agricultura familiar em contextos de crise no Estado do Bem-Estar Social: um estudo de caso. **Revista de Estudos Jurídicos UNESP**, Franca, ano 19, n. 30, p. 1-28, ago-dez. Disponível em: <https://ojs.franca.unesp.br/index.php/estudosjuridicosunesp/index>.

FREITAS, J. F. D. **Rotulagem de alimentos: orientações para elaboração de rótulos dos produtos da agricultura familiar.** Vitória, ES : Incaper, 2017. 60 p. (Incaper. Circular Técnica, 06-I).

GALLI, F; BRUNORI, G. **Short food supply chains as drivers of sustainable development.** Evidence document. 2013.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. O papel da agricultura familiar para a segurança alimentar: uma análise a partir do programa Fome Zero no município de Constantina/RS. **Sociedade e Desenvolvimento Rural**, v. 1, n. 1, p. 85-102, 2007.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GLIESSMAN, S. R. **Da agricultura sustentável a sistemas alimentares sustentáveis.** in: **AGROECOLOGIA: processos ecológicos em agricultura sustentável.** Porto Alegre: UFRGS, 2000. 653 p.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. **Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil.** Rev. Econ. Sociol. Rural, Brasília, v. 52, supl. 1, p. 125-146, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010320032014000600007&lng=en&nrm=iso. Acesso em 18 de janeiro 2020.

GUZMÁN, E. S.; MONTIEL, M. S.; HERNÁNDEZ, D. G.; SÁNCHEZ, I. V.; COLLADO, A. C. **Canales cortos de comercialización alimentaria en Andalucía. Espanha: Fundación**

Pública Andaluza, Centro de Estudios Andaluces, 2012. Disponível em: http://www.juntadeandalucia.es/export/drupaljda/CCC_alimentaria_en_Andalucia_2012.pdf. Acesso em 01 fev. 2019.

GUZZATTI, C. T.; SAMPAIO, C. A.C.; TURNES, V. A. **Novas relações entre agricultores familiares e consumidores: perspectivas recentes no Brasil e na França**. Organizações Rurais & Agroindustriais, vol. 16, núm. 3, pp. 363-375. Minas Gerais, Brasil, 2014.

HEREDIA, B. M. A.; CINTRÃO, R. P. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. **Revista Nera**, n. 8, p. 1-28, 2012.

IBGE. Censo Agropecuário 2006: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro, 2006.

_____. Censo Agropecuário 2017. Rio de Janeiro 2017. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf. Acesso em: 21 jan. 2020.

_____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Segurança alimentar 2004/2009. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; 2010.

_____. Agência IBGE notícias. Área plantada em 2018. Disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25371-pam-2018-valor-da-producao-agricola-nacional-cresce-8-3-e-atinge-recorde-de-r-343-5-bilhoes>. Acesso em 21 jan 2020.

_____. Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009: Antropometria e estado nutricional de crianças, adolescentes e adultos no Brasil. Rio de Janeiro; 2010b. 130p
Acompanhamento Sistemático da Produção Agrícola – ASPA. Relatório por culturas

JESUS, L. R. D. et al. **CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA DAS MULHERES DO CAMPO EM RIO NEGRINHO**. 2020. 89 f. Trabalho de Conclusão do curso. Universidade Federal de Santa Catarina–SC

MAY, A. et al. A cultura da couve-flor. Campinas: Instituto Agronômico, 2007. (Série Tecnologia APTA, **Boletim Técnico IAC**, 200).

MALUF, R. S.; MENEZES, F. Caderno ‘Segurança Alimentar’ 2000. 52p. Disponível em: <http://ideiasnamesa.unb.br/upload/bibliotecaIdeias/1391606568Caderno_Seguranca_Alimentar.pdf> ; Acesso em: 26 de maio de 2018.

MENASCHE, R. Capinar: verbo conjugado no feminino? Notas de pesquisa sobre gênero e percepções de risco na agricultura familiar. **Cuadernos de desarrollo rural**, n. 53, p. 25-36, 2004.

MESQUITA, L. E. M. (2012), “Mulheres na agricultura familiar: a comunidade Rancharia, Campo Alegre de Goiás (GO)”, XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária – **Territórios em disputa: os desafios da geografia agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro**, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

MINAYO, M. C. S. E SANCHES, O. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? *Cad. Saúde Públ.*, Rio de Janeiro, 9 (3): 239-262, jul/set, 1993.

NARCISO, V. et al. O papel das mulheres no desenvolvimento rural: uma leitura para Timor-Leste. **Anais do Centro de Estudos e Formação Avançada em Gestão e Economia**. Évora: CEFAGE. Recuperado em, v. 6, 2008

.NASCIMENTO, A. L.; ANDRADE, S. L. L. S. Segurança alimentar e nutricional: pressupostos para uma nova cidadania?. **Ciência e Cultura**. [online]. 2010, v.62, n.4, pp. 34-38.

OKOGBENIN, E.; SETTER, T. L.; FERGUSON, M.; MUTEKI, R.; CEBALLOS, H.; OLASANMI, B. E FREGENE, M. Phenotypic approaches to drought in *Manihot esculenta*. *Frontiers in Physiology* 4(1) p.93-107, 2013.

OLIVEIRA, R. M. D. Produção das culturas do brócolis e da couve-flor com diferentes lâminas de irrigação e doses de nitrogênio. 2015. 74f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG.

PEREZ-CASSARINO, J.; FERREIRA, A. D. D. **Agroecologia, construção social de mercados e a constituição de sistemas agroalimentares alternativos**: uma leitura a partir da Rede Ecovida de Agroecologia. *Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura*. Curitiba: Kairós, p. 171-214, 2013.

PIRES, A.; PEREZ-CASSARINO, J.; COSTA, T. Implementação da modalidade PAA compra institucional: uma proposta de introdução de alimentos ecológicos nos restaurantes universitários. **Cadernos de Agroecologia** – ISSN 2236- 7934 – Vol 8, No. 2, Novembro, 2013.

PORTILHO, F. Consumidores de alimentos orgânicos: discursos, práticas e auto-atribuição de responsabilidade socioambiental. **Anais da XXVI Reunião Brasileira de Antropologia**, 2008.

PORTILHO, F. Novos atores no mercado: movimentos sociais econômicos e consumidores politizados. **Política & Sociedade**, v. 8, n. 15, p. 199-224, 2009.

PORTO, M. F. D. S. O trágico Pacote do Veneno: lições para a sociedade e a Saúde Coletiva. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, p. e00110118, 2018.

RODRIGUES, R. R. et al. **Desenvolvimento inicial de brócolis em diferentes disponibilidades hídricas**. *Enciclopédia Biosfera, Centro Científico Conhecer, Goiânia*, v. 9, n. 17, p. 10-41, 2013.

ROSSI, P.; OLIVEIRA, A.L.M.; ARANTES, F.; DWECK, E. **Austeridade fiscal e o financiamento da educação no Brasil**. *Educ. Soc.*, Campinas, v.40, e0223456, 2019.

SABOURIN, E. Teoria da Reciprocidade e sócio antropologia do desenvolvimento, *Sociologias*, Porto Alegre, v. 13, n. 27, p. 24-51, 2011.

SALES, C. de M. V. **Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos.** *Revista Estudos Feministas*, vol.15, nº 2, Florianópolis-SC, 2007, pp.437-443.

SALGADO, R. J. D. S. F. Implementação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): a trajetória de operacionalização do PAA institucional na Universidade Federal de Viçosa-MG. 2016. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais.

SANTOS, B.S. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência.** [Para um novo senso comum. A ciência, direito e a política na transição paradigmática]. 2. ed. Porto Alegre, RS: Afrontamento, 2000. 374 p.

SANTOS, I.S.; VIEIRA, F.S. Direito à saúde e austeridade fiscal: o caso brasileiro em perspectiva internacional). *Ciênc. saúde coletiva*, v.23, n. 7, p.2303-2314, 2018.

SANTOS, L. R. P. D. Residência agrônoma com enfoque agroecológico o caso dos canais de venda direta na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 2018. Dissertação de Mestrado em Agricultura Orgânica. Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio Janeiro, Seropédica.

SARAIVA, E. B.; SILVA, A. P. F.; SOUSA, A. A.; CERQUEIRA, G. F.; CHAGAS, C. M. S.; TORAL, N. Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.18, n.4, p.927-936, 2013.

SCHNEIDER, S.; FERRARI, D. L. **Cadeias curtas, cooperação e produtos de qualidade na agricultura familiar:** o Processo de Relocalização da Produção Agroalimentar em Santa Catarina. *Organizações Rurais & Agroindustriais*, v. 17, n. 1, p. 56-71, 2015.

SEVILLA G, E.; GONZÁLEZ, D. M. M. **Sobre la agroecología: algunas reflexiones en torno a la agricultura familiar en España.** In: GARCÍA DE LEÓN, M. A. (ed.). *El campo y la ciudad*. Madrid: MAPA, 1996. p.153-197. (Serie Estudios)

SILVA, V. D. O papel do programa de aquisição de alimentos–PAA-para o fortalecimento da agricultura familiar: o caso da Cooperativa da Agricultura Familiar Integrada–COOPAFI-de Capanema, PR. 2013. Dissertação de Mestrado. Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

TABAI, K.C. **A Segurança Alimentar e Nutricional no contexto da intersectorialidade.** In: Denise Regina Perdomo Azeredo (Org.). *Inocuidade dos Alimentos*. São Paulo: Ed. Atheneu, p. 19-30, 2017.

TANACA, E. K. T.; SOUZA FILHO, H. M. S.; GANGA, G. M. D. Proposta de um modelo de avaliação dos fornecedores do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): o caso do município de São Carlos – SP. *Gestão e Produção*, São Carlos, v. 21, n. 4, p. 781-792, 2014.

UFRRJ. Programa de residência agrônoma. Disponível em: <http://www.residenciaemagronomiaufrj.com.br>. Acesso em 02 de maio de 2108.

VIEGAS M. D. T.; ROVER, O. J.; MEDEIROS, M. Circuitos (não tão) curtos de

comercialização e a promoção de princípios agroecológicos: um estudo de caso na região da grande Florianópolis. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 42, p. 370-384, dez. 2017. Acesso em: 12 set. 2019.

WANDERLEY, M. D. N. B. Texto preparado para a Aula Inaugural do primeiro semestre de 2004 a ser ministrada no CPDA/UFRRJ. **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade**. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2014/06/Texto-6.pdf>. Acesso em 28 de maio de 2018.

WANDERLEY, M. D. N. B. **O lugar do rural**. Texto preparado para o ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 22., 1998. Fotocópia.

WAQUIL, P. D. et al. **Mercados e comercialização de produtos agrícolas**: Editora da UFRGS, 2010. 71 p Porto Alegre.

WOORTMANN, E. F.; HEREDIA, B.; MENASHE, R.; MARGARIDA A;. **Coletânea sobre estudos rurais e gênero**. Brasília: MDA, IICA, 2006.

World Health Organization and Food and Agriculture Organization of the United Nations (2005). Fruit and vegetables for health: Report of a joint FAO/WHO Workshop, 1–3 September 2004, Kobe, Japan. Disponível em: http://www.who.int/dietphysicalactivity/publications/fruit_vegetables_report.pdf

ANEXOS

Anexo A – Modelo do Relatório de Comercialização da Feira de Agricultura Familiar na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (P1) (Campus Seropédica-RJ).

				Feira da Agricultura Familiar na UFRRJ			
RELATÓRIO DE VENDAS							
Produtor (a): Alessandra			CPF:	Cel:	Data:		
Produto:	Unidade:	Valor Unitário:	Quantidade que levei:	Quantidade que sobrou	Total:		
Abacate							
Avental							
Azeite							
Banana							
Biscoito							
Biscoito de coco							
Biscoito de milho							
Bolsa							
Coco							
Fita de coco							
Geléia							
Geleia P							
Geléia PP							
Laranja							
Lima							
Mamão							
Mixirica							
Noni							
Pão							

Anexo B-Grupo de alimentos comercializados na Feira de Agricultura Familiar na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Campus Seropédica-RJ)

Grupo	Item
I.Hortaliças	
Folhosas	Acelga, agrião, alface, almeirão, bertalha, bredo, brócolis, catalonia, folha de batata doce, folha de amora, folha de beterraba, folha de limão, folha de repolho, mix de alface/rúcula, verduras, chicória, couve, couve nabiça, espinafre, repolho, rúcula; PANC: taioba, ora pro nobis, vinagreira, beldroega, caruru, nirá, peixinho e serralha, chaya, mostarda, azedinha.
Fruto	Abóbora, abobrinha, beriló, berinjela, ervilhas, maxixe, tomate cerejão, tomatinho, vagem, jiló, pepino, pimentão, quiabo, quiabo indiano, tomate, tomate cereja, urucum, maxixe, chuchu, cacau, milho verde, feijão, vagem, feijão de corda, feijão guandu, mini pepino.
Tuberosas	Aipim, alho, batata doce, batata baroa, batata roxa, gengibre verde, beterraba, cebola, cenoura, cúrcuma, gengibre, inhame, nabo, rabanete.
Flores, hastes e brotos	Bambu, brócolis, brócolis americano, broto, couve nabisa, folha de brócolis, broto de girassol, broto de bambu, couve-flor, pupunha.
Aromáticas, condimentares e medicinais	Alecrim, alho poró, arnica, biquinho, coentrão, coentro, coentro japonês, coentro selvagem, coentro silvestre, estragão, chapéu de hibisco, hortelã pimenta, insulina, maria gorda, picão, pimenta ardida, pimenta biquinho, pimenta chapéu de bispo, pimenta dedo-de-moça, pimenta doce, pimenta grande, pimenta malagueta, pimenta rosa, salsa, zedoária, salsão, cebolinha, cheiro verde, coentro, louro, manjericão, mostarda, orégano, salsão, salsinha, tomilho, , manjerona, pimenta, conserva pimenta, babosa, capim limão, dente de leão, erva cidreira, funcho, hortelã, menta, aipo, saião, carquejo, vique, alfavaca, hibisco.

II. Frutas	<p>Abacate, amora portuguesa, banana d'água, banana de fritar, banana figo, banana maçã, banana mel, banana ouro, banana passa, banana prata, banana prata maçã, banana prata mel, banana prata ouro, banana São Tomé, banana sapo, biribiri, biribá, cacau, cajá, cidra, condessa, coquinho, fruta do conde, laranja baia, laranja da terra, laranja sanguínea, lima, limão casca fina, limão cravo, limão galego, limão siciliano, limão tahiti, pitomba, romã, seriguela, toranja, umbu, abacaxi, abiu, acerola, amora, araçá, banana, cajá mirim, caju, caqui, carambola, fruta pão, goiaba, jabuticaba, jaca, jambo, jamelão, kinkan, laranja pêra, lima da pérsia, limão tahiti, mamão, manga, maracujá, morango, noni, pinha, pitanga, tamarindo, tangerina, coco verde.</p>
III. Processados e minimamente processados	<p>Abacaxi processado, açúcar, arroz, azeite, baguetão, andiroba, ante pasta de abóbora, ante pasta de abobrinha, ante pasta de berinjela, baguetes, bananinhapassa, balas, bandeja de crepe, bandeja de salgados, berinjela em conserva, biomassa, biquinho em conserva, biquinho desidratado, biscoito amanteigado, biscoito amanteigado de goiaba, biscoito de batata, biscoito de batata doce, biscoito de chicória, biscoito de coco, biscoito de limão, biscoito de milho, biscoito de milho com coco, biscoito de polvilho, biscoito de queijo, biscoito recheado, biscoito sem glúten, biscoito sem lactose, bolinho de aipim com frango, bolinho de aipim vegano, bolinho de angu, bolinho de baunilha, bolinho de canela, bolinho de chocolate, bolinho de fruta, bolinho de queijo, bolinho de queijo com presunto, bolo de aipim, bolo de banana, bolo de chocolate, bolo de coco, bolo de capim limão, bolo de cenoura, bolo de coco e mamão, bolo de farinha de berinjela, bolo de fubá, bolo de laranja, bolo de pimenta, bolo de farinha, bolo frito, bolo inglês, brigadeiro diet, brigadeiro vivo, broa de fubá, broa de milho, broinha, brownie, cachorro quente de forno, café orgânico, cana descascada, canela em pau, canela em pedaço, canudinho crocante, caqui passa, casquinha com amendoim, casquinha com palha, casquinha crocante, casquinha sem glúten, suco de chaya, chips, chips doce, coalhada, cocada, cocada de forno, coco com geléia, coco rolado, condimento, compota de berinjela, compota de cidra, cone de amendoim, cone trufado, conserva de berinjela, conserva de pimenta biquinho, conserva de pepino, conserva de pimenta, conserva de milho verde, conserva de quiabo, couve semi processada, coxinha de frango, coxinha vegana, crepe, croquete, cuca de banana, cuquite, curau, cuscuz, disco de pizza, doce de amendoim, doce de batata, doce de batata roxa, doce de cidra, doce de abóbora, doce de banana, doce de cidra em calda, doce de</p>

	<p>cidra compota, doce de coco, doce de laranja, doce de mamão, doce de manga, doce de manga em pasta, elegante, empada de frango, empada vegana, empadinha argentina, enroladinho de salsicha, escondidinho, esfiha de carne, espinafre, extrato de tomate, farinha biquinho, farinha de chicória, farinha de berinjela, farinha de berinjela com pimenta, farinha de mandioca, farinha de maracujá, farinha de ovo, farinha de urucum, fita de batata, forma 1, forma 2, frescal, garrafa de água, garrafa de pimenta, geleia de abacaxi com pimenta, geleia de banana, geleia de caju, geleia de cidra, geleia de abacaxi, geleia de banana, geleia de cajá, geleia de cajá com pimenta, geleia de caju, geleia de caqui, geleia de caqui com lima da pérsia, geleia de cenoura, geleia de cidra com hortelã, geleia de cidra com gengibre, geleia de gengibre, geleia de goiaba, geleia de goiaba com limão, geleia de graviola, geleia de hortelã, geleia de jaca, geleia de jaca com pimenta, geleia de jambo, geleia de jamelão, geleia de laranja, geléia de laranja com cenoura, geléia de limão, geleia de limão siciliano, geléia de mamão, geléia de mamão com maracujá, geléia de manga, geléia de manga com pimenta, geléia de manga sem açúcar, geléia de maracujá, geléia de pimenta, geléia de pitanga, geléia de tangerina, geléia de tomate, geléia de tomate com pimenta, geléia de uva, geléia sem açúcar, gengibre cristalizado, grão de cacau desidratado, hamburguer vegano, hibisco em conserva, hot dog vegano, banana chips, banana desidratada, banana passa, bananada, biomassa de banana, caqui desidratado, cidra cristalizada, cidra desidratada, jaca desidratada, jambo desidratado, jambo passa, laranja desidratada, mamão desidratado, catchup de goiaba, Farinha de banana, farinha viva, farinhas farinhas. canela em pó, açúcar de gengibre, brigadeiro, chocolate, sal temperado, vinagre aromatizado, molho de pimenta, colorau (urucum moído), óleo de andiroba, óleo de copaíba, água de coco, café, suco, kombucha, pães, massas, biscoitos doces, biscoitos salgados, torradas, bolos, cereais matinais, bolos em geral, massas em geral e salgados, cocada doce artesanal, geleia artesanal, torta viva, tortinha sem glúten, palmito de pupunha, coco seco, cana (se for picada é processada), hibisco desidratado, aipim descascado, mini-milho.</p>
<p>IV. Beneficiados</p>	<p>Feijão fradinho, feijão guandu, feijão preto, milho de pipoca, amendoim, amendoim açúcarado.</p>

V Mudas e outros insumos	echeirosa, manacá, maniamilha, manjeriçã, manjeriçã roxo, manjerona, maracujá, maracujã doce, maranta, margarida, margarida da rainha, maria aninha, medicinais, mini rosa, mini rosa especial, mirra, mistas, morango, mostarda, muda, muda caju, muda cítrus, muda de couve, muda de flores, muda de taguete, muda graviola, muda louro, muda peixinho, muda pimenta, muda pimenta biquinho, mudas de coco, mudas de palmeira, nirá, onze-horas, ora-pró-nóbis, orégano, orelha de elefante, ornamental, orquídea, pé de ovos, peixinho, penta, peperomia, petunia, pimenta, pimemntabiquinho, pimenta do reino, pimenta malagueta, pimenta rosa, pimenta pote, pingo de ouro, pitomba, plantas diversas, plantas medicinais, poejo, policelia, pupunha, quebra demanda, remédio, romã, rosa, rosa branca, rosa do deserto, rosa especial, rosa grande, rosas, roseiras, rúcula, russélia, saião, salsa, salvia, samambaia, samiocuca, sangria, santa maria, sauva, serralha, sete sangria, solvá, suculenta, taioba, tapete, teramicia, terra, tiorão, tomilho, toremia, transagem, trayage, verbena, vinagreira, violeta, vique, wilson.
VI. Produto Origem Animal e Fungos	Mel, Ovos, Shitaki.

Anexo C- Roteiro de entrevista semiestruturada para pesquisa das feirantes da Feira de Agricultura Familiar na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Campus Seropédica) no mês de setembro de 2019.

1. Idade_

2. Estado civil_

3. Qual é o seu grau de escolaridade?

() Da 1º à 5º ano do Ensino Fundamental (antigo primário)() Da 6º à 9º série do Ensino Fundamental (antigo ginásio) () Ensino Médio (antigo 2º grau) () Ensino Superior () Especialização () Não estudou

4. Somando sua renda com a renda das pessoas que moram com você, quanto é, aproximadamente, a renda mensal? (Marque apenas uma resposta)

Até 1 salário mínimo() De 2 a 3 salários mínimos () De 4 a 6 salários mínimos () De 7 a 9 salários mínimos () Acima de 10 salários mínimos ()

5. Exerce outras atividades remuneradas além da produção ou da comercialização agrícola? () Sim () Não. Qual?

Qual é em salário mínimo a renda da atividade não agrícola_

7. Qual é o impacto da renda mensal da FAF- Rural em sua renda familiar mensal? Em salários mínimos_

8. Depois que você passou a fazer parte da Feira, sua produção ficou mais diversificada?

9. Você troca produtos na Feira. Com qual finalidade?

10. A sua alimentação mudou a partir da sua entrada da Feira?

11. Quantas pessoas fazem parte da Unidade Familiar de Produção Rural? (realizam trabalho vinculado à unidade de produção, mora na propriedade)

12. Possui Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)?

Categoria Como você define seu sistema de produção? () agroecológico () orgânico () Certificação Participativa () SPG_Auditoria () _orgânico IBGE (autodeclaração e conhecimento de práticas agroecológicas)

13. Você se tornou orgânico por influência da feira?_

Anexo D- Pesquisa de consumidores da Feira da Agricultura Familiar no Campus Seropédica da UFRRJ (maio, 2019).

1. Qual é o seu vínculo com a UFRRJ?
() Docente () Discente () Técnico-administrativo () Terceirizado Outro
2. Idade
Sexo
3. Com que frequência você adquire produtos da Feira da Agricultura Familiar? () Semanalmente () Quinzenalmente () Eventualmente () Quase nunca
5. Onde você reside? () Campus da UFRRJ(Seropédica) () Seropédica () Itaguaí () Nova Iguaçu () Rio de Janeiro () Paracambi Outros:
6. Como ficou sabendo da existência da Feira?
() Site da UFRRJ () Facebook () Amigos () Professores Outros:
7. Qual é a sua motivação para consumir produtos da Feira?
*pode marcar mais de uma alternativa () Alimentos frescos
() Produtos orgânicos e preservação ambiental () Confiança
() Benefícios para a saúde
() Proximidade e facilidade de acesso
() Fortalecimento da agricultura familiar local e geração de renda () Preço
() Outros:
8. Quais produtos você gostaria que a Feira da Agricultura Familiar oferecesse?
9. Quanto costuma gastar?
10. O que você acha dos preços praticados?
Baixos - (1) (2) (3) (4) (5) - Muito elevados
11. Como é a sua relação com os feirantes? () Apenas comercial, com diálogo restrito
() Estabeleço diálogos , referentes à práticas de produção, benefícios dos alimentos, formas de uso e afins
12. Quais fatores limitam seu acesso à Feira? () Horário da Feira não é favorável
() O valor dos produtos não condiz com meu orçamento () Distância
() Localização da Feira
() Diversidade de produtos.
13. Qual é a sua percepção quanto à:
Limpeza|ruim - (1) (2) (3) (4) (5) -excelente
Organização|ruim - (1) (2) (3) (4) (5) - excelente
Atendimento|ruim - (1) (2) (3) (4) (5) - excelente
Local|ruim - (1) (2) (3) (4) (5) - excelente
Espaço de circulação|ruim - (1) (2) (3) (4) (5) -excelente
Estacionamento|ruim - (1) (2) (3) (4) (5) -excelente
Qualidade dos alimentos |ruim - (1) (2) (3) (4) (5) -excelente

14. O que você acha da feira realizada na Rural?
15. Deixe suas sugestões para a Feira:

Anexo E- Edital da Chamada pública nº 01/2017 do PAA

Chamada Pública n.º 01/2017-GProR/PROAF

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para PAA - Programa de Aquisição de Alimentos, na modalidade de Compra Institucional com dispensa de licitação, Lei 12.512/2011 de 14/10/2011 e Resolução nº 50/2012, datada de 26.09.2012.

Processo nº 23083.004603/2017-60

Data de Abertura dos Envelopes: 06/11/17 às 9h00.

A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, pessoa jurídica de direito público, nos termos do Decreto 8.319 de 20 de outubro de 1910, organizada sob a forma de autarquia de regime especial com sede à Rodovia BR 465, Km 7, na cidade de Seropédica – Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o nº 29.427.465/0001- 05, representada neste ato pela Comissão de Julgamento, ora simplesmente denominada CJ, designada pela Portaria nº 25/PROAF 23 de Outubro de 2014, da Pró-reitora de Assuntos Financeiros, Professora Nídia Majerowicz, no uso de suas prerrogativas legais, e considerando o disposto no art.17 da Lei 12512/2011; Resolução nº 50 de 26.09.2012, expedida pelo Grupo Gestor (GD) do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)/Ministério do Desenvolvimento Agrário, através da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; Decreto nº 7.775, de 04.07.2012, expedido pela Casa Civil da Presidência da República, vem realizar Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento a Modalidade Compra Institucional do Programa de Aquisição de Alimentos, durante o período de 15 de dezembro 2017 a 14 de dezembro de 2018 Os beneficiários produtores

deverão apresentar a documentação para Habilitação e Proposta de Venda até o dia 31/10/2017, das 9h às 12h, na sala da Divisão de Gestão de Suprimentos da Assistência Estudantil (DIGSAES) – UFRRJ.

Objeto

O objeto da presente Chamada Pública é a aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar, para o atendimento à modalidade Compra Institucional do Programa Aquisição de Alimentos - PAA, conforme especificações abaixo:

Item	Unidade	Quant	Preço unit. SIMA (R\$)	Preço Total (R\$)

Abacate comum	Cx. de 25 kg	20	40,00	800,00
Abóbora madura	Kg	9000	1,60	14.400,00
Banana da terra	Cx. de 20 kg	50	60,00	3.000,00
Bananaprata climatizada	Cx. de 20 kg	800	65,00	52.000,00
Goiaba vermelha (consumo in natura)	Cx. de 2 kg	4800	9,00	43.200,00
Laranja pêra tamanho médio	Cx. de 23 kg	1250	40,00	50.000,00
Mandioca (aipim)	Cx. de 20 kg	400	45,00	18.000,00
Batata doce	Cx de 20 kg	480	25,00	12.000,00
Beterraba	Cx de 20 kg	500	25,00	12.500,00
Chuchu	Cx de 20 kg	250	35,00	8.750,00
Inhamede cabeça tamanho médio	Kg	4800	25,00	120.000,00
Pepino comum	Cx de 18 kg	500	25,00	12.500,00
Quiabo	Cx de 15 kg	160	35,00	5.600,00
Abobrinha verde	Cx de 20 kg	200	25,00	5.000,00
Repolho verde	PGM de 25 kg	200	18,00	3.600,00
Berinjela	Cx de 10 kg	80	17,00	1.360,00
Pimentão verde	Cx. de 10 kg	200	10,00	2.000,00
Caqui	Cx de 6 kg	670	30,00	20.100,00
			TOTAL	384.810,00
OBS.: os preços de referência do Boletim SIMA são do dia 24/01/2017				

As aquisições de alimentos, no âmbito da modalidade de Compra Institucional, serão realizadas com dispensa do procedimento licitatório, desde que, cumulativamente, sejam atendidas as seguintes exigências: os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado,

em âmbito local ou regional, aferidos e definidos segundo metodologia instituída na Resolução nº 50, de 26.09.2012, e disposto no art.17, parágrafo único, da Lei nº 12.512, de 2011; em se tratando de Hortifrutigranjeiros, será adotado como referência o contido no Artigo 24, inciso XII da Lei 8.666/93, (nas compras de hortifrutigranjeiros, pães e outros gêneros perecíveis, no tempo necessário para a realização dos processos licitatórios correspondentes, realizadas diretamente com base no preço do dia útil, anterior ao da entrega);na aquisição de produtos oriundos da agricultura familiar, será utilizado a pesquisa diária do boletim SIMA/RJ (Sistema de Informação de Mercado Agrícola) para produtos convencionais, acrescido de 30% como referência máxima que a Administração se dispõe a pagar para produtos orgânicos, desde que haja documento comprobatório, emitido por órgão competente, entregue no momento da habilitação; os beneficiários fornecedores e organizações fornecedoras comprovem sua qualificação, na forma indicada nos incisos II e III do art. 4º do Decreto nº 7.775, de 2012;seja respeitado o valor máximo anual de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para aquisições de alimentos, por unidade familiar, independente de os beneficiários fornecedores participarem de outras modalidades do PAA, observado o disposto no art. 19, § 1º, do Decreto nº 7.775, de 2012;os alimentos adquiridos sejam de produção própria dos beneficiários fornecedores e cumpram os requisitos de controle de qualidade dispostos nas normas vigentes.

Fonte de recursos

As despesas correrão por conta dos recursos provenientes da fonte: 112 - Tesouro Nacional Ação: 4002 - Funcionamento dos Cursos de Graduação – Elemento de Despesa 339030 - Material de Consumo, até o limite de R\$ 20.000,00 (vinte mil Reais), por produtor (Redação dada pelo Decreto nº 8293 de 2014).

No caso da participação ser representada por associação de produtores ou cooperativas, caberá à mesma o limite de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para cada produtor.

Das condições de participação

Poderão participar da modalidade Compra Institucional as organizações fornecedoras, definidas como cooperativas e outras organizações formalmente constituídas como pessoa jurídica de direito privado e os demais produtores considerados beneficiários conforme item 3.3 que detenham a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP).

3.2 Em caso de organizações fornecedoras, deverão manter arquivados os documentos que comprovem os pagamentos aos beneficiários fornecedores pelo prazo mínimo de 10 anos. (Redação dada pelo Decreto nº 8.293, de 2014, artigo 13.§ 4º).

Serão beneficiários fornecedores da modalidade Compra Institucional os agricultores familiares, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, comunidades indígenas, atingidos por barragens e integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e de demais povos e comunidades tradicionais, que atendam aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

A comprovação da aptidão dos beneficiários fornecedores será feita por meio da apresentação da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Agricultura Familiar - PRONAF - DAP ou por outros documentos definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, em articulação com outros órgãos da administração pública federal, em suas respectivas áreas de atuação.

Envelope nº.01-Habilitação

Para a habilitação dos projetos de venda exigir-se á:

Dos Fornecedores Individuais, detentores de DAP Física, não organizados em grupo:

- a prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF;
- o extrato da DAP Física do agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 dias;

- a declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são oriundos de produção própria, relacionada no projeto de venda (Anexo IV).

Dos Grupos Informais de agricultores familiares, detentores de DAP Física, organizados em grupo:

I - a prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF;

- o extrato da DAP Física de cada agricultor familiar participante do grupo, emitido nos últimos 60 dias; a declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos agricultores familiares relacionados no projeto de venda (Anexo IV).

Dos Grupos Formais, detentores de DAP Jurídica:

- a prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ; o extrato da DAP Jurídica para associações e cooperativas, emitido nos últimos 60 dias; certidão negativa com a Receita Federal e Fazenda Nacional (certidão conjunta); certidão negativa relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS; as cópias do estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade registrada no órgão competente; a declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos associados/cooperados (Anexo III); e a declaração do seu representante legal de responsabilidade pelo controle do atendimento do limite individual de venda de seus cooperados/associados; e Na ausência ou desconformidade de qualquer desses documentos, fica facultado à CJ a abertura de prazo para a regularização da documentação.

Agricultores orgânicos deverão apresentar documento comprobatório, (Ex.: Certificado de produtor orgânico ou Declaração de produtor orgânico, reconhecida pelo Ministério de Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Envelope nº. 02- Proposta de Venda

No envelope nº. 02 deverá ser entregue a Proposta de Venda contendo as seguintes informações:

Modelo Anexo I – para Grupo Formal (DAP Jurídica);

Modelo Anexo II – para agricultores individuais e Grupos informais (DAP Física).

Unidade de fornecimento (kg, caixa, pregado etc...), total a ser fornecido durante o período estabelecido no preâmbulo deste edital, e o percentual de desconto que será oferecido para fornecimento dos produtos, com base no Boletim do SIMA (Sistema de Informação de Mercado Agrícola/ Pesagro/RJ).

5.1.1.1 Para ter acesso do boletim do SIMA o produtor deverá efetuar um cadastro na PESAGRO/RJ (<http://www.pesagro.rj.gov.br/boletim.html>), Telefone: (21) 2333- 8202, (21) 2333-8201, (21) 2333-8200.

Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos gêneros.

Os envelopes deverão ser entregues na Divisão de Suprimentos da Assistência Estudantil (DIGSAES) – Comissão de Julgamento, de 9h às 12h do dia 31/10/2017, mediante declaração de recebimento, situado à Rodovia BR 465, Km 7, Seropédica – RJ (Próximo aos alojamentos masculinos, ao lado do SEAP e setor de manutenção dos alojamentos).

Os envelopes entregues após o prazo estabelecido, mesmo que por motivos involuntários e independentemente do interstício de tempo, não integrarão os procedimentos desta Chamada Pública e serão devolvidos.

6 do Credenciamento

A (s) reunião (ões) realizadas pela Comissão de Julgamento poderá(ão) ser assistida(s) por qualquer pessoa, porém só terão direito de usar a palavra, rubricar documentos, assinar a ata, consignar registros, os representantes devidamente credenciados para tanto, o qual deverá

ser assinado pelo representante legal da proponente.

6.1.1. O credenciamento deverá ser apresentado à Presidência da Comissão Julgadora, no início da reunião de abertura dos envelopes ou constar no envelope nº 01 (documentos de habilitação).

6.2. Fica dispensado o credenciamento de que trata este item, caso a INTERESSADA esteja representada por seu responsável legal, que deverá comprovar essa condição por meio da apresentação do contrato social, estatuto ou documento pertinente, antes do início da reunião.

7 Da abertura dos envelopes

Às 09:01h do dia 06 /11/2017, em reunião pública, na sala da DIGSAES, a Comissão de Julgamento especialmente designada para este fim pela Pró- Reitoria de Assuntos Financeiros que procederá à abertura dos envelopes nº 01 – Documentos para Habilitação, que os analisará e procederá a habilitação e distribuirá para apreciação e análise recíproca dos representantes dos INTERESSADOS presentes, que os rubricarão, juntamente com os demais membros da Comissão. Os envelopes de nº 02 – Proposta de Venda, permanecerão lacrados e em poder da Comissão de Julgamento.

Na hipótese de não haver intenção de recursos, a Comissão de Julgamento registrará em ata a desistência de interpor recurso e efetuará a abertura dos envelopes de nº 02 efetuando a classificação das mesmas durante a reunião, e declarará a vencedora.

Caso não ocorra desistência expressa ao direito de interpor recursos, nos termos do item anterior, os documentos constantes do envelope nº 02 (proposta de venda) serão examinados em reunião previamente designada pela Comissão de Julgamento e divulgada às participantes, sendo os envelopes nº 02 rubricados pelos presentes credenciados e abrirá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a formalização do recurso e contra-razões.

Findo o prazo estabelecido para apresentação do (s) recurso(s), a Comissão agendará uma nova data e horário para divulgação do julgamento e abrirá os envelopes de nº 02, classificando as propostas considerando vencedora a Proposta que ofertar o maior desconto percentual, do preço do dia por item.

- O limite de venda por ano das organizações fornecedoras será a soma dos limites individuais dos beneficiários fornecedores que vendem produtos para as organizações que se enquadram nos critérios definidos nesta convocação.

- As vendas realizadas por organizações fornecedoras deverão ser originadas integralmente de beneficiários fornecedores, conforme definido nesta convocação, devendo ser respeitado o limite individual.

- Para definição dos preços máximos de aquisição será utilizado o boletim do SIMA (Sistema de Informação de Mercado Agrícola) – PESAGRO RIO, para produtos convencionais, acrescido de 30% em se tratando de produtos orgânicos dos produtos da agricultura familiar e suas organizações, consoante disposto no art. 17, parágrafo único, da Lei nº 12.512, de 2011.

- Fica facultada ao órgão responsável pela compra a utilização dos preços de referência estabelecidos nas aquisições do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

– Conforme a Resolução nº 50 de 26/09/2012, artigo 7 § 2º, a Comissão Julgadora (CJ) classificará as propostas segundo critério de priorização de:

- agricultores familiares do município de Seropédica e posteriormente de municípios vizinhos; comunidades tradicionais, quilombolas ou indígenas; III - assentamentos da reforma agrária; grupos de mulheres; produção agroecológica ou orgânica.

- Na hipótese de empate entre duas ou mais propostas, como critério de desempate, será

realizado um sorteio público entre os respectivos fornecedores, do qual todos serão intimados.

- Serão desclassificadas as propostas: que não atendam às exigências deste Edital; rasuradas ou de interpretação dúbia; que oferecerem vantagens baseadas nas propostas dos demais proponentes.

- Proclamado o resultado final do certame, o objeto será adjudicado à vencedora e encaminhado o processo à homologação pela autoridade competente.

– A CJ adjudicará quantos fornecedores sejam necessários para completar o valor total que a instituição demanda de cada item, até completar o valor total deste Edital.

Da publicação dos resultados

O resultado do presente certame será divulgado mediante comunicado aos participantes e publicado no Jornal Rural Semanal, no Diário Oficial da União - Seção 3.

Os demais comunicados e/ou contatos da Comissão de Julgamento serão efetuados diretamente ao representante previamente indicado na proposta.

9 Da impugnação do edital

Ficará impedido de impugnar os termos deste Edital de Chamada Pública, perante a administração o proponente que não o fizer até o 2º (segundo) dia útil que anteceder a abertura dos envelopes nº 01 (documentos de habilitação).

A impugnação deverá ser entregue no Protocolo Geral da UFRRJ, sito à Rodovia BR 465, Km 7, Seropédica – RJ, e endereçada ao Senhor Pró-Reitor de Assuntos Financeiros.

9.2.1 O Protocolo Geral da UFRRJ, após receber a impugnação, encaminhará para a Comissão de Julgamento para análise e decisão de aceitação pela autoridade competente, ou seja, o Ordenador de Despesa da UFRRJ.

A decisão sobre a impugnação será comunicada ao agricultor familiar e/ou representante da cooperativa, indicado na proposta, através de fac-símile, e-mail ou comunicação pessoal certificada no processo e, caso procedente a impugnação, o Edital será retificado e será feita uma nova Chamada Pública obedecendo o prazo original.

9.4 A partir da data da publicação deste Edital, qualquer interessado poderá solicitar esclarecimentos, pelo e-mail: digsaes@ufrrj.br ou formalmente por escrito a CJ, sobre quaisquer procedimentos para participação do certame até o 2º (segundo) dia útil que antecederem a abertura do envelope.

10 Dos Recursos Administrativos

O prazo para interposição de eventuais recursos contra os resultados de julgamento de classificação/desclassificação e habilitação/inabilitação será de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil após a intimação do ato ou lavratura da ata de cada fase da licitação, desde que não haja desistência dos proponentes presentes à reunião em que foi divulgado o resultado de julgamento.

Ocorrendo desistência expressa por parte de todas as INTERESSADAS, do direito de interpor recurso, quanto à análise da documentação para habilitação, o que constará em Ata, a Comissão procederá na mesma reunião, a abertura do envelope nº 02 (proposta de venda), das proponentes classificadas.

O(s) recurso(s), por escrito, deverá(ão) ser entregues na Pró-Reitoria de Assuntos Financeiros, localizada no Prédio Principal da UFRRJ, sala 104, e endereçada à Comissão de Julgamento designada.

A Pró-Reitoria de Assuntos Financeiros, após receber o(s) recurso(s), fará o protocolo dos mesmos e solicitará à CJ a instrução do processo e após, notificará aos demais proponentes da interposição.

Os demais proponentes terão 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da notificação feita pela Comissão, para apresentação de contrarrazões ao recurso.

Transcorrido o prazo para apresentação das razões do recurso, o processo será encaminhado à autoridade competente para decisão final.

A decisão sobre o recurso será divulgada no site próprio da UFRRJ, na Imprensa Oficial e ao agricultor familiar e/ou representante da cooperativa, indicado na proposta, através de fac-símile, e-mail ou comunicação pessoal certificada no processo.

Os envelopes nº 02 (proposta de venda) dos proponentes inabilitados permanecerão lacrados e, após apreciação de eventuais recursos, ficarão à disposição para retirada junto à Pró-Reitoria de Assuntos Financeiros da UFRRJ.

A não retirada dos envelopes após 30 (trinta) dias de sua disponibilização acarretará o descarte dos mesmos.

A inabilitação da INTERESSADA importa preclusão de seu direito de participar da fase subsequente da licitação.

11 Local e periodicidade de entrega dos produtos

O(s) produto(s) deverá(ão) ser entregue(s) conforme cronograma de entrega estabelecido pela direção do Restaurante Universitário, e poderão sofrer ajustes em função de periodicidade de safra de cada agricultor e conforme o calendário acadêmico da Universidade.

O(s) produtos deverão ser entregues no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar da data envio do pedido, da forma a ser combinada com o beneficiário.

O(s) produtos deverão ser entregues em perfeitas condições de higiene e limpeza, devidamente classificados dentro dos padrões usuais de mercado, acondicionados e transportadas obedecendo as normas de qualidade para produtos in natura, com tamanho e coloração uniformes.

Por ocasião da entrega será verificada a qualidade do produto, por um profissional técnico da Área de Alimentação do Restaurante Universitário, que aprovará ou recusará o recebimento de acordo com as exigências estabelecidas no item 11.3.

12 Do Pagamento

O faturamento será realizado a cada 15 (quinze) dias corridos a contar da data da entrega da primeira remessa, mediante apresentação de nota fiscal correspondente ao fornecimento no período e comprovação dos preços praticados no boletim do SIMA, vedada antecipação de pagamento, para cada faturamento.

A nota fiscal entregue pelo agricultor familiar deverá ser no Modelo 4, conforme modelo Anexo V.

O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o atesto pelo servidor competente, na nota fiscal referente a entrega e demais trâmites, no prazo de até 30 dias da apresentação da nota fiscal.

13 Do critério de julgamento de demais disposições

- O critério de Julgamento será o de maior desconto percentual dos preços do dia divulgados pelo boletim do SIMA (Sistema de Informação de Mercado) para hortifrutigranjeiros, observando o critério de priorização (item 7.9).

14 Da publicação

O presente Edital de Chamada Pública estará disponibilizado para impressão e fotocópia mediante acesso ao site www.ufrrj.br, a partir do dia 18/08/2017.

Informações através dos telefones números: 2681-4685 (DIGSAES) e endereço eletrônico: digsaes@ufrrj.br.

Seropédica, 11 de agosto de 2017.

Josué Gonçalves Bahia Presidente da Comissão de Julgamento Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro Comissão de Julgamento PROAF

Anexo F- Roteiro de entrevista semiestruturada para pesquisa de agricultores familiares/ fornecedores do Restaurante Universitário da UFRRJ/ Campus Seropédica. Pesquisa realizada no mês de dezembro de 2018.

MARQUE O GRAU DE SATISFAÇÃO – ASSINALE UMA ÚNICA ALTERNATIVA POR LINHA

Variável	Muito satisfeito	Satisfeito	Indeciso	Insatisfeito	Muito insatisfeito
Divulgação e compreensão da Chamada					
Apoio para elaboração da proposta de venda					
Apoio para planejamento de produção e da colheita					
Assistência técnica para a produção					
Com relação à DAP					
Com relação à Nota fiscal					
Com relação aos Preços da Pesquisa da Ceasa					
Relacionamento com a equipe do Restaurante					
Pagamentos das notas fiscais					
Critérios de qualidade estabelecidos na entrega					
Produtos solicitados na Chamada refletindo as características da região					
Quantidade dos produtos					
Qualidade dos produtos					
Cronograma de entrega					
Embalagens exigidas					
Apoio para transporte					
Contribuiu para o aumento da minha renda					
Passei a produzir novos produtos					
Aumentei minha área de produção					

Me ajudou a adquirir bens móveis como carro, moto, trator, roçadeira, arados, etc.					
Passei a usar novas tecnologias como irrigação, máquinas, implementos, etc.					
Me ajudou a adquirir bens duráveis como geladeira, celular, televisão, computador, etc.					
Mesmo fornecendo para o PAA não deixei de consumir nenhum alimento para vender					
O PAA como política que ajuda o agricultor familiar					

Agricultor individual-continuação anexo F

PERFIL SOCIOECONÔMICO

1. Idade_
2. Sexo () Feminino() Masculino
3. Estado civil_
4. Grau de escolaridade

() Da 1º à 5º ano do Ensino Fundamental (antigo primário) () Da 6º à 9º série do Ensino Fundamental (antigo ginásio) () Ensino Médio (antigo 2º grau) () Ensino Superior () Especialização () Não estudou

5. Somando sua renda com a renda das pessoas que moram com você, quanto é, aproximadamente, a renda mensal da unidade familiar?(Marque apenas uma resposta)

() Até 1 salário mínimo (Até R\$ 937,00)() De 1 a 3 salários mínimos (de R\$ 937,01 a R\$ 2.811,00) () De 3 a 6 salários mínimos (de R\$ 2.811,01 até R\$ 5.622,00) () De 6 a 9 salários mínimos (de R\$ 5.622,01 até R\$ 8.433,00) () De 9 a 12 salários mínimos (de R\$ 8.433,01 até R\$ 11.244,00) () De 12 a 15 salários mínimos (de R\$ 11.244,01 até R\$ 14.055,00) () Mais de 15 salários mínimos (mais de R\$ 14.055,01)

. MODO DE ACESSO À TERRA

6. Município onde se localiza a unidade de produção agrícola_

Endereço:

7. Qual é a área da unidade de produção (ha) total e cultivada?

8. Qual é o seu vínculo com a terra () proprietário () arrendatário () parceiro () meeiro() assalariado Outro

UNIDADE FAMILIAR DE PRODUÇÃO

9. Núcleo familiar:

Quantas pessoas fazem parte da Unidade Familiar de Produção Rural?_

Quantas pessoas realizam trabalho vinculado à unidade de produção: _

Todos moram na unidade de produção? _

10. Quais atividades são desenvolvidas na unidade de produção? () produção primária vegetal

() produção primária animal () processamento vegetal

() processamento animal () extrativismo

Outras (turismo, venda direta): _

11. Exerce outras atividades remuneradas fora da unidade de produção? () Sim () Não.

Quais? _

12. Filiação em Associações e cooperativas. Já integrou ou ainda faz parte de alguma associação ou cooperativa? Qual(is)? Se sim, por que optou por fornecer para o PAA como agricultor individual?

COMERCIALIZAÇÃO

13. Quais os canais de venda você acessa além do Restaurante Universitário?

Distribuidor Ceasa Supermercado Mercearia Cestas Feiras Outros_

PARTICIPAÇÃO NO PAA/ UFRRJ

14. Como ficou sabendo do PAA pela primeira vez?

-
15. Qual foi o motivo da participação no PAA? aumento de renda
 preço pago pelo PAA venda garantida
 Outro_

16. Você participa de outros mercados institucionais além do PAA na UFRRJ? Outra modalidade do PAA ou PNAE (entrega para merenda?)

-
17. Como você define seu sistema de produção? convencional orgânico Se for orgânico:

SPG_

Certificadora_

Autodeclaração IBGE (autodeclaração e conhecimento de práticas agroecológicas)

Se for convencional:

Agrotóxicos usados/ culturas e finalidade_ Fertilizantes_

18. Caso esteja em transição agroecológica ou tenha se certificado após o início do fornecimento ao PAA, responda como a participação no Programa contribuiu para essa decisão.

ÊXITO NA ENTREGA DOS PRODUTOS DO PAA:

19. Cumpru o cronograma de entrega? Sim Não

20. Entregou todos os produtos? Sim Não

21. Houve reclamação da qualidade dos seus produtos? Sim Não.

Por qual motivo? tamanho, ponto de maturação, aparência embalagem danos mecânicos e pragas

22. Houve melhoria na qualidade dos produtos? Sim Não. Qual/ Quais produtos?_

22. Quando aderiu ao PAA, você passou produzir novos produtos: Sim Não. Quais?_
23. Você aumentou a quantidade produzida dos alimentos ofertados? Sim Não
24. Para aumentar a produção, houve a necessidade de aumentar a área de plantada? Sim Não.
25. Houve impacto do PAA sobre a sua renda familiar? Não Sim
- Acréscimo de 10% Acréscimo de 20% Acréscimo de 30% Acréscimo de 40% Acréscimo de 50% Acréscimo de 60% Acréscimo de 70% ou mais
26. Você conheceu outras formas de comercialização a partir da sua inserção no PAA?
- Sim Não Quais?

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGRICULTURA ORGÂNICA**

LIVEA CRISTINA RODRIGUES BILHEIRO

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestra em Agricultura Orgânica**, no Programa de Pós Graduação em Agricultura Orgânica.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 14/02/2020

Conforme deliberação número 001/2020 daPROPPG, de 30/06/2020, tendo em vista a implementação de trabalho remoto e durante a vigência do período de suspensão das atividades acadêmicas presenciais, em virtude das medidas adotadas para reduzir a propagação da pandemia de Covid-19, nas versões finais das teses e dissertações as assinaturas originais dos membros da banca examinadora poderão ser substituídas por documento(s) com assinaturas eletrônicas. Estas devem ser feitas na própria folha de assinaturas, através do SIPAC, ou do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e neste caso a folha com a assinatura deve constar como anexo ao final da tese / dissertação.

Anelise Dias Dra. UFRRJ
(Orientadora/ Presidente)

Edilene Santos Portilho Dra. UFRRJ
(Membro Titular)

Izabel Cristina Oliveira da Silva Jóia Dra.
DESANS
(Membro Titular)



Emitido em 08/02/2021

DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS Nº 1611/2021 - PPGAO (12.28.01.00.00.00.36)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 08/02/2021

08:55)

ANELISE DIAS

PROFESSOR DO MAGISTERIO

SUPERIOR PPGAO

(12.28.01.00.00.00.36)

Matricula: 2145575

(Assinado digitalmente em 09/02/2021 22:27

)

EDILENE SANTOS PORTILHO

PROFESSOR DO MAGISTERIO

SUPERIOR DeptECMSD

(12.28.01.00.00.00.00.22)

Matricula: 2812383

(Assinado digitalmente em 08/02/2021 14:58)

IZABEL CRISTINA OLIVEIRA DA SILVA

JOIA

ASSINANTE

EXTERNO

CPF:

036.554.977-

09

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufrrj.br/documentos/> informando seu número: **1611**, ano: **2021**, tipo: **DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS**, data de emissão: **08/02/2021** e o código de verificação: **e84e5b8f67**